ELÓI MARTINS SENHORAS
PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO
(organizadores)



EXTREMA DIREITA

Por uma ótica internacional no mundo contemporâneo

EDITORA

EXTREMA DIREITA

Por uma ótica internacional no mundo contemporâneo

EXTREMA DIREITA

Por uma ótica internacional no mundo contemporâneo

Elói Martins Senhoras
Patrícia Nasser de Carvalho
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se67 SENHORAS, Elói Martins; CARVALHO, Patrícia Nasser de (organizadores).

Extrema Direita: Por uma ótica internacional no mundo contemporâneo. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 203 p.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-985169-1-8
https://doi.org/10.5281/zenodo.14560354

1 - Conservadorismo. 2 - Extrema Direita. 3 - Mundo. 4 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III – Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

PREFÁCIO

Esta obra, organizada pelos professores Elói Martins Senhoras e Patrícia Nasser de Carvalho é muito oportuna como contribuição ao entendimento da (re)emergência da extrema direita no campo político no mundo contemporâneo, concomitante à difusão do pensamento conservador, a ideologia que estrutura e justifica suas ações.

Conviver no campo da política em contexto de divergências, confrontando quem pensa de outras formas, bem como propor pautas diferentes para solução ou atenuação dos problemas sociais deveriam ser algo normal, isso é parte do jogo político. No entanto, o crescimento da extrema direita provoca temores em muito de nós. Intolerância com quem é ou pensa diferente, imposição de regras sociais cada vez mais restritivas compõem um modo de agir deste espectro político que causa assombro.

Contudo, estranhamente, a extrema direita ganha cada vez mais adeptos mundo afora, isso após um interregno na história mundial recente, especialmente após o fim da Guerra Fria, de certa prevalência de valores democráticos, ainda que sob certa ótica ocidental.

Cabe notar que a corrosão da democracia se evidencia com a crise da globalização mundial, especialmente após 2008, com o crescimento no mundo de regimes iliberais e de governos com discursos autoritários. Foi ficando cada vez mais frequente a difusão de partidos deste espectro político, vencendo eleições e aumentando bancadas nos parlamentos mundo afora, defendendo práticas políticas que institucionalizam uma militarização da política e da vida cotidiana, sob o argumento da necessidade de conter a insegurança pública, como muitos pesquisadores têm analisado em diferentes contextos nacionais e subnacionais.

Também o mundo do trabalho se apresenta na atualidade mais fragmentado, desorganizado, cada vez mais informalizado e

instável, com uma grande massa de superexplorados e um forte excedente de trabalhadores que se envolve com práticas ilícitas e criminais, retroalimentando a violência e um discurso cada vez mais militarizado, explorado *ad nauseam* pela extrema direita.

No sistema internacional, o sistema multilateral hegemônico, construído sob forte influência norte-americana no final da Segunda Guerra Mundial também se encontra em questionamento, juntamente com os valores da cooperação, dos fundamentos do Direito internacional e no diálogo diplomático que sustentavam a defesa do multilateralismo. Sua corrosão dá vazão a nacionalismos, algumas vezes a fascismos, situação que também favorece o campo da extrema direita.

Desta forma, observa-se, como mostram algumas pesquisas, que há cada vez mais entre as pessoas certo mal-estar com relação à democracia e isso não é diferente no Brasil e em diferentes partes do mundo, onde se observa a ascensão do discurso, práticas e governos da extrema direita.

A descrença na democracia faz parte do caldo de cultura para a retomada do pensamento conservador e da extrema direita, não apenas na América Latina e Caribe, que de forma contumaz, flerta com práticas autoritárias ao longo de sua história, agora, no entanto, em consonância com diversas outras partes do mundo, como os artigos desta coletânea mostram.

Assim, o crescimento da pobreza, a sensação de impunidade e de futuro incerto geram desencanto social, contexto que fortalece o crescimento de partidos e grupos de extrema direita, enquanto é crescente a debilidade das forças sociais e políticas que não conseguem organizar a luta contra injustiças e propor alternativas para efetiva transformação social.

A escalada de violência e a falta de perspectivas quanto ao futuro também impactam a convivência democrática, sendo cada vez mais visível nas sociedades a multiplicidade de atores violentos que por meio da cooptação e coerção vão influindo na política e na vida

cotidiana, resultando em sociedades que se reconfiguram e se adaptam ao estilo político próprio da extrema direita e ao seu discurso conservador, muitas vezes racista, xenófabo e intolerante com todos e todas que não se enquadram no mercado consumidor e nos valores conservadores: essa maioria é sobrante e vista como inimiga a ser combatida e eliminada.

Expus acima de forma resumida um quadro que é traçado por vários estudiosos que se debruçam sobre a nossa região e que demonstram como uma fadiga democrática é ponto comum para a ascensão da extrema direita, ainda que os contextos históricos e sociais sejam diversos mundo afora.

Diferentes olhares que captem, na diversidade de situações nacionais no mundo, pontos em comum da ascensão deste espectro político nos permite identificar seu *modus operandi* e auxiliar da compreensão do crescente apoio popular e isso é fundamental para que se possa fazer uma crítica consequente e propor alternativas afeitas aos Direitos Humanos e à diversidade cultural. Se os valores da extrema direita se opõem a isso, só podemos refutá-la e combatê-la.

Daí a importância desta obra que vai discutir, sob diferentes perspectivas e realidades nacionais, experiências de governos e de partidos deste campo político, todas elas reveladoras das consequências sociais que tal movimento político acarreta para a política e as sociedades, com a força da empiria que os casos retratados nesta obra apresentam. Boa leitura!

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 |
Extrema Direita no Mundo: Dos Marcos Teóricos à Empiria Axiológica e Fática 17

CAPÍTULO 2 |
O Significado do "Trumpismo" para a Condição Imperial dos Estados Unidos 31

CAPÍTULO 3 |
A "Policrise" da União Europeia e sua
Relação com a Ascensão da Extrema Direita na Europa 69

CAPÍTULO 4 |
O Surgimento e Ascensão do AfD:
O Retorno Definitivo da Extrema Direita na Alemanha? 109

CAPÍTULO 5 |
A Nova Direita Argentina: Do Populismo Autoritário ao Ultraliberalismo 137

CAPÍTULO 6 |
Direita e o Plantar em Seara Pródiga: Expansão do
Conservadorismo Político Brasileiro em Direção ao Bolsonarismo 165

SOBRE OS AUTORES | 195

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A difusão da política de extrema direita e do pensamento conservador, populista e negacionista nos contextos das relações intranacionais e internacionais a partir da década de 2010 tem gerado significativas mudanças, em um curtíssimo lapso temporal, nos campos de poder previamente estabelecidos, o que justificou a criação deste livro em língua portuguesa para a melhor compreensão do fenômeno.

O livro "Extrema Direita: Por uma Ótica Internacional no Mundo Contemporâneo", oferece um estudo sobre o campo de poder materializado pelos movimentos de extrema direita no primeiro quartil do século XXI. Importa mencionar, que esta obra adota uma abordagem ensaística, buscando proporcionar reflexões práticas a partir de discussões inspiradas pelos cortes analíticos e debates nos campos epistemológicos da Geografia, História e Relações Internacionais.

Estruturada em seis capítulos, a presenta obra adota um recorte metodológico caracterizado por uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, de natureza qualitativa. Utilizou-se o método dedutivo, partindo de marcos teóricos, históricos e normativos, por meio de revisão bibliográfica e documental, culminando em uma análise empírica da extrema direita no início do século XXI.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, sendo este livro construído por meio de um trabalho coletivo de sete pesquisadoras e pesquisadores de distintas formações acadêmicas e expertises, o que repercutiu em uma rica oportunidade para explorar as fronteiras do conhecimento sobre o movimento da extrema direita nos dias atuais.

Construído para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre a realidade política crescentemente permeada pelas forças de extrema direita, em especial no Mundo Ocidental, o presente livro vem a corroborar para o adensamento de uma massa crítica de estudos em uma temática de crescente e preocupante relevância, a despeito de pouco explorada no meio científico.

Em função dos seis capítulos apresentados, este livro de coletânea foi escrito a partir de uma linguagem simples e direta, razão pela qual é indicado para um extenso número de leitores, ao apresentar uma didática leitura empírica que despertará o interesse, tanto, de um público leigo afeito a novos conhecimentos, quanto, de um público especializado de acadêmicos que busca dialogar com base em tradicionais e novas abordagens científicas.

Diante das discussões e resultados delineados ao longo dos seis capítulos, conclui-se que este livro proporciona um espaço pertinente para a promoção de reflexões contemporâneas sobre a evolução relativamente sincrônica do movimento reticular da Extrema Direita na política internacional à medida que a obra proporcionou um debate partir de conjunto de estudos de casos relevantes e selecionados em diferentes partes do globo.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Profa. Dra. Patrícia Nasser de Carvalho

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Extrema Direita no Mundo:
Dos Marcos Teóricos à Empiria Axiológica e Fática

EXTREMA DIREITA NO MUNDO: DOS MARCOS TEÓRICOS À EMPIRIA AXIOLÓGICA E FÁTICA

Elói Martins Senhoras

Os conceitos possuem diferentes significados, uma vez que existem interpretações específicas relacionais que são construídos, evoluem e se transformam, tanto, no tempo, quanto no espaço. Não é por acaso que conceitos como extrema esquerda, esquerda, direita, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, e, extrema direita podem ser interpretados de modo distinto em diferentes partes do mundo e díspares periodizações.

Diante desta problemática, o objetivo deste capítulo é abordar a extrema direita à luz de uma evolução histórica de longa duração a fim de se identificar fatores de sua evolução recente no período contemporâneo, haja vista a característica pendular das dinâmicas políticas, com momentos de maior tensionamento à esquerda, à direita, ao centro e aos polos extremos.

A fim de concretizar estes objetivos, o presente estudo da extrema direita contemporânea se fundamenta de um método dedutivo que se caracteriza como exploratório e de natureza qualitativa, utilizando-se de uma triangulação teórico-metodológica que parte de uma revisão bibliográfica e documental no estado da arte clássico e recente e em uma análise hermenêutica de natureza humanística, fundamentada na interpretação com base nas teorias e discursos mapeados, bem como no cruzamento fático destas informações em uma amostra representativa de 10 de países onde a extrema direita adquiriu massa crítica dentro do campo de poder permeado por tendências de amplo espectro, desde o centro até a esquerda, a direita e os extremos.

Destarte, a noção básica das relações políticas entre centro, esquerda e direita surge no século XVIII com a Revolução Francesa de 1789 (BOBBIO, 1995), quando na Assembleia Nacional, os parlamentares do grupo da planície ou pântanos, sentados ao centro, defendiam o interesse burguesia financeira, enquanto que os membros do parlamento que se identificavam partidários do rei e que buscavam a manutenção do *status quo* se sentavam à direita (grupo dos girondinos) *vis-à-vis* aos simpatizantes da mudança, com a revolução, que se sentavam à esquerda e defendiam aos interesses do povo e da burguesia (grupo dos jacobinos).

No contexto do pensamento de direita, surgem os pensamentos conservador e reacionário. A partir de uma visão sincrônica da Revolução Francesa, o intelectual inglês Edmund Burke (1790) apresenta o *pensamento conservador*, ligado à perspectiva de direita, o qual interpreta com desconfiança as rupturas e busca manter no tempo presente a manutenção do *status quo*. Com a queda de Napoleão Bonaparte, surge o *pensamento reacionário*, de origem francesa, que idealiza o passado e o eventual retorno a um estado político anterior ou fictício/romantizado da sociedade.

Por sua vez, no pensamento da esquerda emergem os pensamentos revolucionário reformista a partir do século XIX. O pensamento revolucionário traz uma concepção de mudanças de baixo para cima, a partir de movimentos sociais que reivindicam agendas de mudança institucional, conflitantes as existentes, a exemplo dos movimentos socialistas e anarquistas (TILLY, 1995). O movimento reformista, por sua vez traz um pensamento, no qual a se busca transformar a sociedade de forma gradual, por meio de reformas, sem grandes rupturas institucionais.

No contexto do segundo quartil do século XX, fruto do contexto de crise política (1914-1918), I Guerra Mundial, e de crise econômica (1929), Crack da Bolsa de New York, emergiram na Europa os primeiros movimentos de extrema direita identificados

pelo totalitarismo (ARENDT, 1973), com um padrão político de governo centralizador que limitou indivíduos e grupos de oposição ao Estado, exercendo, assim elevado controle da vida pública e privada dos cidadãos.

O pensamento de extrema direita neste período, materializado em especial pelo nazismo alemão e pelo fascismo italiano ao longo da década de 1930, trazia como pontos de convergência na política totalitarista de Estado, uma agenda nacionalista que era intervencionista, com sentido antiliberal, protecionista e corporativista, mobilizada por um partido único e que repercutiu em um padrão de Warfare State, com militarização de conflitos, e uma política intolerante sob o prisma étnico-racial-migratório.

Após a II Guerra Mundial, com a derrota dos eixo, os movimentos de extrema direita foram arrefecidos pela emergência de novas instituições em um sistema internacional que se tornou bipolar, lastreado por vetores do liberalismo político e econômico no Bloco Capitalista e por forças intervencionistas no Bloco Socialista, a despeito da emergência de distintos regimes multilaterais em ambos os blocos. Enquanto no Bloco Socialista, o autoritarismo se tornou o padrão político estabelecido durante décadas, por sua vez no Bloco de países capitalistas, o padrão político evoluiu de um modelo de Welfare State Keynesiano para um modelo neoliberal a partir do final da década de 1970.

Portanto, ao longo de seis décadas (1950-2010), o pensamento de extrema direita se manteve silencioso dentro de um quadro latente, aguardando a oportunidade para voltar a se difundir de modo sistêmico, a partir da emergência de determinadas crises de natureza econômica (crises financeiras), política (democracias representativas e atentados de 11 de Setembro) e sanitária (pandemia da Covid-19) no primeiro quartil do século XX, com repercussões

conjuntural (curta duração) e estrutural (longa duração) nos contextos hegemônicos das relações intra-nacionais e internacionais.

Trata-se de um dos fenômenos mais relevantes do primeiro quartil do século XXI, o recrudescimento de movimentos de extrema direita, capilarizado pelo meio reticular da internet, e a consequente repercussão no adensamento de massa crítica de partidos com este viés de extrema direita em diferentes partes do globo, em especial no mundo Ocidental, com agendas conservadoras e reacionárias.

O contexto de difusão dos movimentos e dos partidos de extrema direita no primeiro quartil do século XXI não é por acaso, mas antes reflete um tempo relativamente sincrônico de manifestação de, tanto, uma crise de transição do centro hegemônico das relações internacionais (Estados Unidos), quanto uma crise sistema do liberalismo econômico (capitalismo) e do liberalismo político (democracia).

Por um lado, a crise de transição do centro hegemônico nas relações internacionais é apreendido pelo deslocamento do centro dinâmico de acumulação do Oceano Atlântico (Estados Unidos e Europa) para o Pacífico (China, Ásia Continental e Leste Asiático), bem como pela difusão de duas agendas políticas que não foram bem sucedidas, seja de natureza unilateral pelo movimento neoconservador nos Estados Unidos após os atentados de 11 de Setembro de 2001 durante os dois mandatos do presidente George W. Bush (2001-2009), seja de natureza multilateral durante o governo de Barack Obama (2009-2017).

Por outro lado, a crise sistêmica dos liberalismo é manifestada por uma dupla natureza, econômica e política, manifestadas de modo sistêmico por crises endógenas do próprio modo de produção capitalista em seu estágio neoliberal de matriz tecno-financeiro (CHESNAIS, 1996), bem como por uma onda de crise democrática, o que impactou na conformação de ondas de

autoritarismo político em contraofensiva à difusão de movimentos sociais progressistas desde a Primavera Árabe (2010-2013).

No primeiro caso, a crise do liberalismo econômico se explica pelas crescentes ondas de contestação social às repercussões econômicas negativas das quatro ondas neoliberais, em especial após as crises financeiras de 2007 e 2008 nos Estados Unidos e de 2010 na Europa, em especial nos países mais afetados pela crise econômica na zona do euro, identificados pelo acrônimo de PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), o que deu origem a crescentes respostas unilaterais e de natureza neoprotecionista.

No segundo caso, a crise do liberalismo política se explica pela crise de legitimidade das próprias democracias representativas, o que repercutiu em um crescente esvaziamento eleitoral e um massivo processo de aumento da abstenção na maioria dos países *vis-à-vis* à perda de poder relativo dos movimentos sociais progressistas em detrimento do recrudescimento dos movimentos de direita no contexto de difusão das redes sociais.

A despeito da convergência de valores conservadores, populistas e negacionistas, a extrema direita contemporânea não é homogênea, mas apresenta particularidades e se expressa de formas diferentes em cada país e em cada realidade social (BARROS, 2020), razão pela qual as agendas migratórias, nacionalistas, antiglobalistas, religiosas, étnico-raciais e de gênero, bem como militares são instrumentalizadas de modo específico em cada caso no globo.

A extrema direita contemporânea tem um modo de organização dinamizado pelas redes sociais e por uma ideologia política que se manifesta por uma retórica contra o *establishment político* e contra atores e agendas que potencialmente implodem os valores conservadores nacionais, nas quais as redes sociais da internet se tornam uma esfera pública para mobilizar os sujeitos

sociais em protesto contra o próprio sistema a partir dos discursos extremos proferidos por determinadas lideranças.

O contemporâneo movimento internacional da extrema direita trata-se de um fenômeno global que se retroalimenta por meio inercial das bolhas das redes sociais de internet e por meio de alianças e trocas de informações, discursos e estratégias entre as principais lideranças em distintos países do globo, ocasionando assim a convergência de determinadas narrativas antiglobalistas e de resistência ao multiculturalismo. Entre os movimentos políticos de extrema direita com maior repercussão no mundo, destacam-se:

1. **Estados Unidos**: Apresenta raiz supremacista branca, com natureza nacionalista, populista, armamentista e reacionária (MUDDE, 2017), que busca resgatar um ideário de Grande América (Make America Great Again - MAGA). As agendas neoprotecionistas, discriminatórias, xenófobas e anti-multiculturalistas convivem com as agendas de desinformação e teorias da conspiração (BRADLEY, 2021).

2. **Itália**: Tem uma raiz neofascista, de modo que vários princípios são resgatados de modo modernizado (FOOT, 2018), com uma pauta nacionalista na economia, antiglobalista, euroscéptica e conservadora nos valores nacionais e religiosos , o que repercute em uma clara agenda xenofobista, contra imigrações (IGNACY, 2020). Há um populismo antissistema e a busca por uma governana centralizada e autoritária.

3. **França**: Possui raiz nacionalista histórica e populista, antiglobalista e antiregionalista à União Europeia, com agenda xenofobista, islamofóbica e autoritária no contexto da segurança pública, conservadora nos costumes sociais, com discursos

antissocialistas e de defesa dos valores da família, da identidade nacional e da religião católica em contraposição a demandas de grupos minoritários (MAYER; PERRINEAU, 2017).

4. **Hungria**: Introduz um nacionalismo histórico revanchista e um populismo antiglobalista e eurocéptica e contra as elites liberais e internacionais. A visão conservadora é fundamentada na identidade e cultura nacional em contraposição aos perigos advindos de grupos minoritários, gerando xenofobia e um discurso antissemita (KERESZTESI, 2020). A centralização do Poder nas mãos do Executivo em contraposição ao enfraquecimento do Judiciário e da Imprensa é uma agenda da extrema direita húngara que repercutiu em outros países, como Israel e Brasil.

5. **Inglaterra**: Traz uma agenda nacionalista, conservadora nos valores cristãos e da identidade nacional, populista e antiestablishment, eurocéptica, o que resultou na saída do Reino Unido da União Europeia (JABKO, 2019), bem como em políticas de natureza anti-imigração e xenófoba, ações islamofóbicas e racistas, além da radicalização e manifestação de discursos de ódio pelas redes virtuais (MILLER, 2016).

6. **Israel**: Introduz uma raiz de nacionalismo religioso, na qual se busca a promoção do conservadorismo social e a supremacia judaica, com discursos e estratégias extremistas contra árabes e comunidade LGBTQIA+. O expansionismo territorial, o militarismo, a centralização política do poder no executivo e políticas populistas são estratégias de ação da extrema direita (SHROUFI, 2023). .

7. **Brasil**: Apresenta uma matriz liberal na economia, porém antiglobalista, com um discurso

conservador com base nos valores nacionalistas (FARIA; SILVA; JORGE, 2022) e religiosos de matriz cristã, com ampla difusão no segmento evangélico. Há um discurso populista, reacionário, negacionista (antissistêmico, anticientífico, anticomunista e antiesquerdista), fundamentado na difusão de desinformação por meio das redes, bem como apresenta uma agenda armamentista e militarista.

8. **Índia**: Possui uma raiz influenciada pelo modelo de Israel, com a presença de uma nacionalismo religioso cujas políticas marginalizam e excluem minorias (BHATTACHARYA, 2024). O discurso conservador anti Ocidental, o nacionalismo econômico, o uso das redes sociais para desinformação e a orientação militar e paramilitar são características da extrema direita na Índia.

9. **Coreia do Sul**: Traz uma ideologia alicerçada no nacionalismo anti Coreia do Norte, com um forte discurso populista, anticomunista e antiesquerdista, fundamentada no militarismo (LEE, 2018), além de um conservadorismo fundamentado na identidade coreana, nos valores sociais das famílias tradicionais e da religião cristã que repercute em um discurso anti-imigração e contra o multiculturalismo.

10. **Rússia**: Tem no crescimento de movimentos nacionalistas de extrema direita um fator diferencial de suporte ao regime autocrático de Vladimir Putin, por meio de uma agenda nacionalista militarista e de expansionismo territorial, antiliberal e anti-ocidental com uma geopolítica eurasianista, permeada por um discurso étnico de supremacia eslava, xenófoba e anti-imigração (GAUFMAN; GANESH, 2024) , bem como por uma visão alinhada com os valores da Igreja Ortodoxa Russa da religião ortodoxa.

O pêndulo histórico de recrudescimento dos movimentos de extrema direita, assim como provocou uma retroalimentação de valores e práticas com as trocas de experiência em diferentes partes do globo, também tem gerado naturais riscos intranacionais dentro dos países e na própria dinâmica das relações internacionais, haja vista que existe uma porosidade das fronteiras em comparação à forte capilaridade das redes e dos canais de comunicação entre as lideranças e as bases sociais.

O crescente da popularidade de partidos e movimentos de extrema-direita tem gerado preocupações sobre o futuro dos modelos políticos democráticos, uma vez que regimes, instituições e direitos tem sido tolhidos nos contextos de discursos populistas e autoritários que questionam regras, valores e princípios democráticos, repercutindo assim em um crescente tensionamento dos campos de poder, com repercussões negativas assimétricas da intolerância sobre minorias e grupos vulneráveis, como imigrantes**,** refugiados, grupos étnicos e religiosos, e a própria comunidade LGBTQIA+.

Conclui-se, com base nos resultados e discussões previamente apresentados neste estudo que o movimento político da extrema direita contemporânea, embora não seja único e tampouco homogêneo, traz consigo um fenômeno sincrônico de elevada capilaridade e com distintos riscos, intranacional e internacional, em função de sua natureza, seja conservadora, seja reacionária, pois tensiona as instituições e as regras democráticas e liberais, bem como as agendas temáticas e o campo de poder dos atores, fortalecendo assim a tendência de polarização.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **The Origins Of Totalitarianism**. New York: HarperCollins Publishers, 1973.

BARROS, M. C. “Neofascismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro”. **Revista Ensaios**, vol. 17, jullho-dezembro, 2020.

BHATTACHARYA, A. “Forging a far-right friendship: How Israel became a model for Modi’s India”. **Green Left**, n. 1406, 2024.

BRADLEY, M. "The Far Right and Conspiracy Theories in America: Exploring the Role of the Digital Age." **Journal of Political Ideologies**, vol. 3, n. 26, 2021.

BURKE, E. **Reflections on the Revolution in France**, and on the Proceedings in Certain Societies in London Relative to that Event. In a Letter Intended to Have Been Sent to a Gentleman in Paris. London: J. Dodsley in Pall Mall, 1790. Retrieved from: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111218p.r=.langEN>. Access: 12/28/2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

FARIA, A. M. T.; SILVA, M. G.; JORGE, V. L.. “Eleições e extremismo no Brasil: análise dos programas de governo de Haddad e Bolsonaro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 37, n. 110, 2022.

FOOT, J. “Fascism and the Italian Far-Right: A Historical Overview”. **Italian Politics Journal**, vol. 33, 1, 2018.

GAUFMAN, E.; GANESH, B. **The Trump Carnival Populism, Transgression and the Far Right**. Berlin: De Gruyter, 2024.

IGNAZI, P. “The Rise of the Right in Italy: Immigration and the Politics of Fear”. London: Palgrave Macmillan, 2021.

JABKO, N. “Eurocrisis and the Rise of Right-Wing Populism in the UK”. **European Politics Journal**, vol. 45, n. 2, 2019.

KERESZTESI, S. “Anti-Semitism and Right-Wing Extremism in Hungary”. **Journal of Political Ideologies**, vol. 25, n. 3, 2020.

LEE, D. H. “Populism and Nationalism in South Korea: The Far-Right’s Rise”. **Korean Journal of Political Science**, vol. 49, n. 2, 2018.

MAYER, N.; PERRINEAU, P. “Le Front national à l'épreuve du pouvoir local”. **Revue Française de Science Politique**, vol. 6, n. 67, 2017.

MUDDE, C. **The Far Right in America**. London: Routledge, 2017.

SHROUFI, O. “Continuity and change in far-right discourse: The case of far-right support for Israel”. **Proceedings of the Conference “Discourse Theory: Ways Forward”**. Brussels: VUB, 2023. Retrieved from: <https://researchportal.vub.be>. Access in: 12/28/2024.

TILLY, C. **European Revolutions, 1492-1992**. Oxford: Blackwell, 1995.

CAPÍTULO 2

O Significado do "Trumpismo"
para a Condição Imperial dos Estados Unidos

O SIGNIFICADO DO "TRUMPISMO" PARA A CONDIÇÃO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Marcos Antônio Fávaro Martins

O presente capítulo traz uma reflexão a respeito das causas profundas da extrema direita nos EUA, principalmente no que toca a sua correção com a Grande Estratégia estadunidense para mundo, Grande Estratégia está que foi formulada a partir da última década do século XIX e consolidada em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Como todo assunto que toca o fenômeno da extrema direita, este é um assunto polêmico e plurifacetado, de maneira que nós analisaremos o *"trumpismo"* sob um ângulo muito específico que relaciona as peculiaridades da política externa do Governo Trump (2017-2020) com a condição particular que os EUA ocupam na sociedade internacional.

Como sabemos, os EUA não são um Estado de "condições normais", os EUA constituem um "Super Estado" com condições econômicas e militares super desenvolvidas, o que torna o seu exemplo único entre aqueles Estados que viram surgir setores de estrema direita em suas sociedades na última década.

Com base nesta contação, o trabalho objetiva debater a decadência da condição imperial dos Estados Unidos como uma das fontes da extrema direita neste país. Para tanto, nós fizemos uso da *"Teoria da autonomia"* segundo Hélio Jaguaribe (1979), para enquadrar o surgimento da estrema direita estadunidense em uma época de *stress imperial*. A "Teoria da Autonomia" tem o mérito de entender a diversidade de condições entre os Estados do mundo, que é um ponto de partida da nossa análise e também possui o mérito de relacionar as fontes do poder estatal com a dinâmica da sociedade, o

que também aparece como fundamental para debatermos o fenômeno em questão.

Para dar cabo ao nosso objetivo, dividimos nosso trabalho em três seções: a primeira delas apresenta tipologia entre Estados com base no conceito de *autonomia*, proposta por Helio Jaguaribe, cujo objetivo é descrever o conceito de *"Estado Imperial"*, cujo os EUA constituem o único exemplo em nossa época; a segunda seção do trabalho descreve, ainda que de forma resumida, as estruturas do *"Império estadunidense"*; e a terceira faz a relação entre o "Trumpismo" e o Stress Imperial da república, momento que apelamos para uma coletânea de notícias de jornais e os próprios discursos de Donald Trump na presidência e fora dela.

O QUE É UM IMPÉRIO? O CONCEITO DE "ESTADO IMPERIAL" SEGUNDO A TEORIA DA AUTONOMIA

É comum encontrarmos na literatura das Relações Internacionais, da Ciência Política e, mesmo a na literatura jornalística a afirmação que os Estados Unidos constituem um "Império", ou mesmo "um Estado Imperial". O que isso quer dizer? O que seria, afinal, um império?

A ideia que existe um Estado imperial, ou vários Estados imperiais que dão estrutura para a sociedade internacional, parte da constatação que os Estados são diferentes entre si em termos de capacidades, o que aponta para a "teoria da autonomia" como a mais adequada para a compreensão do papel dos EUA no mundo.

A teoria da autonomia, desenvolvida no eixo Brasil e Argentina é uma das poucas teorias das Relações Internacionais latino-americanas. Tal teoria foi desenvolvida por diplomatas profissionais como Juan Carlos Puig (1928-989) e Samuel Pinheiro

Guimarães (1939-2024) ou acadêmicos renomados como Hélio Jaguaribe (1923-2018), ela tem o mérito de atrelar desenvolvimento econômico com política exterior e ensaiar uma tipificação dos Estados da sociedade internacional a partir do ponto de vista dos países subdesenvolvidos.

A teoria da autonomia parte do pressuposto que existe dois cenários de atuação para os Estados na sociedade internacional: o primeiro destes cenários seria o do Direito Internacional, onde os Estados coexistem em regime de cooperação mediada por uma lei internacional, cujo o conceito organizador seria o de *"Soberania"*. Em torno do conceito de soberania, se reconhece a pessoa jurídica de cada Estado. O segundo seria o patamar político, onde as relações interestatais são dominadas pela competição e pelo arrivismo; competição esta que vez ou outra faz uso dos meios de destruição em nome da manutenção ou da reforma do *status ko* internacional. Esse patamar de competição teria como conceito de análise central o conceito de *"Autonomia"* (JAGUARIBE, 1979).

Se a soberania é uma *condição* que advém do reconhecimento reciproco entre os Estados, a autonomia seria a capacidade que cada Estado tem de fazer política externa e, eventualmente, contrapor outro Estado em um cenário de competição. Portanto essa capacidade é sujeita ao aperfeiçoamento, aperfeiçoamento este que os Estados conseguem por meio de novos equipamentos, como o melhor posicionamento dentro dos foros internacionais, a expansão de sua rede de embaixadas e a melhoria de suas condições militares, situação onde tem destaque a aquisição da arma nuclear, que é o símbolo maior da distinção entre os Estados fortes e os Estados fracos.

Segundo Hélio Jaguaribe a autonomia depende de fatores domésticos dos, que podem ser aperfeiçoados, mediante o direcionamento da política doméstica para o desenvolvimentos econômico e social; e de fatores externos ao Estado que se

manifestam em forma de janelas de oportunidade, ou em mudanças drásticas de conjuntura internacional como tivemos em 1945, com a Segunda Guerra Mundial.

Jaguaribe nomeou a dimensão interna da autonomia como sendo a *"Viabilidade nacional"* (JAGUARIBE, 1979) e a sua dimensão externa como *"Permissividade internacional"* (JAGUARIBE, 1979). Vale a pena nós abrirmos um parêntesis em nossa redação para descrevermos estes dois conceitos.

O mesmo autor definiu a viabilidade nacional como sendo a *"melhor equação que pode ser estabelecida entre recursos humanos e recursos naturais"* (JAGUARIBE, 1979, p. 96). Tal definição é útil para a comunidade de geógrafos na medida que aponta para o fato de que um Estado que faz o bom uso do eu território tem a sua autonomia aprimorada.

Na guerra da década de 1940 o Japão possuía uma sociedade grande e organizada, mas sucumbiu frente aos EUA pela carestia de recursos naturais: na medida que se via privada de suas LCMs (linhas de comunicações marítimas), a grande nação japonesa se via privada de metais, como o chumbo e o ferro e principalmente o petróleo, que eles possuíam a quantidade que permitia a luta contra as potências ocidentais por sete anos, segundo o cálculo feito pelo oficialato japonês antes do ataque aeronaval de Pearl Habor, em 1941 (MORTON, 2004). Tais recursos eram oriundos, principalmente, da China ocupada, de maneira que as ilhas japonesas ofereciam recursos insuficientes para manter a indústria nacional funcionando, o que seria essencial para uma defesa do território pátrio.

A pequena profundidade estratégica do território de Israel seria um segundo exemplo da importância que a extensão territorial tem para a defesa territorial. A falta de território obriga Israel a lutarem guerras convencionais sempre tomando a iniciativa. A Guerra de Yom Kippur, de 1973, situação em que Israel foi atacado

em três frentes diferentes colocou o Estado sob risco de destruição e revelou ao mundo as fragilidades militares deste país. Por isso, a posse de grandes extensões territoriais é importante, não só por que ela facilita o acesso aos recursos naturais, mas a própria profundidade estratégica é um recurso militar em si.

É importante observar que os EUA figuram como exemplo do primeiro Estado de proporções continentais a possuírem um projeto industrial, o que é um elemento importante para compreendermos a sua riqueza e a sua força militar.

É verdade que não é tarefa fácil avaliar as condições militares um Estado. A simples posse de quantidade de armas e quantidade de tropas não é um distintivo qualitativo em si. A história é rica em exemplos de países bem armados que perderam guerras para inimigos muito mais fracos e, neste sentido, as recentes derrotas da Arábia Saudita para os guerrilheiros no Iêmen seria um bom exemplo deste fato. Nesse sentido, a sociedade internacional tem a tendência de *respeitar e considerar uma potência militar aquele Estado que conseguiu sair vitorioso de uma grande guerra* (CARR, 2001).

Contudo, a posse da bomba atômica acrescenta uma nova camada a esta questão, uma vez que este artefato é um maximizador de forças pleno e a sua posse, mesmo por um país pobre ou um grupo político improvisado pode tirar de operação uma esquadra ou levar a falência da economia de um Estado forte, por meio da destruição de uma cidade polo.

Também é verdade que possuir um pequeno arsenal de 100 bombas atômicas é diferente de possuir milhares delas, como acontece com os EUA e a Rússia. Um Estado só consegue ser uma potência nuclear completa se, além da bomba atômica, ele desenvolve vetores para o seu lançamento e blindagens, camuflagens

e sensores para a defesa dos pontos vitais de seu território contra retaliações nucleares do inimigo.

Fora a capacidade militar propriamente dita, a Viabilidade nacional é feita de outras capacidades sociais. É importante observar que o poder militar precisa ser financiado por capacidades econômicas de maneira que um Estado que não tem uma economia próspera não vai conseguir desenvolver capacidades militares. Mais do que isso: o poder militar depende também de produção científica e tecnológica. Não obstante, a produção econômica não é apenas uma fonte de autonomia por ser financiadora do poder militar. A riqueza é uma fonte de autonomia em si na medida que ela oferece duas possibilidades de projeção para o Estado.

Uma dessas possibilidades de projeção se dá pela *exportação de capitais,* ou seja, aquele Estado que, por possuir uma economia próspera, consegue levar para outros Estados suas empresas, suas máquinas, suas obras de infraestrutura entre outras formas de investimento. Essa forma de projeção econômica cria dependência econômica e geopolítica de maneira que o Estado exportador de capitais cria uma espece de "teia" de Estados satélites dependentes da inversão de capitais. Se esses canais de investimentos forem interrompidos pelo Estado exportador de capitais, o Estado que recebe tais investimentos vão sofrer de transtornos econômicos que podem levá-lo à ruína no cenário político (CARR, 2001).

Essa forma de se projetar economicamente é, de certo, a mais usada pelas potências imperiais na nossa época. Isso não quer dizer que o seu recurso seja algo simples para o Estado que projeta poder, ao contrário, ela tem custos que precisam ser considerados: a exportação de capitais é, por excelência, um fenômeno de setor privado de maneira que quando o Estado forte retira seus recursos econômicos de um Estado satélite ele prejudica também suas empresas privadas; o que pode levar até ao colapso econômico aquele Estado que é alvo da ação, mas pode também trazer

transtornos econômicos para o Estado que promove a ação, com impactos sobre as empresas domésticas que perderam, seus investimentos e crises de popularidade para o governo.

Por este motivo, os EUA preferem, em seu trato com os Micro-Estados da América Central, optar por intervenções militares que, pela sua pequena escala, acabam sempre sendo mais baratas que a retirada de investimentos, que vez ou outra toca em setores econômicos importantes dos EUA (NYE, 2002).

Outra forma que os grandes Estados usam suas economias para projetar poder é pela *autarquia* (CARR, 2001). O assunto é tão importante para a Geopolítica e para a política de poder que mereceu um opúsculo de autoria de Rudolf Kjellén a respeito do assunto (KJELLEN, 1975). A autarquia é uma capacidade econômica que poucos Estados possuem, que reside na autossuficiência econômica (CARR, 2001).

Ou seja, uma economia autárquica consegue se isolar dos fluxos de abastecimento do comércio internacional e produzir tudo o que ela precisa. O Estado autárquico tem a vantagem estratégica de poder se isolar do comércio internacional sem ter a sua existência econômica prejudicada com isso. Por este motivo o Estado de vocação autárquica é muito mais resiliente à embargos econômicos e bloqueios navais que acontecem tanto em tempo de guerra como em tempos de paz. Vale a pena nós citarmos alguns exemplos relativamente recentes.

O Iraque, entre as confrontações de 1991 e a invasão pelas potências ocidentais em 2003 passou por severo embargo que abalou suas estruturas econômicas e sociais, fragilizando suas defesas e tornando o Estado vulnerável as forças militares dos EUA e do Reino Unido, em 2003. Este episódio é revelador da efetividade do embargo contra Estados que não tem condições autárquicas. Contudo, o embargo contra a Rússia e contra o Irã nestas últimas

duas décadas levaram ambos os Estados para um processo de substituição de importações que fortaleceram as estruturas sociais e estatais nos dois Estados. Cuba e Coréia do Norte sobrevivem ao isolamento imposto pela sociedade internacional, mas, nos dois casos, o conforto econômico da população é muito menor do que os casos dos russos e dos iranianos.

A autarquia pode ser fundamental para a sobrevivência daqueles Estados que queiram enfrentar ou transgredir a ordem internacional, mas a política autárquica é custosa e complexa. São muito poucos Estados no mundo que conseguem ter capacidades autárquicas e essa capacidade pode ainda diminuir conforme aumenta o poder de consumo e a sofisticação dos lares das famílias. A economia autárquica depende da posse de grandes extensões de território – que permite a prodigalidade de recursos naturais – e de um *optimum demográfico*, que possibilite a otimização da exploração dos recursos e o bom uso da mão de obra disponível dentro de condições de segurança alimentar.

A construção de uma autarquia também subentende que a eficiência da exploração dos fatores de produção disponíveis não vai acontecer de maneira ótima, o que pode levar ao encarecimento de mercadorias, ao saturamento de mercados específicos e a defasagem de alguns artefatos tecnológicos. Contudo, fenômenos benéficos para a economia também podem ocorrer: o processo de substituição de importações culmina com o ganho de capacidades que poderão ser um fator de sucesso comercial em épocas sem crise política, como acontece com a indústria aeronáutica russa.

Outro fator que impacta sobre a "Viabilidade nacional" é a própria constituição social. Sociedades mais igualitárias e que possuem um tecido social mais bem construído possuem menos contradições. Tais sociedades tem uma facilidade maior para construir consensos e seus laços de legitimidade com o poder estatal nacional costumam a ser mais sólidos. Costumeiramente os Estados

agressores tomam partido das contradições internas do Estado que recebe o ataque, o que torna as sociedades com mais problemas sociais vulneráveis frente aos Estados mais autônomos.

A "Viabilidade nacional" é passível de aperfeiçoamento por parte do Estado por meio de processos de substituição de importações, planos de ocupação territorial e outras políticas com o objetivo de melhorar o tecido social podem levar à sua melhoria, o que se observa em países como a China, a Índia e, mesmo o Brasil que com o seu projeto industrialista de século XX melhorou muito a sua autonomia. Contudo o mesmo não acontece com a *"permissividade internacional"* que constituem o conjunto de condições que a sociedade internacional impõe para aceitar novos Estados fortes.

Países como o Brasil e Irã, que Samuel Pinheiro Guimarães chamou de *"Grandes Estados Periféricos"* (GUIMARÃES, 2002), costumam ter muita dificuldade para se inserir internacionalmente. Tais Estados, que possuem estruturas robustas como forças armadas relativamente fortes e alguma capacidade industrial tem problemas sociais que servem como espécie de "âncoras" que fazem tais Estados estacionarem em seu esforço de ascensão na hierarquia dos Estados.

Além disso, o clube de países centrais é celeto e idiossincrático, evitando a *"ampliação do clube de países fortes"*, com consequente dissolvimento e atomização do poder internacional. Essa condição é visível em situações atuais como a tentativa de inserção do Brasil no "G8", pelo governo Lula na primeira década do século, ou na Inserção do Brasil na OCDE, em anos recentes, pelo governo Bolsonaro.

Em ambas as situações o Brasil se mostrava viável para compor os foros acima indicados, mas a inserção do país não aconteceu pelo consenso dos Estados membros de ambos os foros de

que o Brasil não deveria ser aceito. As propostas de reforma do Conselho de Segurança da ONU passam por um problema parecido.

O que seria, então, um império? Segundo a teoria da autonomia, um império seria um Estado com condições autonômicas super dimensionadas, capaz de impor agendas assimétricas para os outros integrantes do sistema internacional, o que é válido tanto para outros Estados como para Organizações Internacionais.

Hélio Jaguaribe propôs uma tipificação dos Estados atuais segundo o grau de autonomia que cada um detém. Para o autor (JAGUARIBE, 1979) existiram quatro tipos de Estado na sociedade internacional:

I. *Estados Imperiais* – São caracterizados pelo seu *território inexpugnável*, pela sua *plena capacidade nuclear* e pelo *fato de contarem com acesso militar a todos os quadrantes do mundo.* Para o autor, até a década de 1970 a única potência imperial no mundo eram os EUA. A URSS ganhou esse status quando começou a operar com a sua marinha de guerra em mares abertos, instalando bases navais no Vietnã e em Angola, já na década de 1970;

II. *Potências regionais* – Possuem o seu *território inexpugnável,* com *inquestionável influência e acesso militar sobre o seu entorno estratégico, podendo também possuir armas atômicas.* A França, A Grã Bretanha e a China das décadas de 1960 e 1970 são exemplos de potências regionais

III. *Estados autônomos* – São Estados que possuem *vulnerabilidades territoriais,* possíveis de serem invadidos. Contudo, os *Estados autônomos possuem grande influência e acesso militar ao seu entorno estratégico, o que se traduz em uma capacidade dissuasiva mínima.* O Brasil e o Irã,

seriam exemplos de Estados autônomos. Existe uma segunda categoria de Estados autônomos que são aqueles que, por deterem a posse de matérias primas estratégicas acabam por exercer influência sobre setores chaves da economia internacional– esse fenômeno Jaguaribe define como *"autonomia setorial"*. Exemplos de Estado nessa condição seriam os sócios da Organização dos Países exportadores de petróleo (OPEP).

IV. *Estados dependentes* – São Estados *sem capacidades estratégica* e com territórios vulneráveis. Tais Estados são apenas soberanos e precisam dos favores militares dos Estados maiores, em época de instabilidade internacional. Esse é o caso dos microestados da América Central e da Polinésia.

Atualmente a grande mídia noticiou a crise entre Venezuela (que é um Estado autônomo) e Guiana (que é um Estado dependente). Nesta crise não teria como a Guiana sobreviver ao assédio da Venezuela sem contar com tropas emprestadas do reino Unido ou dos EUA. A existência de "Estados dependentes" é antiga, de maneira que o Próprio Maquiavel nos fala de príncipes que necessitavam de tropas emprestadas de outros príncipes para manter o seu principado, e do quão difícil é essa condição (MACHIAVELLI, 1983).

Não é difícil ilustrar com dados o caráter imperial dos EUA: nós sabemos que os EUA chegaram a essa condição no ano de 1945, chegando a estrear a política nuclear: por quatro anos Washington deteve o monopólio nuclear na sociedade internacional, e o seu poder não se limitava a este feito. No ano de 1945 os EUA detinham 50% do PIB mundial; 50% das reservas mundiais de ouro; 60% do PIB industrial (GUIMARÃES, 2002).

A arregimentação de civis para o serviço militar na Segunda Guerra Mundial havia batido marcas titânicas e, em 1945 os EUA 11,430 milhões de homens (RESENDE, 2013, p. 45). Com a desmobilização, nem todos os soldados voltaram para casa: muitas das divisões formadas para oferecer combate às forças do Eixo durante a guerra ficaram estacionadas em seus teatros de operações, aquarteladas e esperando a nova guerra do império que, no contexto dos anos de 1950, deveria ser contra a URSS.

Depois da dissolução da URSS, na transição da década de 1990, não conhecemos a paz mundial. Os EUA ampliaram a OTAN e organizou uma sequência de guerras para a manutenção de Status quo, exibindo suas capacidades diplomática e militares e cobrando o reconhecimento da sociedade internacional de sua autoridade como o Estado zelador pela ordem mundial.

A CONDIÇÃO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Quais seriam as fontes do poder estadunidense? Os EUA ascenderam à um Estado imperial em 1945, momento que o império britânico foi totalmente esgotado pelo desgaste imposto pelas duas guerras mundiais. A condição imperial havia sido planejada por décadas, por intelectuais à serviço do Estado como foram o caso de Alfred Mahan (1840-1914) e Nicholas Spykman (1893-1943). Nenhum texto curto poderá dar cabo da missão de construção do império estadunidense, de maneira que nós resumimos este projeto hercúleo em quatro pontos:

I. *A ascensão como potência marítima* – Depois da Guerra da Secessão (1860-1865) os EUA passaram a ser uma grande potência militar. A partir das duas últimas décadas do século XIX, começou no país o

movimento político para a construção da projeção marítima dos EUA, que possibilitaria ao Estado acesso militar à Ásia e a Europa. O Grande idealizador deste projeto foi Alfred Mahan, um oficial da *US Navy* que se tronou um grande geopolítico. O projeto concebido por Mahan e levada a frente pelas próximas gerações foi a construção do Canal de Panamá, que levaria a total reconfiguração das linhas marítimas de comunicação mundial, afunilando-as nos istmos do Panamá e deixando as mesmas à mercê das forças navais dos EUA. O Canal do Panamá também possibilitaria o rápido intercambio de forças navais dos EUA de costa a costa do território nacional. O projeto marítimo ainda consistia na aquisição de ilhas para o estabelecimento de bases navais de ultramar que serviriam como ponto de apoio para o domínio dos mares e acesso militar á Ásia e Europa. São Exemplo dessas ilhas o Havaí e as Filipinas, sendo que, no final do século XX os EUA já contava com centenas de bases no ultramar. Outros capacidade especial que os EUA possuem está na sua capacidade superlativa de transporte, podendo transportar centenas de milhares de homens para o ultramar e abastecer os mesmos em luta (BRODIE, 1961) como demonstrou as guerras que os EUA lutaram a partir da década de 1940. Contudo, a principal capacidade marítima dos EUA é ter acesso militar aos *choke points*, que são canais e estreitos que constituem *"pontos de estrangulamento"* do comércio internacional. Segundo Geoffrey Till (TILL, 2006), até o final do século XX, 90% do comércio internacional depende do transporte marítimo para ser transportado; a globalidade do comércio que depende do transporte marítimo passa por quatorze *choke points* – sendo oito deles de importância vital – que estão sujeitos à intervenção, ou mesmo a interdição, da *US Navy*;

II. *A defesa do liberalismo como doutrina universal* – Quando escreveu *"O fim da história e o último homem",* Francis Fukuyama afirmou que os EUA é um projeto lockeano (FUKUYAMA, 1992) e esta é uma afirmação verdadeira. Tanto pela influência intelectual da colonização britânica, como pelo próprio regime de colonização, as elites dos EUA acabam por formar um Estado baseado em nítidos preceitos liberais. Preceitos estes que foram difundidos em todas as esferas sociais e acabaram por moldar o estilo de vida estadunidense. O culto obsessivo ao indivíduo e à prosperidade individual, a desconfiança aos grandes projetos governamentais são marcas da sociedade estadunidense. É importante observar que os EUA exportam esses valores para outras sociedades fazendo uso de instrumentos públicos e privados (a indústria cultural é o melhor exemplo) para difundir o liberalismo como doutrina universal. O liberalismo deu forma às instituições internacionais que cuidam do regime comercial, como a OMC (*Organização Internacional do Comércio*) e sociedades que propõe doutrinas de organização sociais concorrentes ao liberalismo estadunidenses acabam por ser alvo do poder militar *Yankee* como demonstram os exemplos recentes do Iraque, da Síria e da Líbia;

III. *A manutenção do equilíbrio estratégico euroasiático* – A partir da Segunda Guerra Mundial, os EUA definiram como conceito estratégico chave a manutenção do *"Equilíbrio Estratégico Euroasiático"* (HUNTINGTON, 2002). O que isso quer dizer? No início da década de 1940, Nicholas Spykman concluiu que os EUA deveriam ter uma postura intervencionista em relação aos assuntos da Eurásia, impedindo a formação de grandes Estados nessa grande massa continental que possuía duas vezes a extensão territorial e sete vezes o efetivo populacional que a América do Norte (SPYKMAN,

1944). No caso da Eurásia se tornar um único poder político, os EUA vão ser reduzidos à um Estado menos da Sociedade Internacional. Conceber isso, no contexto da década de 1940, equivalia agir no sentido de destruir os projetos imperiais da Alemanha e do Japão que reduziriam a Eurásia à apenas dois Estados, se o eixo saísse vencedor da Segunda Guerra mundial; para o contexto de Guerra Fria (1946-1989), o objetivo estratégico dos EUA consistiria em impedir que a URSS transformasse a Eurásia em um único Estado; para o nosso contexto; o objetivo estratégico dos EUA consiste em obstruir a esfera de entendimentos entre Rússia, China e Irã, bem como consiste em obstruir a influência que esses Estados venham a ter nas extremidades da Eurásia. Por este motivo os EUA mantêm bases com efetivos militares poderosos nas extremidades da Eurásia e intervém em conflitos regionais, como a Guerra da Ucrânia ou a Guerra Civil na Síria;

IV. *A busca da arma superior* – É bastante famosa, dado o espaço midiático que ela dispõe, a doutrina militar dos EUA de possuir armas tecnologicamente mais avançadas que os seus inimigos. Essa foi uma lição que os EUA aprenderam com os alemães na segunda Guerra Mundial: a de que o desenvolvimento tecnológico promove assimetrias no campo de batalhas o que leva às vitórias rápidas e obriga o inimigo a se lançar em um caro e cansativo processo de desenvolvimento científico e industrial. É verdade que o "Projeto Manhattan" que deu aos EUA o pioneirismo nuclear é um símbolo desta conduta. Mas ela se aplica não só à Bomba atômica, como também a projetos aeronáuticos, navais, especiais, enfim. Também é verdade que "A busca da Arma Superior" foi um dos fatores de desgaste dos EUA, uma vez que ele levou à uma série de hiatos organizacionais: dependência do setor público ao complexo militar industrial; difusão de

> tecnologias críticas para os Estados inimigos; descontrole do orçamento militar, erros de cálculo com relação a qual tecnologia desenvolver, ou, simplesmente, a nulidade da doutrina, como ficou evidente na Guerra do Vietnã (1960-1975), situação na qual a *posse da arma superior* não trouxe para os EUA uma vitória acachapante contra o pobre, simples, estoico e criativo inimigo que se escondia atrás do mato;

O problema imperial não se resume à formação e declínio dos EUA, antes disso, a formação de impérios é um problema ancestral da política e vem desde a antiguidade. A própria era moderna e a contemporaneidade conheceram mais de um império, que tiveram uma expressão marítima e que hoje existem no status de Potências Regionais ou Estados autônomos: Portugal, Espanha, Holanda e Grã-Bretanha antecederam os EUA. Roma, o império Otomano e o Império Otomano e o Império Mongol são exemplos de impérios antigos. Contudo, duas coisas mudaram: a primeira delas é a relevância do domínio da técnica que elevou para a escala global a abrangência dos impérios a partir do século XVI.

Outra diferença reside no rendimento dos armamentos que tornou mais mortífera a atuação das diferentes forças armadas e aproximou o fazer militar do fazer científico. Nesse sentido, os EUA se destacam por serem os primeiros a possuírem a bomba atômica. Foi Paul Kennedy (1989) que propôs o conceito de *Stress Imperial* (*Imperial Overstretch*) que aponta a decadência econômica e social como os custos da política imperial.

O leitor deve pensar, dado tudo que foi escrito até aqui, que um Estado se torna um império para acumular riquezas, mas essa relação é apenas parcial. Diríamos que uma afirmação mais precisa seria à contrária: que um Estado se tornou um império porque, antes de ser um império, ele acumulou riquezas para tal. Dizemos isso, por

que geralmente a condição imperial, que nasce de uma vontade de domínio de uma elite dirigente, delapida, aos poucos o que as gerações anteriores construíram. Quando os compromissos imperiais que reverberam em esforços antieconômicos e começam a mostrar para a povo e para as elites os seus custos, tem-se então a situação de *Stress Imperial*.

A partir das duas guerras mundiais o Stress Imperial tende a ocorrer de maneira mais rápida, uma vez que o desenvolvimento militar obriga esse ramo das engenharias a trabalhar para romper as fronteiras do conhecimento, o que custa muito dinheiro. Outro problema reside no impacto social do poder estatal: na nossa época, não só as informações correm de maneira mais fluida, o que torna os súditos do império mais reticentes à confiarem seus filhos para as forças armadas.

Como também, a rápida difusão das tecnologias militares para as potências regionais e para os Estados autônomos torna a capacidade de resistência desses Estados coisa mais respeitável, o que não só impõe limites mais claros para os Estados Imperiais como também traz para a opinião pública o assombro do morticínio dos jovens, algo que passou a ser visto com mais atenção pela sociedade estadunidense a partir da Guerra do Vietnã. Por isso, o stress imperial dos EUA não é coisa nova, ele já era observado pelos bons analistas na segunda metade dos anos de 1970, e hoje ele ganha formas sociais mais bem definidas, inclusive na direita, como se observa com o surgimento do *trumpismo*.

Quando à Segunda Guerra mundial terminou, havia um obstáculo muito nítido para que os EUA realizassem a aspiração de ser a peça chave de uma *"segunda edição"* de uma sociedade internacional regida pelos princípios da *"teoria da harmonia de interesses"*. Esse obstáculo era a URSS. O fato da URSS ter conseguido suas capacidades nucleares em 1949 turvou a

possibilidade de uma campanha de destruição, por parte dos EUA, conta ela.

Nesse mesmo contexto, para manter o equilíbrio estratégico euroasiático, os EUA precisaram levar à frente a reconstrução da Europa (plano Marshal, iniciado em 1947) e do Japão (plano Colombo, iniciado em 1951). Essas duas iniciativas significaram, a médio prazo, a reabilitação econômica de concorrentes comerciais dos EUA, cujos principais Estados eram a Alemanha e o Japão. Assim, a economia dos EUA que representava 50% do PIB mundial em 1945, havia chegado na década de 1970 representando 25% do PIB mundial (FAIRE, 1977). Na década de 1980, a ideologia estadunidense de defender o livre comércio havia promovido um desastre: os a indústria automobilística japonesa entrava no mercado estadunidense concorrendo e vencendo os seus equivalentes estadunidenses.

Mas acontecimento nenhum tem maior significado para o Stress Imperial dos EUA do que a derrota na Guerra do Vietnã. Os EUA assumiram seus primeiros compromissos militares no Vietnã ainda no segundo quinquênio da década de 1950, quando à França ainda não havia se retirado completamente do pequeno país asiático. Com o tempo, a escalada militar foi inevitável e, no final de janeiro de 1969, as forças em luta no Vietnã chegaram a sua maior cifra, que era a de 542.400 soldados (THOMPSON, 1983).

. O problema central do Vietnã é complexo e plurifacetado: existe nele uma questão de coerência de ideias, uma vez que colocou um Estado Imperial que se dizia anticolonialista em uma campanha militar colonialista, onde os EUA substituíram a França; envolve uma questão de custos, por que ela foi uma campanha longa e cara; e envolve a questão dos veteranos, que não eram bem recebidos quando voltavam da guerra para os EUA, situação que piorou muito quando se confirmou a derrota estadunidense.

Quando escreveu o *techno-thriller "O vingador",* Frederick Forsyth contou a história de um veterano do Vietnã que ganhou a vida nos EUA no pós guerra como caçador de recompensas. Neste livro Forsyth fez uma afirmação de importância sociológica, que é muito útila para o que se discute aqui: "*Se há uma coisa com a qual o americano médio não deseja ser associado é com a derrota*" (FORSYTH, 2004, p. 101).

Naturalmente que não existe uma sociedade no mundo que goste da derrota, mas existem aquelas sociedades que convivem melhor com ela, e esse não é caso da sociedade estadunidense. Isso acontece por que o estadunidense é formado no meio um caldo ideológico regido pelo individualismo liberal. Assim sendo a palavra *"Loser"*, na cultura estadunidense tem um significado mais pejorativo do que em outras culturas. O veterano, visto com um fracassado e como um desajustado pela sociedade acabou sendo um símbolo da derrota.

Esse sentimento serviu de embrião para os "Traumas pós Vietnã", um profundo conjunto de desajustamentos da sociedade que foram muito bem retratados pela indústria cultural, principalmente no filme *"Rambo – first blood"* de 1982 que é a adaptação de um livro escrito pelo canadense David Morrell em 1972.

Mas o drama causado pela guerra do Vietnã vai além do drama dos veteranos: ela estimulou uma geração de jovens estadunidenses a não prestarem serviço militar obrigatório e colocou em crise o serviço de recrutamento do Estado. Hélio Jaguaribe cita este fato dos grandes impérios do passado terem perdido o seu lugar na hierarquia internacional por se negarem a prestar serviços militares ao Estado ou considerarem ela uma prática desonrosa (JAGUARIBE, 1979; 2002).

Nesse sentido, apontamos para o fato do individualismo doutrinário que permeia a sociedade dos EUA ter posto em xeque a

vontade dos jovens de cumprirem com obrigações militares como um primeiro e ilustrativo sintoma do stress imperial estadunidense.

O SIGNIFICADO DO "TRUMPISMO" PARA A CONDIÇÃO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Donald Trump é um rico excêntrico com o senso de boa educação muito abreviado. Em condições normais, jamais seria o presidente de uma potência regional e, muito menos, de Estado Imperial. A ascensão de Donald Trump ao poder em 2016, que causou transtornos e a divisão do próprio Partido Republicano, não seria possível se ela não fosse motivada por uma *força social de dimensões históricas*, de necessidades específicas e com pouca adesão ao espectro ideológico da constelação partidária estadunidense.

Ao nosso ver, essa força profunda advém do stress imperial, que tem seus primeiros gérmens na Guerra do Vietnã e que deriva não apenas da derrota que os EUA sofreram nesta guerra, mas de uma clivagem que separa a ideologia individualista do povo com a *cara* e *polêmica* condição imperial do Estado.

Nesse sentido, duas distinções devem ser feitas a respeito do Trump: uma delas diz respeito à diferença de Trump com os seus congêneres da extrema direita, como é o caso de Jair Bolsonaro, e a outra e a sua relação com o espectro ideológico que percola o sistema político estadunidense.

É muito comum ouvirmos do público brasileiro comparações entre as figuras de Bolsonaro de Donald Trump. A comparação tem sua justeza, uma vez que os dois foram presidentes na mesma época, foram definidos pelos seus eleitores como *"candidatos anti-sistema"* e pareciam, inclusive, serem amigos pessoais. Assim, *por*

mais que os homens sejam parecidos a ponto de serem amigos, *as condições são completamente diferentes*: Bolsonaro foi presidente de um Estado autônomo que, apesar de ter sua importância para a sociedade internacional, perdeu muito de sua autonomia; Trump foi chefe em um Estado Imperial que luta guerras no prazo de décadas e tem uma importância estrutural a ordem internacional.

Por esse motivo as percepções políticas de Trump são muito mais sofisticadas daquelas do Bolsonaro: o brasileiro, cuja simpatia pelos EUA parecia ser até maior que a simpatia pelo Brasil, se tipifica sem muitas imperfeições à doutrina neoconservadora estadunidense que floresceu na década de 1970 e elegeu três presidentes: Ronald Regan (presidente entre 1981 e 1989). George Bush (presidente entre 1989 e 1993) e George W. Bush (presidente entre 2001 e 2009).

O *"Neoconservadorismo"* se caracteriza pela defesa do livre mercado, pelo autoritarismo do poder estatal e pelo conservadorismo religioso em matéria de costumes. Nesse sentido, Bolsonaro não foi o primeiro político conservador da América Latina, sendo que Augusto Pinochet, no Chile, possuiu um perfil muito fiel ao neoconservadorismo.

O segundo entendimento, é que Trump é um fato novo na política dos EUA: ele foi apontado como um neoconservador, coisa que *ele não é*; ele foi apontado como um *isolacionista*, o que ele *tem fortes traços*. Escolhemos alguns trechos dos discursos de Trump, que, reforçados por algumas decisões de seu governo que solidificam os nossos argumentos.

Depois de uma vitória apertada, em 2018, Trump, em seu discurso de posse, dirigiu o seu discurso para *povo*, e não para a *classe política*, que segundo ele*, é privilegiada e responsável pela situação social atual*. O discurso possuía forte teor isolacionista, como podemos verificar no trecho:

> Por muitas décadas enriquecemos a indústria estrangeira às custas da indústria americana; subsidiamos os exércitos de outros países enquanto permitíamos ao muito triste esgotamento de nosso poder militar; nós defendemos as fronteiras de outros países enquanto nos recusamos a defender as nossas próprias; E gastamos trilhões e trilhões de dólares além mar, enquanto a infraestrutura dos Estados Unidos caiu em degradação e deterioração. Nós tornamos outros países ricos enquanto a riqueza, a força e a confiança do nosso país se dissipou no horizonte. Uma por uma, as fábricas fecharam e deixaram nosso solo sem nem pensar nos milhões e milhões de trabalhadores americanos que foram deixados para trás. A riqueza da nossa classe média foi arrancada de suas casas e depois redistribuída ao redor do mundo (TRUMP, 2017).

Segundo Vaz de Oliveira, a estratégia de marketing de Trump teve como objetivo de campanha, em 2018, a *"Proeminência de preocupações particulares entre os eleitores de massa"* (OLIVEIRA, 2020).

Ou seja, a destruição dos empregos, o processo de desindustrialização, a perda de empregos para os imigrantes, a desestruturação da família tradicional, o aumento do custo de vida, foram fenômenos que pesaram mais para o eleitor estadunidense que o tradicional ideário dos partidos tradicionais, e Trump soube reconhecer isso dentro de uma estratégia eleitoral.

Assim sendo, à medida que a *"sombra do fracasso"* acomete o indivíduo e a família estadunidense o discurso centenário dos partidos tradicionais perdem valor e a própria condição Estado Imperial não é mais motivo de orgulho para as massas.

A campanha de Trump, foi feita sob a metodologia da "avaliação social" (OLIVEIRA, 2020). Este método avalia as

demandas de determinados grupos sociais que podem ter escala para eleger um representante. Nesse sentido, o discurso de campanha de Trump foi muito influenciado pela ideia de que *"antes, era melhor"* o que reverberou no Slogan *"Make America Great Again"* (MAGA - Fazer a América Grande de Novo).

O slogan não se refere à condição imperial do Estado, obviamente, uma vez que o império não teve retrações territoriais, até pelo contrário – o crescimento da OTAN na década de 1990 pode ser considerado um ativo importante no processo de expansão imperial dos EUA. Por *"grande de novo"*, Trump se referiu à prosperidade das empresas e das famílias, o que não só foi um apelo para o desenvolvimento econômico, mas ganhou fortes contornos paroquiais e chauvinistas na medida que serviu de combustível para o sentimento anti-imigratório.

Com efeito, uma vez sentado na cadeira presidencial, Donald Trump chegou trancar crianças e adolescentes – filhos de imigrantes ilegais – em jaulas (MARQUES, 2018). A brutalidade do governo, que levantou protestos de aliados republicanos e mesmo da primeira dama, Melaine Trump, parece não ter promovido efeitos negativos sobre os seus ao contrário, em entrevista recente, quando se prepara para ocupar novamente a cadeira presidencial, Trump afirmou que *"Nós vamos fechar a fronteira. Porque neste momento temos uma invasão, de milhões e milhões de pessoas vindo para o nosso país."* Disse ainda que os imigrantes que chegavam nos EUA eram oriundos de *"prisões e hospitais psiquiátricos"* (CARMO, 2024).

Muito do conjunto de crenças trumpistas repousam em torno da ideia de que existe uma classe estatal, privilegiada representada pelos políticos e por auto funcionários que "sugam" as forças da nação e que fazem uma política que é *boa para o mundo*, mas que *é má para os EUA*. Tal política trouxe os imigrantes para os EUA, levaram as indústrias para os outros países e fizeram os EUA assumirem compromissos militares que não eram deles. Tudo isso

causou a degradação dos padrões de vida. Segundo Trump, se existe uma classe de estadistas que é favorecida com esta política, existe o grande número da população estadunidense que arcou com os custos dessa política:

Mas, para muitos de nossos cidadãos, uma realidade diferente existe. Mães e crianças presas na pobreza das zonas carentes de nossas cidades, fábricas enferrujadas espalhadas como lápides pela paisagem de nosso país. Um sistema educacional cheio de dinheiro, mas que deixa nossos jovens e belos estudantes desprovidos de conhecimento.

E o crime as gangues e as drogas que roubaram tantas vidas e roubaram tanto potencial não realizado de nosso país. Essa carnificina americana acaba aqui e acaba agora. Somos uma única nação - e a dor deles é nossa dor. Os sonhos deles são nossos sonhos, e o sucesso deles será nosso sucesso. Dividimos um único coração, um lar e um glorioso destino (TRUMP, 2017).

Tal descrição perturbadora que Trump fez em seus discursos não foge tanto da realidade, como o leitor pode imaginar. Ela lembra muito as vistas aéreas da cidade de Detroit, que empobrece com a fuga das indústrias e ganha contornos indiscutíveis de abandono e de pauperismo.

Essa é uma situação denunciada à anos. Devemos citar como exemplo os documentários produzidos por Michael Moore, que desde o final dos anos de 1980 denunciam as contradições e malefícios sociais do estilo de vida dos EUA e da política imperial do Estado. "*Roger and Me* (1989) faz a denúncia do fechamento de onze fábricas da indústria automotiva na cidade Flint, estado de Michigan; em *"Capitalism: A Love Story"* de 2009, o diretor aprofunda suas críticas ao capitalismo estadunidense e denuncia o processo de desindustrialização dos EUA.

É curioso observar que, enquanto o discurso individualista do *"Eu S.A.",* do *"self-made man"* é revisitado e difundido pelo mundo, também cresce o número de produções cinematográficas como *"Inverno da Alma"* (2010*), Killer Joe* (2013), *"Águas que corroem"* (2018), *"O Coringa"* (2019), *"Sede assassina"* (2023), todos estes, filmes que seguem a escola do *"Robocop"* (1987), e denunciam a precarização das condições de vida nos EUA e o abandono do indivíduo pela sociedade, o que leva à respostas sociais agressivas.

Isso acontece por que a boa arte é uma representação do mundo sensível, com suas dinâmicas e contradições. E a grande contradição é que, neste primeiro quartel de século XXI, a sociedade mais rica do mundo tem sérios problemas de pobreza. A resposta política para isso foi o surgimento do trumpismo.

No seu discurso de posse, Trump prometeu que:

> A América vai começar a vencer de novo, vencer como nunca antes. Vamos trazer de volta nossos empregos. Vamos trazer de volta nossas fronteiras. Vamos trazer de volta nossa riqueza, e vamos trazer de volta nossos sonhos. Vamos construir novas estradas e rodovias e pontes e aeroportos e túneis e ferrovias ao redor da nossa nação maravilhosa. Vamos tirar nosso povo do seguro-desemprego e colocá-los de volta ao trabalho, reconstruindo nosso país com mãos americanas e trabalho americano. Vamos seguir duas regras simples: Comprar [produtos] americanos e contratar americanos. Vamos procurar amizade e boa vontade com as nações do mundo - mas vamos fazer isso com o entendimento de que é o direito de todas as nações colocar seus próprios interesses em primeiro lugar. Nós não buscamos impor nossa maneira de viver sobre ninguém, mas, em vez disso, deixar que ela

> brilhe como um exemplo a ser seguido (TRUMP, 2017).

É essa a hora de perguntar: seria Trump um falastrão? Em que medida ele foi fiel ao seu compromisso eleitoral? Essas são perguntas de difícil resposta. Em parte, a resposta da primeira pergunta é afirmativa, isso por conta do temperamento fanfarrão da pessoa de Trump, mas não só por isso. Recentemente veio à voga a discussão do termo *"Deep State"* e a sua relação conturbada com o governo Trump.

O termo "estado profundo" se refere aos círculos internos da burocracia, que formam uma espécie de *"Submundo do setor público"* e que acabam por confundirem os interesses do Estado com seus interesses pessoais. Os interesses do *"Deep State"* podem também percolarem o setor privado e levarem a alianças táticas e estratégicas com determinados seguimentos empresariais ou de sociedade civil organizada: é notório, no caso dos EUA, a interação que existe entre o "Estado profundo" e o complexo industrial militar.

Tais setores, presentes nos escalões mais elevados das forças armadas, em serviços de segurança civis como a CIA, a NSA e a o FBI e no próprio departamento de Estado. Tais setores tem seu *modus operandi* determinados pelos objetivos nacionais delimitados pelo conceito estratégico nacional. Ou seja, o *"Deep State"* dos EUA tem como valores fundantes o *liberalismo arraigado, o poder marítimo* e o *equilíbrio estratégico euroasiático*, descritos nos itens anteriores.

Assim, o convívio entre Donald Trump e o "Deep State" foi conflituoso. O que não impediu Trump de tomar medidas que afastasse, os EUA de sua condição imperial, dando à sua política um tom acentuado de isolacionismo:

> Todas as decisões sobre comércio, sobre taxas, sobre imigração, sobre relações exteriores serão feitas para beneficiar os trabalhadores americanos e as famílias americanas. Devemos proteger nossas fronteiras das devastações dos outros países fazendo nossos produtos, roubando nossas empresas e destruindo nossos empregos. A proteção vai levar a grande prosperidade e força (TRUMP, 2017).

Foi a pauta comercial que Trump conseguiu mais êxitos, e de forma mais rápida: já em janeiro de 2017 retirou os EUA do *"Acordo Trans-Pacífico"* (TPP), uma parceria comercial iniciada por Obama em 2015 dentro de parâmetros parecidos com a *"Constelação mundial do Comércio"* de Clinton.

Trump também reformou o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), o bloco comercial formado entre EUA, México e Canadá, que passou a ser denominado USMCA (*United States-Mexico-Canada Agreement*) e passou a contar com dispositivos para impedir que as indústrias dos EUA se estabeleçam no México, onde a mão de obra é mais barata e as indústrias tem facilidades fiscais e trabalhistas, contribuindo para a delapidação do patrimônio industrial estadunidense.

Trump também estabeleceu duras críticas à ONU e ameaçou sair da OMC o que é exótico, para um presidente dos EUA, uma vez que estes costumam a conceber as instituições multilaterais como instrumentos de poder e de projeção nacional. Mesmo a OTAN que é até hoje o principal foro multilateral que serve aos EUA como "Estrutura hegemônica" foi alvo dos pronunciamentos de Trump.

Mesmo depois de sair do mandato presidencial, Trump continuou com a mesma linha de argumentação: que os EUA investem muito na OTAN, e que o seu país faz um favor à comunidade europeia provendo-a de segurança, sendo que, os EUA,

só deveria continuar mantendo a OTAN se os Estados Europeus partilhassem das despesas com os EUA.

Trump também foi crítico ao programa de desenvolvimento *"Joint Strike Fighter"* (JSF) do avião de combate F-35 *Lightning II*, considerado o projeto aeronáutico mais caro da história. O JSF custou tão caro para os EUA que, apesar de possuir tecnologias restritas, precisou ser aberto para empresas de Estados aliados para ser pagável. Trump só não conseguiu cancelar o programa por que ele já estava nos últimos estágios de desenvolvimento em 2017.

Trump possui fortes traços isolacionistas, e este isolacionismo vem da necessidade de pôr freios na política imperial na medida que ela continuar apresentando custos sociais elevados, como tem custado, para os EUA. Porém, ele se diferencia dos antigos isolacionistas que defendiam essa ideia por tradição. A própria Doutrina Monroe tem traços isolacionistas, na medida que nega intervenções dos EUA na Europa.

O maior isolacionista estadunidense foi o presidente Herbert Hoover (1874-1964 – foi presidente entre 1929 e 1933), que transição da década de 1920 para 1930 organizou um programa de desmonte da frota de guerra dos EUA. O isolacionismo voltaria aparecer, contudo de maneira tímida, na década de 1960, em razão da Guerra do Vietnã, ficando no ostracismo depois disso (NYE, 2002). Trump representa um novo tipo de isolacionismo, uma vez que este isolacionismo tem raízes sociais, em uma época que os EUA têm suas condições imperiais plenamente desenvolvidas.

Nós afirmamos, no início desta seção, que Trump também se distância dos *"neocons"*, fato comprovável pela missiva que Trump disparou contra Colin Powel, quando este veio à óbito (UOL, 2021)[1].

É conveniente lembrar que o neoconservadorismo se afasta do trumpismo, por conta de sua tradição belicosa. O governo Reagan foi pródigo de exemplos, a este respeito: foi Regan que buscou o atrito com a URSS, deflagrando aquilo que os analistas chamaram de *"Segunda Guerra Fria"*, pondo fim ao período de *"Detende"*, onde EUA e URSS buscaram o entendimento e se proporam, por meio das conversações SALT (*Strategic Arms Limitation Talks* – Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas) reduzirem seus arsenais nucleares.

Regan retomou a corrida armamentista e contribuiu ativamente para a consolidação da Terceira Revolução Industrial na medida que desenvolveu a *"Iniciativa para a defesa estratégica"* (*"Strategic Defense Initiative"* – SDI), que ficou mais conhecido pelo seu apelido: *"Programa Guerra nas Estrelas"* e que levou ao profundo endividamento público dos EUA.

O governo Reagan lutou ainda duas guerras clandestinas: uma na Nicarágua, onde ascendia o governo revolucionário sandinista e, no Oriente Médio, forças clandestinas dos EUA passaram a apoiar os guerrilheiros *Mujahidin*s em sua guerra contra a URSS. Os *neocons* fariam, ainda nos anos de 1980, duas campanhas pequenas nas Américas: em 1983 invadiram Granada e, em 1989, já sob o governo de Bush (que fora vice-presidente de Reagan), invadiram o Panamá. Bush ainda organizou a maior campanha militar dos EUA após a Guerra do Vietnã ao desalojar as

[1] A rivalidade entre Trump e os *neocons* é anterior ao próprio mandato presidencial de Trump. Em 2016, Colin Powel havia chamado Trump de *"Vergonha nacional"* e *"Pária internacional"* em e-mails que haviam vasado e que Colin Powel negou (FAUS, 2016)

forças iraquianas do Kuwait nos primeiros dias de 1991, com a operação "*Desert Storm"*.

O século XXI começaria com um novo governo neoconservador, o de George W. Bush e mais duas aventuras militares, que agora teriam maior monta: no segundo semestre de 2001 o Afeganistão foi invadido por forças estadunidenses e, em março de 2003, o Iraque foi invadido e teve o seu Estado destruído.

Nesse sentido, Trump se afastou da tradição neoconservadora. Após tensões iniciais com a Coreia do Norte e com a Venezuela, Trump estabilizou suas relações exteriores e chegou a ser acusado de ser um agente russo. Em 2019, Trump retirou as tropas estadunidenses da Síria, afirmando que aquela era uma *"Guerra sem fim"* e em agosto de 2021 os EUA evacuavam do Afeganistão, dando fim à guerra mais longa, pelo menos do ponto de vista oficial, que os EUA já lutaram.

Assim, nos seus quatro anos de mandato, Trump se apresentou como *fato novo*, e deu novas características para aquilo que se vulgarizou chamar de *"Populismo de Direita"*. Apesar de conservador e até reacionário, Trump compreendeu os custos da política imperial do Estado e trabalhou para reduzir o seu perfil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pensar para o futuro?

No momento que o autor escreve estas linhas, dois fenômenos se sobrepõem: um deles diz respeito à viabilidade de Trump como novo presidente dos EUA para um segundo mandato presidencial, uma vez que ele ganhou no processo eleitoral contra a candidata democrata Kamala Harris; a segunda diz respeito às frágeis condições do equilíbrio de forças internacionais.

Apesar de ter opositores dentro do próprio partido, na transição de 2023 para 2024, Trump saiu vitorioso dentro das eleições prévias em vários Estados, e se consolidou como candidato viável para os republicanos; enquanto Joe Biden foi substituído por Kamala Harris pelos democratas. A despeito de Trump ter sido julgado por escândalo sexual e fraude contábil e ter sofrido um atentado à sua vida, saiu vitorioso das eleições de 2024, tanto no voto proporcional, quanto no voto popular.

Trump é fanaticamente[2] seguido por uma legião de estadunidenses que querem uma reforma radical na sociedade e no Estado para a *"a América ser Grande de Novo"*. Essa massa militante fará ouvidos moucos a qualquer acusação que se faça a Donald Trump pois verá ele como um "defensor do povo" que é perseguido por forças ocultas do interior do *Deep State* e do Partido Democrata. Possivelmente, essa grande massa, formada em torno de um denso e complexo processo da psicologia social estará disposta à pegar em armas em nome de sua liderança, o que poderia colocar os EUA em um processo de violência generalizada interna, coisa que nós consideramos improvável, mas não impossível.

Mas não é só com a sua militância que Donald Trump pode contar. Os erros de Joe Biden foram munição de primeira qualidade para Donald Trump. Agindo de maneira irresponsável, Biden põe a paz mundial em risco quando apoia financeiramente a Ucrânia em sua guerra contra a Rússia. Não queremos aqui esgotar o assunto da guerra no leste europeu, não temos espaço para isso. Mas a Ucrânia

[2] O fanatismo político pode ser exemplificado por uma série de casos, como no dia 19 de abril de 2024, quando no Collect Pond Park, em frente ao trubunal que Donald Trump foi julgado, em meio à uma manifestação trumpista, um militante pró Trump ateou fogo ao seu corpo e morreu coisa de três dias depois (GRIGORI, 2024). Esse fato não é um fato corriqueiro e demonstra até onde a militância pró Trump é capaz de chegar. Esse acontecimento complementa o ocorrido no dia 6 de janeiro de 2021, quando a militância trumpista invadiu o Capitólio, em manifestação contra a vitória de Joe Biden nas eleições de 2020

é hoje o *dispositivo de espoleta* de uma bomba muito mais poderosa. Ao chegar ao desgaste em sua guerra, a Ucrânia pede mais apoio ao ocidente e este, irresponsavelmente, querem tirar vantagens da situação.

Tanto a Polônia quanto à França já se entusiasmara em adentrar o território russo e expulsar as forças russas de voltas para as suas fronteiras, em um "jogo de empurra" parecido com o que aconteceu na Guerra das Coreias (1950-1953). Isso pode parecer para o leitor, em uma primeira vista, um movimento internacional de solidariedade ao mais fraco; na verdade, a pressão ocidental de apoio à Ucrânia é irresponsável e levada à frente por uma geração de políticos desqualificados e delinquentes. E Biden é um destes políticos.

Dizemos isso por um motivo muito simples: de tradição militar e com vocações econômicas autárquicas, a Rússia chega até aqui fortalecida no conflito do leste europeu. Uma intervenção aberta da OTAN na guerra da Ucrânia levaria as sociedades contemporâneas à uma guerra mundial. Isso seria péssimo para os EUA por dois motivos: em primeiro lugar, para vencer uma aliança entre Rússia, China e Irã os EUA precisariam mobilizar a sua economia de guerra, o que representaria o fim do livre mercado mundial, tão sonhado pela OMC; em segundo lugar, a condição imperial dos EUA é avessa à ideia de uma guerra mundial.

Em um cenário destes, os EUA teriam que lutar para ele preservar uma estrutura que ele já possui, não enxergando, no horizonte histórico nenhum outro ganho relativo ou melhoria de posição, em uma situação muito parecida com o que aconteceu ao Império Britânico nas duas guerras mundiais. Em um cenário destes – muito diferente das guerras de manutenção de status quo que os EUA lutaram depois de 1945 – a situação de stress imperial tenderia a se aprofundar, com o rebaixamento dos EUA como Estado

imperial e a ascensão de um outro Estado para organizar a ordem mundial.

Á sombra da crise da Ucrânia, ocorre a crise no Oriente Médio. A situação de stress imperial dos EUA parece ter se tornado nítida depois do incidente com o Irã, em janeiro de 2020, quando o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani (1957-2020) levou o Irã a retaliar os EUA com um ataque à uma base estadunidense a partir de mísseis. Estranhamente os EUA não revidaram o Irã. No dia 13 de abril de 2024, o Irã atacou Israel com mísseis – em represaria ao ataque israelense à embaixada do Irã na Síria no dia primeiro de abril. O ataque do Irã não motivou uma reação em escala de Israel ou dos EUA, o que demonstra o desgaste do poder militar dos EUA.

Frente à incapacidade do presidente Joe Biden resolver os conflitos internacionais no Leste Europeu e no Oriente Médio, ou de responder satisfatoriamente à perda de capacidade de consumo dos cidadãos norte-americanos, a despeito da queda da inflação e da retomada do crescimento econômico, Donald Trump foi eleito, utilizando-se da nova mídia de massa da extrema direita, a internet e do apoio de magnatas como Elon Musk, que viria a se tornar um indicado chave na própria Administração do novo mandato.

A correlação entre a condição imperial e a decadência econômica e social ela é válida e verificável em vários exemplos históricos. A população dos EUA se reconhece, hoje, como inserida em uma crise social. Tal crise trouxe consigo mudanças significativas no espectro social – uma dessas mudanças é o trumpismo. O sucesso eleitoral demonstra que ela é uma força de grande capacidade política no contexto do movimento da extrema direita, com influência não apenas nos EUA, mas com repercussão em outros países.

REFERÊNCIAS

BRODIE, B. **Guia de estratégia naval**. Rio de Janeiro: Editora da Escola de Guerra Naval, 1961.

CARMO, W. "Em 1º discurso após vencer em Iowa, Trump chama imigrantes de 'terroristas'". **Carta Capital** [2024]. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 12/02/2024.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise**: 1919 – 1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FAIRE, A. "Os conflitos interimperialistas na crise". *In*: AMIN, S. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

FAUS, J. "Colin Powell chama Trump de "vergonha nacional" e 'pária internacional'". **Jornal El País** [2016]. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em: 12/02/2024.

FORSYTH, F. **O Vingador**. São Paulo: Editora Record, 2004.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

GRIGORI, P. "Morre homem que ateou fogo no próprio corpo durante julgamento de Trump". **Correio Braziliense** [2024]. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 12/02/2024.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

HUNTINGTON, S. "A mudança nos interesses estratégicos americanos". **Política Externa**, vol. 1, n. 1, 1992.

JAGUARIBE, H. "Prefácio". *In*: GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

JAGUARIBE, H. "Autonomía periférica y hegemonía céntrica". **Estudios Internacionales***,* vol. 12, n. 46, 1979.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KJELLEN, R. "Autarquía". *In*: RATTENBACH, A. B. **Antologia geopolítica**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975.

MACHIAVELLI, N. "O príncipe". *In*: **O príncipe**: Escritos políticos. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARQUES, C. J. "Senhor Trump, crianças não vivem em jaulas!" **Revista IstoÉ** [2018]. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acesso em: 12/02/2024.

MORTON, L. "A decisão japonesa de entrar na guerra". *In*: DIRETORIA DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO DOS EUA. **As grandes decisões estratégicas**: II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2004.

NYE JUNIOR, J. **Compreender os conflitos internacionais**: Uma introdução à teoria e a história. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

RECORD NEWS. "Trump diz ter plano para acabar com guerra na Ucrânia em menos de 24 horas". **R7** [2024]. Disponível em: <www.r7.com>. Acesso em: 23/02/2024.

RESENDE, R. B. **Aspectos econômicos do esforço de guerra alemão na Segunda Guerra Mundial**: uma comparação com EUA, Reino Unido E URSS (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Economia). Rio de Janeiro: PUCRJ, 2013.

SPYKMAN, N. J. **Estados Unidos frente al mundo**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1944.

THOMPSON, R. "O Vietname". *In*: THOMPSON, R.; KEEGAN, J. **A Guerra no mundo**: Guerras e Guerrilhas desde 1945. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

TILL, G. "Poder marítimo: questões relevantes e desafios". **Revista da Escola de Guerra Naval**, vol. 92, n. 7, 2006.

TRUMP, D. "Discurso de posse presidencial". **G1** [2017]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 12/02/2024.

UOL. "Trump ataca Colin Powell após sua morte e ironiza cobertura da mídia". **UOL** [2021]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 12/02/2024.

VAZ DE OLIVEIRA, U. T. "Avaliação social como recurso persuasivo em discursos políticos: Clinton vs. Trump". **Bakhtiniana**, vol. 15, n. 3, 2020.

CAPÍTULO 3

A "Policrise" da União Europeia e Sua Relação com a Ascensão da Extrema Direita na Europa

A "POLICRISE" DA UNIÃO EUROPEIA E SUA RELAÇÃO COM A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA EUROPA

Patrícia Nasser de Carvalho

Desde 2019, ano em que os europeus foram às urnas pela última vez para escolher os membros do Parlamento Europeu (PE) e os chefes de Estado e de governo elegeram um novo grupo de líderes para representá-los nas principais instituições da União Europeia (UE), o bloco de integração regional da Europa tem sido desafiado por múltiplas crises: crise sanitária, provocada pela pandemia de COVID-19, crise geopolítica, desencadeada anos antes da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, em 2022, e crise energética, cujos efeitos se misturam à crise climática.

Os choques externos sofridos pela UE nesse período têm consequências sobre todo o continente e se somam às repercussões das crises anteriores as quais os países europeus ainda não conseguiram superar completamente: crise econômica da zona do euro ou crise da dívida soberana, iniciada em 2009, e a crise migratória, instaurada na metade dos anos 2010.

Todas essas crises estão interligadas por serem concomitantes ou subsequentes e porque os seus efeitos se sobrepõem ou se misturam. Nessa conjuntura crítica, os termos "policrise" e "eurocrise" (TOCCI, 2024; KRASTEV; LEONARD, 2024; ZEITLIN; NICOLI; LAFFAN, 2019) passaram a designar a situação desafiadora que vivencia o bloco europeu de integração regional há quase duas décadas.

Crises, em geral, incialmente desencadeiam efeitos negativos, pois as perturbações por elas geradas expõem as deficiências, as inconsistências e os limites dos processos em desenvolvimento. Pode levar tempo até que as soluções sejam encontradas, aceitas e colocadas em prática para a superação dos problemas pelos envolvidos.

Na UE, a "*policrise*" coloca luz sobre as desigualdades sociais e regionais, as incertezas e as inseguranças dos cidadãos sobre seu futuro, revela as assimetrias e aprofunda as diferenças entre e dentro dos Estados membros da UE. Além disso, a "*policrise*" destaca os conflitos entre grupos sociais nacionais, Estados e instituições, uma vez que as suas consequências são sentidas de maneiras diferentes e não existe uma só solução que satisfaça as demandas de todos.

Essa crise demonstra ainda o quão pode ser custoso e demorado negociar saídas a partir das decisões das instituições europeias, as quais podem nem ser as mais adequadas para a realidade de cada nação. Por fim, sendo a "*policrise*" uma conjunção de múltiplas crises simultâneas e interdependentes, ela afeta diversos domínios políticos e a coesão entre os Estados membros da UE, visto que muitos deles, ao se depararem com consequências deletérias das crises, preferem deliberar e implementar resoluções próprias, de acordo com a sua agenda e priorizando os interesses nacionais.

Diante desse contexto, a pergunta que se coloca neste trabalho é: de que forma a "*policrise*" se relaciona com a ascensão da extrema direita na Europa e a representação mais significativa de partidos desse espectro na política doméstica dos Estados membros da UE e no Parlamento Europeu (PE) nas últimas décadas?

A partir de uma pesquisa qualitativa e explicativa, pautada em dados e reflexões sobre como o processo de integração regional da Europa está sendo desafiado nas décadas iniciais do século XXI

por uma gama de crises que são simultâneas e interdependentes, o primeiro objetivo deste artigo é analisar os efeitos dessas crises sobre a economia, a política, a sociedade e a geopolítica dos Estados membros da UE.

O segundo objetivo é verificar de que forma as dificuldades da UE em dirimir as repercussões negativas dessas crises são oportunamente instrumentalizadas pelos partidos de extrema direita na Europa, cujo discursos e práticas alimentam o euroceticismo.

Como as causas da "*policrise*" são bastante complexas, assim como as suas consequências, para uma análise mais consistente dos desdobramentos dela e de como os seus resultados estão interligados, esta pesquisa concentra-se em investigar as repercussões da crise da zona do euro, da crise migratória, da crise geopolítica e da crise energética sobre os Estados membros da UE e sobre o bloco europeu de integração regional.

A primeira seção examina a relação entre as múltiplas crises da UE e o fortalecimento da extrema direita na Europa desde 2009 para demonstrar que nessa conjuntura crítica, essa consolidação nas esferas políticas europeias – tanto nacionais dos Estados membros da UE, assim como nas suas instituições – tem relação com os efeitos da "*policrise*" sobre os cidadãos europeus.

A segunda seção traz um debate sobre as consequências da crise da zona do euro e da crise migratória e traz ilustrações sobre como partidos de extrema direita em alguns países da Europa referem-se às soluções para os problemas que essas crises desencadeiam. A terceira seção analisa as repercussões da crise geopolítica e da crise energética conjuntamente, a fim de demonstrar a situação de tensão interna que vive a UE em virtude de choques externos, cujos efeitos se acumulam há quase duas décadas.

A conclusão desenvolve uma reflexão ao final sobre como os efeitos negativos de cada uma dessas crises repercute na percepção

dos cidadãos europeus de que os políticos têm dificuldade de dar respostas efetivas e rápidas a tantas adversidades as quais enfrenta a Europa. Nesse quadro, abre-se uma janela de oportunidade para partidos populistas, cujas promessas buscam conquistar convenientemente o eleitorado que se sente vulnerável e frustrado com as respostas dadas pelos políticos do *stablishment* a tantos desafios.

Ou seja, face à desilusão popular com as soluções às crises – ou com a demora para encaminhá-las – dos políticos nacionais e dos líderes da UE com longa trajetória de poder, os efeitos da "*policrise*" são instrumentalizados pelos partidos de extrema direita na Europa, que aproveitam o momento para realimentar suas narrativas salvíficas, em sua maioria de caráter extremista e nacionalista, as quais se revertem em práticas autoritárias.

Como consequência disso, a representatividade desses partidos avança a passos largos na política doméstica dos Estados membros da UE e no PE e repercute no processo decisório de outras instituições europeias. Por sua vez o discurso e as políticas desses partidos erodem os princípios e objetivos fundamentais que estão no coração do projeto europeu de integração regional, por ora desgastados, pois colocam em xeque a legitimidade das instituições da UE e a coesão social e regional do bloco europeu, além da solidariedade e de valores democráticos dos seus Estados membros.

A RELAÇÃO ENTRE A "POLICRISE" DA UE E O FORTALECIMENTO DA EXTREMA DIREITA NA EUROPA

Geralmente, a vida das pessoas é bastante afetada quando o país onde vivem passa por uma crise, seja ela de qualquer natureza. Em um mundo interdependente e conectado, raramente as crises

vivenciadas por uma economia ou uma sociedade não repercutem em outras ou podem ser solucionadas unilateralmente.

Nesse contexto, não é raro que os cidadãos responsabilizem os seus representantes quando as perturbações geradas pelas crises expõem fragilidades econômicas, políticas e sociais e geram incômodo. Na Europa, na esfera política doméstica, cada Estado membro da UE tem um tipo de regime de governo e os seus cidadãos votam para escolher os representantes que respondam aos desafios de cada momento.

Na esfera política da UE, onde coexistem 27 Estados membros e diversas instituições, algumas de caráter supranacional e outras intergovernamental, as soluções são alcançadas e aplicadas comunitariamente, embora somente no PE as eleições são diretas. Por esse motivo, em momentos sensíveis, as respostas da UE às crises podem ser mais demoradas para serem alcançadas do que por um Estado nacional e os cidadãos podem entender que o processo decisório é pouco democrático.

Nas últimas décadas, sentindo-se ameaçados e ressentidos com os efeitos negativos de tantas e prolongadas crises, as quais atingem diretamente o bem estar social, e ansiosos com o futuro, a percepção dos cidadãos europeus sobre a eficiência das políticas domésticas e da política da UE no enfrentamento dessas crises tem modificado as suas preferências político-partidárias.

Desse modo, a situação de corrente de vulnerabilidade vivenciada nas últimas décadas coloca peso sobre os ombros dos líderes políticos, tanto em nível nacional quanto em nível da UE, a responsabilidade pela elucidação das crises.

Em muitos casos, os cidadãos europeus identificam que as lideranças filiadas à partidos nacionais que compõem o *status quo*, sejam eles de qualquer espectro político, têm dificuldade de dar respostas efetivas e rápidas a tantas adversidades enfrentadas pelos

países da Europa, sobretudo desde 2010. Em função disso, progressivamente, os eleitores despertam para novos discursos e paradigmas políticos, na esperança de que eles possam solucionar as crises e retirar as tensões e temores que os acompanham nas últimas décadas.

Seguindo uma tendência global de insatisfação da população com as soluções dos políticos tradicionais – os quais na sua compreensão conseguem atender a tantas demandas, e os efeitos das profundas, sucessivas e simultâneas crises por um longo período, figuras políticas da extrema direita, muitas delas fundadoras de novos partidos, valendo-se de uma narrativa muitas vezes utópica e autodenominando-se a melhor alternativa ao *stablishment*, prometem colocar em prática medidas que proporcionam certezas e segurança a esses cidadãos, além de oportunizar a melhora da sua qualidade de vida.

Populistas, esses políticos afirmam também que estão prontos para trabalhar a fim de vencer os desafios nacionais, regionais e globais que se impõem a sua nação e a UE, sendo os únicos que conseguirão promovê-los. Portanto, com variações, na maior parte dos casos, usando de uma retórica pautada em uma ideologia ultrarradical, com tom violento, forma paternalista (MASON, 2022) e com conteúdo misógino e racista, embasados em princípios não liberais, geralmente utilizando um "jogo de culpa", em variados países europeus a extrema direita ascende a passos largos ou se consolida como a principal força política nacional.

Na "onda azul" europeia, a Itália elegeu Giorgia Meloni, do partido *Fratelli d´Italia*, como primeira ministra em 2022; o *Partij voor de Vrijheid*, fundado em 2004, do líder, Geert Wilders, conquistou o 1º lugar nas eleições legislativas de 2023 dos Países Baixos e tem o maior número de representantes no parlamento do país; o húngaro Viktor Orbán, do partido conservador de extrema direita *Fidesz*, é um dos mais longevos líderes europeus no principal

cargo do executivo do país, pois está primeiro ministro desde 2010; ele havia ocupado o mesmo posto de 1998 a 2002.

O Finns Party, da Finlândia, tem ganhado representatividade desde 2011 e ocupa o governo desde 2023 em uma coalizão de 4 partidos populistas de extrema direita, formando o governo mais direitista da história do país. Na Áustria, o partido de extrema-direita *Freiheitliche Partei Österreichs*, de raízes nazistas, faz parte de uma coligação governista com a centro direita desde os anos 2000 e tem grandes chances de vencer as eleições legislativas de 2024, o que pela primeira na história do país possibilitará ao partido indicar o chanceler.

Nas eleições presidenciais francesas de 2023, Emmanuel Macron foi reeleito, mas o *Rassemblement National*, da líder Marine le Pen, alcançou um resultado bastante significativo entre os eleitores e melhor do que nos dois pleitos anteriores, deixando em alerta os políticos governistas de centro direita que estão há anos no poder.

Na maior economia da Europa, a Alemanha, o *Alternative für Deutschland*, partido que iniciou a sua participação no parlamento federal somente em 2017 – essa foi a primeira vez que um partido de extrema direita foi eleito desde os anos 1950 no país –, e conseguiu importante representatividade nos governos regionais, é em 2024 o 2º mais popular do país. Na Suécia, o *Sverigedemokraterna* é o 2º maior partido no parlamento desde 2022. Na República Tcheca, na Grécia e na Eslováquia, partidos de extrema direita também fortalecem gradativamente as suas posições políticas e a "onda azul".

Portugal é um dos casos mais recentes: o Chega, partido populista de extrema direita criado há apenas cinco anos, tornou-se nas eleições legislativas de março de 2024 a 3ª maior força política do país após quadruplicar o número de seus representantes desde o último pleito.

No PE a tendência é a mesma e a extrema direita desempenha crescentemente um papel importante na política da UE. Pesquisas de intenção de voto para as eleições de junho de 2024 apontam que os partidos de extrema direita que compõe o Grupo *Identity and Democracy*[3] alcançarão ainda mais, por volta de ¼ dos assentos, a maior representatividade de todos os tempos (CUNNINHAM, *et al.,* 2024).

É notório que em praticamente todos os países europeus os partidos de extrema direita ascendem ou reforçam a cada ano a sua posição política ganhando representatividade. Em muitos Estados membros da UE, esses partidos estão se tornando ou já são o *mainstream* em razão da representatividade dos políticos eleitos nos últimos pleitos (BICKERTON, 2018). Dessa forma, vários deles já não são "*outsiders*" e os partidos de extrema direita do qual pertencem já não são "*outliers*", como foram em fases anteriores, mas são representantes de partidos governistas ou fazem parte de coligações partidárias da situação há algum tempo.

Em geral, as propostas e políticas desses líderes da extrema direita minam o poder dos instrumentos democráticos, como a justiça e a mídia, por meio de práticas autoritárias ou através de leis que muitas vezes são implementadas sem transparência e sem respeitar as opiniões e os direitos das minorias (KUNDNANI, 2023b).

A extrema direita na Europa ataca também a ordem constitucional orientada pela liberdade e pela democracia, que juntamente a igualdade, a dignidade humana e ao Estado de Direito constituem os valores fundamentais nos quais a UE está fundada.

[3] Grupo formado em 2019 por partidos de extrema direita do qual participam o *Freiheitliche Partei Österreichs, o Rassemblement National e o Partij voor de Vrijheid,* entre outros.

A despeito de que a essência dos argumentos e a retórica da extrema direita não sejam novidade na história da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial e que os partidos de extrema direita tenham conseguido alcançar representatividade política na região antes de 2010 – de acordo com o cientista político Klaus von Beyme (1988), essa seria a 4ª "onda azul", da extrema direita na Europa –, no contexto no qual a UE enfrenta obstáculos para resolver tantas perturbações de maneira eficiente e coordenada, a extrema direita encontra espaço para explorar o desencantamento da sociedade com o projeto de integração regional da Europa.

Mesmo antes da extrema direita se consolidar com tanta força política na Europa, os cidadãos europeus já se queixavam da falta de competência institucional do bloco europeu para conduzir as soluções das crises (STAIGER, 2018). Também questionavam o longo tempo necessário para que as decisões fossem tomadas no âmbito das instituições.

Outros falavam em déficit democrático no sistema decisório da UE antes de 2010, tendo em vista a dificuldade histórica da UE de conciliar demandas antagônicas dos Estados membros em decorrência da falta de uma união política e da concentração das decisões do bloco nas instituições em Bruxelas, com baixa participação da população (VAROUFAKIS, 2023).

Frente aos efeitos da "policrise", cresce a aversão à UE em razão da intensificação da desconfiança dos cidadãos europeus acerca da capacidade decisória democrática e de resolução eficiente de conflitos intergovernamentais e institucionais pelo bloco europeu. Por conseguinte, a "policrise" agrava a crise de legitimidade das instituições da UE.

Essa crise não é nova e tampouco é sentida uniformemente em todos os Estados membros por diversos motivos, mas ela aponta para uma tendência geral recente mais pessimista dos cidadãos dos

países europeus em relação a importância do projeto europeu de integração regional e a capacidade resolutiva das instituições da UE do que em anos anteriores.

Em outras palavras, há uma crise de legitimidade das instituições da UE, derivada do insucesso dessas instituições em estabelecer confiança no eleitorado e canalizar os problemas e soluções de forma construtiva. Tal percepção sobre a UE repercute no fortalecimento do euroceticismo. De fato, pesquisas do Eurobarômetro mostram que nos últimos anos a tendência dos cidadãos é depositar menos confiança na UE e mais nos governos nacionais[4].

A extrema direta aproveita essa janela de oportunidade e capitaliza o pessimismo junto aos eleitores. De acordo com os argumentos dos partidos desse espectro, a UE não consegue manter a Europa pacífica, conciliando interesses e prioridades nacionais divergentes ou tampouco promover o crescimento econômico e a prosperidade, além de garantir o bem estar social. Eles também questionam a competência das instituições europeias para sanar os problemas desencadeados por todas as crises.

[4] Os resultados do Eurobarômetro 2023 mostram as tendências de percepção menos positiva da UE entre os seus cidadãos em momentos de crise: em 2023, 47% da população da UE respondeu que tende a confiar na UE e 45%, não; 32% tende a confiar no seu governo nacional. Em 2012, em meio à crise da zona do euro, 34% disse que tende a confiar na UE e 28% afirmou que tende a confiar no seu governo. Em 2015, no ápice da crise migratória, 32% respondeu que tende a confiar na UE e 27% respondeu que tende a confiar no seu governo. Em 2022, ano da invasão da Ucrânia pela Rússia, 47% disse que tende a confiar na UE e 32% tende a confiar no seu governo nacional, mesmos índices de 2023. Em 2023, 63% dos respondentes se diziam otimistas sobre o futuro da UE e 34% pessimistas. Em 2007, 66% afirmaram que estavam totalmente otimistas e 27% totalmente pessimistas. Em 2023, 45% dos cidadãos tinham uma imagem totalmente positiva da UE e 18% totalmente negativa. Em 2012, 30% tinha uma imagem totalmente positiva da UE e 29% totalmente negativa.

À vista disso, os partidos de extrema direita pregam que deve haver restrição do poder das instituições da UE, sobretudo daquelas para as quais não há eleições diretas. Em sua maioria soberanistas, eles afirmam também que é necessário priorizar as respostas nacionais *vis-à-vis* as do processo europeu de integração regional.

Ademais, com exceções, os representantes de partidos de extrema direita da Europa normalmente se posicionam contra as regras e as leis colocadas pelas instituições supranacionais e intergovernamentais da UE, criadas justamente para superar os nacionalismos europeus no pós-Segunda Guerra (KUNDNANI, 2023a). Por essa razão, para além da retórica, muitas políticas nacionais têm se tornado mais nacionalistas e vão na contra mão do princípio da solidariedade, que serve ao interesse comum como objetivo principal do processo europeu de integração regional.

Efetivamente, o discurso dos populistas de direita explora a ideia de que as elites abandonaram as classes trabalhadoras nas últimas décadas e cativam muitos, reforçando a ideia de que os Estados membros podem demandar que as políticas comuns sejam adotadas de distintas formas e dependendo do caso, de modo mais flexível, ou mesmo com múltiplas velocidades (LERUTH; LORD, 2015).

Esses líderes também têm uma visão de que as sociedades nacionais europeias devem ser defendidas do Islã e do terrorismo pelo fechamento das fronteiras à imigração para preservar a identidade europeia. Por fim, entendem que os mercados nacionais precisam ser protegidos da concorrência estrangeira desleal e é necessário evitar a socialização dos custos da integração regional, cabendo a cada Estado membros da UE salvaguardar sua soberania econômica.

Em suma, nas últimas décadas, esses partidos extremistas disseminam um discurso anti-europeu que ganha peso na agenda política e no debate público em muitos Estados membros da UE.

Ao invés de suas respostas para a "policrise" serem direcionadas para uma união política da Europa, como planejaram os federalistas fundadores do projeto integrativo da Europa, a extrema direita reluta a ideia de "mais Europa", preferindo formas individualistas de solucioná-la. Ideias de partidos como o *Finns Party,* o *Rassemblement National,* o *Alternative für Deutschland* e o *Fidesz* se encaixam nessa linha.

O *Brexit*, que confirmou em 2016, por meio de escolha popular, o desejo de o Reino Unido deixar a UE, é a ponta do iceberg do euroceticismo de um Estado membros da UE, ou seja, ele é o produto maior dos danos gerados pela série de crises experienciadas pela sociedade britânica, as quais repercutiram na sua frustração com as políticas nacionais do *establishment* e com as políticas comunitárias nas últimas décadas (BICKERTON, 2018).

Também é fruto da rejeição da população britânica aos valores cosmopolitas, tendo em vista que, segundo pesquisas da época, a imigração foi a questão mais sensível para o voto popular majoritário no "sim" à saída do Reino Unido da UE. 90% dos britânicos viam a imigração como uma desvantagem da economia. Há outros motivos que explicam o *Brexit*, mas, decerto, a percepção emocional das elites sobre as crises e a sua dificuldade de pensar na manutenção dos compromissos de longo prazo do Reino Unido com a UE foi capitalizada pelo partido extremista *UK Independence Party*, que inflamou o espírito nacionalista e anti-UE dos países do Reino Unido, ávidos por mudanças.

Os dados do Eurobarômetro de 2015 mostraram que o Reino Unido era o Estado membro da UE mais eurocético e que assim se manteve de forma consistente ao longo dos anos (NUGENT, 2018).

Logo, o *Brexit* é fruto da vontade do povo britânico de redefinir de vez as relações do Reino Unido com a UE depois de pouco mais de quatro décadas como Estado membro do bloco.

Durante esse período, as demandas britânicas por sua "integração diferenciada" na UE – que permitiu isenções da aplicação de leis comunitárias ao Reino Unido a pedido do país – foram recorrentemente feitas pelos líderes políticos britânicos. Até o momento, o *Brexit* é o primeiro e único evento no processo de integração regional da Europa que marca a escolha de um Estado membro da UE de sair do bloco europeu.

Ele abre precedentes com os quais a UE tem que lidar. A coragem britânica de realizar o referendo confere mais munição para partidos eurocéticos de direita e de extrema direita na Europa continental, os quais já por vezes manifestaram vontade de promover consultas aos cidadãos nos mesmos moldes em vários Estados membros da UE.

OS EFEITOS DA CRISE DA ZONA DO EURO E DA CRISE MIGRATÓRIA NA UE

Quando o choque exógeno provocado pela crise financeira norte-americana de 2008 atingiu as economias da zona do euro, os países credores – em sua maioria economias desenvolvidas localizadas na parte norte do continente e com superávit em conta corrente –, e os devedores – com menor nível de desenvolvimento da parte sul, detentores de déficits na balança de pagamentos –, conflitaram sobre como seria a divisão das responsabilidades pelas dívidas acumuladas.

Os países credores não aceitaram que fossem transferidos para si os custos da resolução dessa crise, os quais, segundo eles,

eram de obrigação exclusiva das economias devedoras, pois elas haviam colocado em prática políticas fiscais inapropriadas no período de exuberância irracional na zona do euro, que havia marcado os anos anteriores (FRIEDEN; WALTER, 2017).

Daí seguiram-se difíceis negociações para a adoção de programas de socorro financeiro destinados a governos e bancos, inicialmente colocadas em curso em 2009.

Sem recursos financeiros para promover sua recuperação – pois não havia uma estrutura institucional para lidar com dificuldades financeiras das economias com dívidas soberanas – e sem um esforço dos Estados da zona do euro para coordenar as políticas de gastos dos governos a fim de que servissem ao propósito comum de estabilidade e pleno funcionamento da união monetária europeia, as soluções tiveram que ser nacionais para cumprir com os critérios de convergência macroeconômicas da zona do euro.

Mais do que nunca, ficaram claros os limites da integração macroeconômica: as economias mais frágeis da zona do euro foram pressionadas pela UE para se enquadrar ainda mais às duras regras de disciplina fiscal, implementando políticas de cortes de despesas públicas e reformas estruturais (HALL, 2016). Essa decisão elevou ainda mais os déficits de balanço de pagamentos e o tamanho da dívida pública dos países mais fragilizados (SCHARPF, 2011).

Mais endividados, eles caíram numa recessão econômica profunda, que levou à deterioração do bem-estar da sociedade. Embora desde 2009, novas medidas, como fundos, tenham sido aprovadas e introduzidas na tentativa de atenuar as pressões do mercado sobre os Estados membros mais fragilizados da zona do euro, a maioria foi considerada ineficaz pelos mercados financeiros e ilegítimos por muitos cidadãos (FABBRINI, 2013).

As dificuldades de recuperação do nível de atividade econômica (STOCKHAMMER, 2014) – foram praticamente 9 anos

até que a renda per capita das economias da zona do euro retornassem aos níveis pré-crise (FRIEDEN; WALTER, 2017) –, os altos índices de desemprego e os menos recursos para a melhoria da competitividade industrial e da promoção do bem estar social geraram desagrados na população de diversos países da Europa.

As desigualdades socioeconômicas e de salários dentro e entre os Estados membros da UE (DUNGACIU, 2017) foram acentuadas pela crise da dívida soberana e abriram um fosso entre as regiões norte e sul da UE, também chamadas de centro e de periferia da Europa, respectivamente (LEHNE, 2022).

Em 2012, em plena crise da zona do euro, a Grécia, um dos países europeus que mais sofreu com repercussões negativas dessa crise, viu *Golden Dawn*, um partido com discurso violento e abertamente neonazista, reemergir. Após a explosão da crise na Europa, em 2010 o país se tornou o epicentro dos problemas de dívida pública na região.

A caminho da falência, muitos acreditavam que a solução da crise seria a saída da Grécia da zona do euro (o "*Grexit*") a fim de que o país pudesse terminar o seu ciclo de endividamento, recuperar o controle da sua política monetária e estabilizar a sua economia. No entanto, para evitar o *Grexit*, a Grécia fez a sua "lição de casa" e colocou em prática um programa de austeridade fiscal imposto pela UE e por organismos como Fundo Monetário Internacional, que levou à deterioração das condições de vida da população grega, ao desemprego em massa (mais de 28% em média e 59%, segundo o Eurostat) e à pobreza generalizada no país.

Neste contexto, a propagação da retórica de extrema-direita, xenófoba e anti-semita capitalizou a raiva e o medo do futuro de uma sociedade que buscava modificar o *status quo* na política nacional. Portanto, o crescente apoio popular ao *Golden Dawn*, que alcançou pico nas eleições nacionais em 2012, pode ser vista como uma forma

de os eleitores expressarem desacordo com as decisões do governo à época para solucionar a crise e responsabilizá-lo pelos problemas vividos (ANGOURI; WODAK, 2014).

Assim como a crise da zona do euro, a crise migratória instaurada a partir do segundo decênio de 2010 revelou diferenças de opinião entre os atores envolvidos quanto a sua solução, repercutindo em politização doméstica e em conflitos distributivos intergovernamentais. Disputas políticas, distúrbios econômicos e guerras experimentadas por diversos países do Oriente Médio, da Ásia e da África implicaram na saída de milhões de pessoas dessas regiões com destino a Europa, resultando na elevação da pressão migratória sobre os países da UE nos últimos anos.

Em 2015, o fluxo de pessoas que chegaram à UE alcançou número recorde desde a Segunda Guerra Mundial (METCALFE-HOUGH, 2015), surpreendendo principalmente os Estados europeus localizados mais próximos às fronteiras terrestres ou marítimas das áreas instáveis.

Com efeito, o choque externo gerado pelo fluxo inesperado, massivo e súbito de imigrantes e refugiados expôs a situação de despreparo dos membros do Espaço Schengen para enfrentar esse desafio. O sistema de asilo da UE mostrou que não possuía mecanismos de repartição de encargos ou organizações supranacionais capazes de apoiar os Estados membros nas áreas de segurança, inteligência, justiça e direitos humanos (LEHNE, 2022).

Diante do enorme desafio político e prático na determinação das respostas às necessidades imediatas e às demandas de longo prazo dos refugiados e dos imigrantes, os governos da UE entraram em um processo de barganha povoado por contestações sobre como os fardos e os custos do problema seriam divididos em razão das repercussões assimétricas no bloco europeu.

Dessa forma, mais uma vez, uma crise provocada por um choque externo revelou diversas fissuras entre os membros da UE ao longo das suas negociações sobre quais as respostas coordenadas dariam, pois as diferentes condições econômicas e políticas e as experiências históricas de cada um dos seus membros determinaram posições e atitudes nitidamente contrastantes em relação ao tema.

Países como Alemanha e Suécia, com longa experiência de lidar com elevados níveis de imigração e economias industrializadas, assumiram inicialmente uma postura acolhedora aos pedidos de asilo, enquanto os países da Europa Central, muitos na linha de frente, exatamente aqueles haviam ficado em relativo isolamento no período da Guerra Fria, foram refratários a ideia de aceitar as quotas de estrangeiros no seu território e a lhes prover apoio financeiro, material e humano.

Os Estados do sul da Europa, aonde chegava o maior volume de pessoas pelo mar, queixaram-se dos altos custos de mobilização operacional relativos aos milhares pedidos de refúgio e de asilo e diziam não ter condições de aprovar os pedidos, especialmente porque as suas economias já sofriam bastante com as consequências nocivas da crise da zona do euro. Os governos desses países alegavam também que caso atendessem as primeiras solicitações, as reivindicações poderiam se entender por muito tempo (METCALFE-HOUGH, 2015).

Diante disso, países do sul, como Itália e Grécia responderam à crise migratória suspendendo parcialmente as regras do Espaço Schengen: fecharam fronteiras externas e reintroduziram controles de maneira unilateral (SCHIMMELFENNING, 2018). Preferindo aplicar soluções individuais de natureza nacionalista, eles também pararam de registrar e analisar os pedidos de asilo e fizeram vista grossa para o problema dos desaparecidos e mortos nas rotas marítimas e terrestres para a Europa (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017).

Ademais, países do sul e do centro da Europa opuseram-se, em sua maioria, ao sistema de quotas de refugiados, alegando diferenças culturais com aqueles que entravam por canais ilegais. Por fim, reclamavam que o sistema de quotas era um instrumento que estava sendo imposto pela Alemanha, a sua maior defensora.

Logo, a resposta de alguns membros da UE foi basicamente a aplicação medidas de securitização nas suas fronteiras externas – como a construção de cercas nas fronteiras terrestres da Grécia e da Bulgária com a Turquia – e a terceirização do problema relativo à imigração e ao refúgio para os países da região ocidental dos Balcãs, principalmente para aqueles que fazem fronteira geográfica com a UE e são candidatos a membros da UE: Sérvia e Macedônia. Sob pressão dos cidadãos, as lideranças políticas desses países e de outros intensificaram ainda as detenções em áreas de trânsito até a conclusão dos pedidos de asilo.

À medida que a crise migratória se desenvolvia, a crise política se instalava: os países do norte da Europa criticavam a falta de solidariedade dos países do sul, por não cumprirem a sua obrigação do Regulamento de Dublin de processar os pedidos de asilo no primeiro país da UE de entrada do solicitante (LEHNE, 2022), uma vez que eles faziam a sua parte, dando assistência e proteção aos refugiados.

As visões e atitudes antagônicas também marcaram as diferenças entre leste e o oeste do continente europeu sobre como imigrantes e refugiados deveriam ser integrados à sociedade europeia (ZEITLIN; NICOLI; LAFFAN, 2019).

A crise migratória também revelou uma crise identitária dos cidadãos europeus centrada nas questões do multiculturalismo e da diversidade, que foi tratada pela narrativa da extrema direita como um "choque de civilizações" – entre a civilização europeia e as civilizações não cristãs e não brancas e islâmicas, com as quais

muitos cidadãos europeus dizem não se identificar (KUNDNANI, 2023a) – conformada com a entrada de milhões de pessoas vindas de países africanos e asiáticos a partir do território dos países europeus mais próximos às fronteiras das regiões conflituosas.

A crise identitária dos cidadãos europeus rompeu quando o fluxo ampliado de estrangeiros passou a ser visto de maneira bastante negativa e estereotipada, pois eles eram associados muitas vezes ao terrorismo e a outros crimes (GIORGI, 2019).

Além de muitos políticos admitirem que imigrantes ilegais e refugiados são ameaças à segurança nacional, crescentemente a população dos Estados do Espaço Schengen reclama do aumento dos gastos públicos com serviços de segurança social e da concorrência por empregos que os estrangeiros representavam, além impacto da sua integração na coesão social de cada nação.

Na ausência de um instrumento comum eficiente de alocação dos pedidos de asilo ou de gerenciamento fronteiriço, pautado no princípio da partilha equitativa de responsabilidades e de solidariedade[5], o Espaço Schengen permanece longe de sua plena funcionalidade (WEBER, 2017), pois persistem controles nas fronteiras nacionais entre vários países.

A UE, por meio da Comissão Europeia, iniciou processos de países, como Hungria, Polônia e República Tcheca, por infração a sua legislação em matéria de asilo, por se recusarem a cumprir a decisão sobre as quotas de refugiados. Todavia, ainda hoje permanece a desconfiança entre países do norte e do sul, cujos líderes optam pela construção de muros e de barreiras de segurança

[5] Em dezembro de 2023, a UE aprovou um acordo para reformar o sistema de partilha dos custos de abrigar imigrantes e refugiados, chamado de o Novo Pacto sobre Migração e Asilo. Bastante controverso, o Novo Pacto aguarda aprovação formal do Conselho Europeu e do PE.

entre os Estados membros da UE (CHOPIN; JAMET, 2016). Dessa maneira, a crise migratória não foi resolvida e a UE continua vulnerável a novas ondas de migração em massa.

Certamente, o problema da imigração foi um dos fatores mais importantes para a opção da população britânica pelo *Brexit* em 2016. Apesar de o Reino Unido nunca ter participado do Espaço Schengen, 90% daqueles que votaram "*leave*" viam a imigração como um problema social e econômico. A ascensão do populista *UK Independence Party* a partir de 2014 foi um forte indicativo de que as ideias nacionalistas anti-imigração não eram mais um tabu nos países britânicos (STOCKER, 2017). Desde sua fundação, em 1991, o partido pregou ideias eurocéticas, colocando-se contra o Tratado de Maastricht, de 1992 e outros passos do processo de integração regional na Europa.

Na Polônia, onde Jaroslaw Kaczynski do partido nacionalista *Law and Justice* governou de 2015 a 2023, a crise de refugiados foi explorada desde a sua campanha eleitoral. À época, foi feita uma forte e incansável propaganda xenófoba, que posicionava refugiados e imigrantes não europeus, especialmente do Oriente Médio, como terroristas. Segundo o partido, o enorme fluxo de pessoas vindas sobretudo do Oriente Médio e da África Subsaariana erupcionou na fronteira leste do país, quando ele não estava preparado.

Na Alemanha, o discurso do partido de extrema direita *Alternative für Deutschland*, fala em expulsão de milhões de migrantes da Alemanha, independentemente da sua cidadania ou origem migratória. Nas campanhas eleitorais italianas de 2022, Giorgia Meloni, do *Fratelli d´Italia*, partido descendente de outro pró-fascismo, alertou os eleitores locais para o fato de que forças conspiratórias anônimas estariam guiando os imigrantes para a Itália em nome de uma substituição étnica. Posição ainda mais radical e xenófoba tem o primeiro ministro Viktor Orbán, da Hungria.

Em 2022, durante um discurso, afirmou que os húngaros não eram um povo mestiço e que não estavam dispostos a se misturar. Essas palavras fazem parte da atitude frequentemente demonstrada pelo governo Orbán em relação à chegada de pessoas "não brancas", como afirma, às fronteiras da Hungria (GREILINGER, 2023).

OS EFEITOS DA CRISE GEOPOLÍTICA E DA CRISE ENERGÉTICA NA UE

A crise migratória está relacionada com a crise geopolítica na Europa. A ampla guerra desencadeada pela Rússia após invasão do território ucraniano, a partir de fevereiro de 2022, acrescenta mais desafios políticos, econômicos, sociais à estabilidade da UE.

A partir de 2008, admitindo um conceito de soberania no qual as decisões são tomadas de "cima para baixo" e são centradas no Kremlin, além do desejo de ter uma "esfera de influência especial" ao estilo de uma grande potência global (LIIK, 2018), a Rússia incitou revoltas rebeldes separatistas no Cáucaso e em regiões administrativas no leste da Ucrânia, enviou tropas e armas e financiou grupos armados locais.

Em 2014, a Rússia anexou a Crimeia, alegando que a península era território russo por razões históricas e que, por isso, o país estava atuando para salvaguardar a sua própria segurança. Em 2022, os confrontos entre russos e ucranianos tiveram como estopim o reconhecimento da independência de Donetsk e Luhansk pela Rússia, regiões administrativas da Ucrânia, para onde os russos enviaram tropas, com a justificativa de que seu país tinha legitimidade histórica sobre a área.

O governo ucraniano avaliou a invasão ao seu país pela Rússia como mais uma afronta à soberania do seu país e, assim como

em 2008, tropas ucranianas foram mobilizadas para resistir aos ataques russos.

Ao se considerar uma grande potência revisionista, a Rússia busca proteger e expandir a sua esfera de influência composta por países onde vigoram regimes políticos autocráticos (KALDOR, 2022), conectando-se com eles através de uma ideologia que coloca o Ocidente como adversário. Essa esfera de influência é construída e mantida pela força, muitas vezes negando os direitos soberanos de países vizinhos da UE.

A tônica do plano de poder expansivo russo trava uma guerra geopolítica e normativa com a Europa e com o resto do Ocidente. Liderada por Vladimir Putin há duas décadas, a Rússia procura erodir a natureza liberal da ordem unipolar ocidental estabelecida no pós-Guerra Fria. Em contrapartida, em alinhamento com a forma que atua internamente por meio de uma legislação vinculativa, a UE prima a sua atuação internacional em regras pautadas em valores como democracia, liberdade, dignidade humana, igualdade, Estado de Direito e direitos humanos, afirmando e promovendo seus valores e interesses.

Nas relações internacionais, a UE usa o soft power e a diplomacia multilateral em diversas organizações internacionais com a intenção de manter a ordem internacional aberta e baseada em regras (WOOLCOCK, 2019).

Desde o início do novo século, a Europa precisa lidar com os efeitos de mais um choque externo que ameaça a sua segurança há tempo: a intimidação russa sobre sua vizinhança europeia e a simpatia de políticos de Estados membros da UE ao governo russo, como é o caso da Hungria e da Eslováquia, além das consequências diretas e indiretas da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Nesse sentido, os desafios mais recentes colocados pela Rússia à UE implicam no desenho de uma estratégia europeia a partir

da qual a UE possa dar conta de garantir a sua segurança e estabilidade sem depender tanto do guarda-chuva de segurança dos Estados Unidos via Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e comprometer os valores ocidentais, algo muito difícil em um mundo onde crescentemente as disputas de poder são refletidas no aumento das tensões geopolíticas (LEHNE, 2017). Consequentemente, a questão ucraniana se insere neste quadro complexo de colisão e antagonismos de objetivos, visões, estratégias e valores entre a UE e a Rússia e de aumento da pressão externa sobre a Europa.

No que se refere à atuação da UE para a solução das disputas entre russos e ucranianos, embora houvesse um movimento do bloco europeu de integração regional em direção ao leste do continente e de aproximação política e econômica da Ucrânia, até 2022, a resposta da UE às agressões russas aquele país, diante da destruição e das inúmeras vítimas, limitou-se à condenação e à aplicação de algumas sanções.

De fato, em 2008, a UE apresentou uma comunicação condenando a atitude da Rússia por violar a soberania e da integridade territorial ucranianas, considerada a mais grave das violações às fronteiras europeias e aos acordos internacionais desde a Segunda Guerra Mundial. A UE apelou para Rússia a fim de que retirasse imediatamente as suas forças armadas do território ucraniano.

A Comissão Europeia também iniciou a aplicação de pacotes de sanções diplomáticas e econômicas à Rússia. A partir de 2014, para mitigar os efeitos da guerra, os europeus concederam grande ajuda financeira e total apoio logístico e operacional nas áreas de polícia e de fronteira para reforçar a segurança ucraniana. Mas nos anos subsequentes, a UE não se envolveu diretamente em esforços diplomáticos para resolver as disputas entre russos e ucranianos, embora tenha apoiado o controverso Acordo de Minsk , negociado

pelo Grupo da Normandia, que incluía França, Alemanha, Rússia e Ucrânia (RAIK *et al.,* 2024).

A UE tampouco atendeu as demandas ucranianas para avançar nas negociações do acordo de associação. Por essas razões, o bloco europeu não foi um ator fundamental à mesa de negociações de paz nesse conflito, pois o Acordo de Minsk foi percebido como altamente problemático pelas partes – Rússia e Ucrânia –, pois colocou luz sobre as profundas diferenças de interpretação entre Moscou e Kiev na questão geopolítica e não resolveu a instabilidade na região.

Somente fevereiro de 2022, quando o Presidente Putin ordenou uma invasão em grande escala da Ucrânia pelas tropas do seu país, e diante da situação crítica da Ucrânia, houve maior esforço diplomático da UE para condenar e frear os ataques da Rússia de modo bem mais contundente do que nas ocasiões passadas porque muitos Estados membros da UE mais próximos às fronteiras com a Rússia ficam ainda mais expostos à ameaça russa (LEHNE, 2017). A invasão da Ucrânia pelos russos em 2022 foi um choque externo, servindo para que a UE procurasse maneiras de se proteger da influência do autoritarismo (DEMPSEY, 2022). Dessa forma, o "despertar geopolítico" da UE ocorreu finalmente naquele momento, as ambições imperialistas do Kremlin foram reconhecidas como uma grande ameaça à segurança e à democracia na Europa (RAIK at. ali., 2014).

Diante da gravidade da situação e da deterioração das suas relações com a Rússia, a UE fez uma revisão de sua Política Externa e de Segurança (PES) para a Ucrânia, de modo a torná-la mais coerente, reconhecendo a importância geopolítica e geoeconômica do país. Outras respostas foram mais categóricas do que anteriormente: o bloco europeu ampliou medidas de assistência humanitária, financeira e militar à Ucrânia, impôs um regime de sanções mais duras contra Moscou e abriu as suas fronteiras para

receber milhões de refugiados ucranianos (LEHNE, 2022). Diferentemente dos fluxos da "onda" de refugiados africanos e asiáticos, cujo ápice foi em 2015, a UE reconheceu que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia estava provocando a maior crise de refugiados da Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial e preparou um plano para absorvê-los. A UE concedeu ainda à Ucrânia, assim como para a vizinha, a Moldávia, o status formal de país candidato à UE em 2022, logo após o pedido desses países. Em 2023, a Comissão Europeia já deu início às negociações de adesão.

Até 2022, a UE preferiu rejeitar a ideia de que as relações internacionais são inevitavelmente conflituosas, preferindo atuar em prol da cooperação baseada em normas e o multilateralismo na sua política externa. (TOCCI, 2017). Em 2016, a UE havia apresentado a Estratégia Global da UE, ligada à PES, com o objetivo de garantir a estabilidade na sua vizinhança, além de reforçar a segurança e a defesa e enfrentar desafios como a segurança energética, a migração irregular, as alterações climáticas e o terrorismo.

Ou seja, em 2016 a UE começou a promover a cooperação mais estreita e pragmática em segurança e defesa entre os seus Estados membros, após a identificação dos seus desafios urgentes, sem deixar de reafirmar que a ordem internacional deveria se assentar em normas e instituições multilaterais globais. Ficava mais claro que era necessário pensar uma Europa "mais geopolítica".

Sem dúvida, esses são importantes passos e sinais de que a UE procura ampliar a sua projeção internacional ao dar um novo ímpeto à sua política de segurança e de defesa. Contudo, ainda parece muito difícil que a Estratégia alcance consenso interno no curto prazo sobre o uso comum das capacidades militares dos Estados membros (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). Em temas sensíveis, poucos deles estão realmente dispostos a se subordinar à PES da UE de caráter essencialmente supranacional e onde as decisões são tomadas em regime de unanimidade (LEHNE, 2017).

Em diversas matérias, alguns governos europeus preferem manter relações diplomáticas essencialmente individuais e ter sua política de defesa paralela à UE. Frente às dificuldades de tomar decisões de forma consensual no âmbito das suas instituições, a UE não consegue ser a potência normativa global que pretende, aquela que se vê como um modelo para as relações internacionais e que outras partes devem seguir.

Face à crescente turbulência na sua vizinhança, desde 2022, a UE readéqua a sua estratégia de política externa e reduz a sua ambição de transformar os seus vizinhos à sua própria imagem, modificando a sua atuação para um modo defensivo, centrando-se nos objetivos estabilidade e resiliência (LEHNE, 2017).

Nas áreas de segurança e defesa, a mobilização em prol de uma UE armada tem como seu advogado mais atuante o presidente francês, Emmanuel Macron, que defende a ideia de criar um exército da UE. Da sua perspectiva, isso seria um elemento importante da "autonomia estratégica" do bloco frente aos Estados Unidos e para além da OTAN antes do início oficial do conflito.

A proposta seria criar uma nova estrutura de segurança coletiva para o continente europeu e contaria com um "rearmamento estratégico". Mas políticos de extrema direita de Chipre, Áustria, Grécia e Hungria não hesitam em bloquear qualquer decisão que não lhes agrade nessa área. Muitas vezes, essas decisões dizem respeito aos direitos humanos, à democracia e ao Estado de direito (LEHNE, 2017).

Por conseguinte, o acirramento da disputa Rússia-Ucrânia e todas os seus desdobramentos colocam forte pressão sobre a ordem internacional baseada em regras e expõem os limites da capacidade da UE de defender os seus valores e interesses, e de ser reconhecida como um ator internacional importante e uma potência global.

Não obstante as manifestações públicas acerca do absurdo provocado pela Rússia por parte das instituições da UE como organização de integração regional e potência global e pelos seus Estados membros, e das ações de diversas ordens para mitigar as consequências dos embates na Ucrânia e no seu entorno, até agora essas medidas não têm sido suficientes para barrar as repercussões mais trágicas da guerra.

À medida que a guerra persiste e os danos colaterais da crise geopolítica também se acumulam, discordâncias e divisões entre os Estados europeus sobre a questão do apoio à Ucrânia e contra penalidades da UE à Rússia emergem. A maioria dos países do norte e do leste da UE, regiões mais próximas à Rússia, vê a agressão de Putin como uma ameaça direta à sua segurança nacional. Por isso, eles pressionam por sanções ainda mais duras e por mais apoio militar da UE à Ucrânia.

Do seu ponto de vista, uma derrota da Rússia constitui o único resultado aceitável da guerra. Polônia, República Tcheca e os Estados Bálticos estão nesse grupo e há um bom tempo alertam a UE sobre as intenções expansionistas russas (DEMPSEY, 2022). Na mesma linha, esses países sustentam que a UE deve continuar concedendo uma robusta ajuda financeira, humanitária e militar à Ucrânia por razões estratégicas. Nas partes sul e ocidental da UE, há menos temor da agressão militar russa e mais preocupação com o impacto da guerra em termos de escassez de energia e efeitos inflacionários. (LEHNE, 2022).

Embora esteja na parte oriental da UE, a Hungria é o país mais refratário com relação à ajuda da UE à Ucrânia e a adesão desse país ao bloco europeu. Viktor Orbán se apresenta profundamente cético quanto aos pontos positivos da adesão da Ucrânia ou outras ex-repúblicas soviéticas à UE, não apenas por causa dos enfrentamentos de russos e ucranianos, mas por medo de que os fundos financeiros da UE possam ser desviados da Hungria para

novos membros do leste. Itália, Grécia, Áustria e Eslováquia, embora menos contrárias do que a Hungria a essa aproximação, defendem o fim das sanções da UE à Rússia.

Esses país são governados por partidos de extrema direita, com exceção da Eslováquia, que é governado por um líder populista de extrema esquerda. Com exceções, por razões ideológicas, os partidos da "onda azul" estão em sua maioria alinhados com Putin e são contrários à aproximação e apoio da UE à Ucrânia

Com efeito, os enfrentamentos entre Rússia e Ucrânia também provocam uma crise energética na UE ao revelar os danos da forte dependência dos Estados europeus do mercado russo de insumos para a produção de energia. Até 2021, a Rússia era o principal provedor de gás natural e petróleo bruto da UE, representando respectivamente 44% e 28% do total das importações da UE (FALKNER, 2023).

A Rússia também era o maior fornecedor de produtos petrolíferos para o bloco europeu. Em 2021, metade do total das importações dos Estados membros da UE tinha como origem a Rússia. Logo que a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro de 2022, a UE começou a aplicar um pacote de sanções à nação russa, que incluía minar as suas receitas com os minerais exportados para Europa, as quais alimentam a sua máquina de guerra na Ucrânia.

Em agosto, o bloco europeu decidiu determinar o embargo ao carvão russo e introduziu uma medida semelhante sobre as exportações russas de petróleo bruto por via marítima para a UE, com início em 2023. No mesmo ano, a UE fez grandes progressos na redução da sua dependência do fornecimento de energia da Rússia, mas isso foi menos uma consequência das ações da UE do que de decisões tomadas pelo Kremlin (KARDAS, 2023), pois, em meio à guerra, e a fim de atingir a Europa e a Ucrânia, a empresa de energia controlada pelo Kremlin, a Gazprom, cortou totalmente o

fornecimento de gás através do gasoduto Nord Stream 1 alegando motivos de manutenção, e reduziu drasticamente a sua produção de gás.

Em decorrência da queda da oferta internacional, houve inflação dos produtos derivados de combustíveis fósseis na UE, que transbordou para a economia real – a taxa de inflação no mercado comum europeu foi de mais de 9% em 2022, três vezes maior do que no ano anterior (EUROSTAT, 2023) –, deteriorando o poder de compra dos cidadãos europeus e, consequentemente, o bem estar social dos países da UE.

Em resposta, a Alemanha anunciou no final de 2022 a interrupção da construção do gasoduto Nord Stream 2, projeto bilionário construído para levar gás natural da empresa estatal Gazprom da Rússia diretamente para aquecer milhões de lares na Alemanha. Certamente, as medidas europeias conseguiram diminuir as receitas russas provenientes da venda de insumos de energia, mas esses fatos serviram para que tanto a Alemanha quanto outros Estados e a própria UE percebessem que era urgente diminuir o seu grau de vulnerabilidade frente à dependência dos insumos de energia da Rússia.

Entre 2014 e 2022, a Europa não conseguiu reverter o curso dessa dependência; pelo contrário, ela só aumentou (FALKNER, 2023). No caso da Alemanha, quando as obras do Nord Stream 2 foram aprovadas, a grande infraestrutura para o transporte de gás entre a Europa e a Rússia foi vista pelos alemães como um investimento em uma relação estável e de longo prazo entre as partes, o que acabou ampliando a dependência alemã das importações do gás russo.

A crise geopolítica já havia dado sinais à UE de que as matérias primas para a produção de energia eram elementos estratégicos no seu plano expansivo da Rússia. Como a Ucrânia é

um país de trânsito do gás entre Rússia e Europa, os russos há um bom tempo procuram ter o controle direito ou indireto do sistema ucraniano de transporte de gás.

Em outros momentos – 2005-06, 2009 e 2017 – a Rússia havia imposto restrições aos fluxos de gás para a Europa como parte de suas disputas históricas com a Ucrânia. Dessa forma, ao invés de rever seu planejamento de segurança energética nessa fase, a Europa permitiu a continuidade da sua dependência da Rússia. Somente em maio de 2022, quando foi lançado o RePower UE, um grande programa para eliminar a dependência do gás russo e tornar o sistema de produção de energia mais resiliente à pressão externa, diversificando fontes e estimulando a produção de energias renováveis para a descarbonização da UE, o que exige altos investimentos, é que a vulnerabilidade da UE frente ao gás russo começou a diminuir.

Os alemães também anunciaram planos para diminuir o nível de dependência da Alemanha da importação do gás, do petróleo e do carvão russos, que varia de 40 a 50%.

CONCLUSÃO

Como discutido, os efeitos da "policrise" sobre a economia, a política, a sociedade e a geopolítica dos Estados membros da UE são diversos e impactam diretamente a vida dos cidadãos europeus. Nas últimas décadas, as crises relevam diferenças e marcam clivagens, instigam conflitos, aprofundam desigualdades e levantam incertezas.

Como consequência disso, as perturbações iluminam as deficiências e as inconsistências do projeto de integração regional da Europa à medida na percepção geral dos cidadãos europeus a crise

de legitimidade das instituições da UE concentradas em Bruxelas implica na diminuição do entusiasmo da sociedade europeia em apoiar o avanço do processo de integração regional.

Mais pragmáticos do que em outros momentos, os muitos cidadãos europeus calculam quais são os custos *versus* os benefícios para o Estado onde vivem dele participar e avaliam se as instituições da UE estão conseguindo responder a todos os desafios. Face à demora na implementação das soluções e nas respostas e na inexistência de uma solução que satisfaça a todos, esses cidadãos preferem que seu país delibere e implemente soluções próprias, priorizando os interesses nacionais.

É inegável que em meio às crises e apesar das dificuldades, a UE tem avançado em políticas e ações em todas as áreas. Mas aos olhos de muitos, a UE é uma tecnocracia (HALL, 2016) e a sua legitimidade está pautada basicamente na sua capacidade de promover prosperidade e coesão regional no continente.

Mas os desafios à UE se agigantam diante dos choques externos e das pressões internas e da necessidade de dar respostas de forma urgente. Como os cidadãos sentem receio de que a UE acabe entrando mais uma vez em longas negociações político-tecnocráticas, as quais os deixam muito distantes de opinar sobre o que é melhor para si e para o seu país, nesse período de múltiplas crises, cujos seus efeitos se sobrepõem ou se misturam desde 2010, o euroceticismo fica mais forte e a solidariedade entre os Estados membros da UE mostra seus limites.

Apesar dos seus esforços da UE – em meio às crises, o bloco europeu também luta para confirmar uma identidade comum, uma vez que há diversidade significativa de prioridades dos Estados membros que se colocam no processo de formulação de políticas comuns e de aprovação de instrumentos adequados e eficientes –, a fragilidade político-institucional da UE para harmonizar e coordenar

decisões sobre temas sensíveis resulta nos atuais conflitos distributivos e na frágil coesão política, econômica e territorial entre os seus Estados membros.

Aliás, há uma ampla crise da relação Estado-sociedade, onde os sistemas partidários nacionais se encontram convulsionados pelo descontentamento popular e pela frustração com as repercussões das políticas nacionais aplicadas pelo *establishment* nas últimas décadas (BICKERTON, 2018). Esses elementos e conflitos entre grupos sociais dominaram a atmosfera do referendo do Reino Unido, que optou por sua saída da UE, em 2016, e estão exercendo atração sobre outras partes da Europa.

Portanto, a ascensão de partidos populistas de extrema direita na Europa ou a sua consolidação política nos membros da UE nos últimos anos é resultado das crises que o bloco europeu enfrenta há anos e abre espaço para que muitos líderes façam promessas oportunas acerca das respostas para a superação da "policrise".

Com narrativas atraentes para conquistar o eleitorado e teor que desafia os princípios liberais e as normas democráticas do bloco europeu (EKIERT, 2023), esses partidos cooperam em coligações nos países onde estão sediados e realizam alianças para além de suas fronteiras nacionais com grupos políticos de espectro político e ideologia com os quais têm alinhamento de ideias.

Por conseguinte, os distúrbios provocados pelas crises que repercutem na Europa nas últimas décadas são oportunamente instrumentalizados pelos partidos de extrema direita, que encontram cidadãos abertos a novos discursos, que alimentam ainda mais o euroceticismo. Eles também adotam políticas nacionalistas, demagogas, antiliberais e racistas colocando-se como salvadores da situação crítica na qual os cidadãos europeus experienciam.

De fato, os partidos de extrema direita têm alcançado sucesso na conquista a preferência do eleitorado na maioria dos Estados membros da UE de acordo com os resultados recentes.

É dessa forma que as crises da zona do euro, a crise migratória, a crise geopolítica e a crise energética, além de outras – que reverberam no aumento de preços do petróleo, do gás, dos alimentos e dos fertilizantes, na recessão, na necessidade de divisão de novas "quotas" de refugiados, na sensação de insegurança de várias ordens, nas disputas sobre os custos da integração e na fragmentação econômica e rivalidades, nas discordâncias sobre a conformação de políticas comuns e nos conflitos e impasses intergovernamentais – relacionam-se com a ascensão da extrema direita na Europa e a representação mais significativa de partidos desse espectro na política dos Estados membros da UE e no PE desde 2010.

REFERÊNCIAS

ANGOURI, J.; WODAK, R. "They became big in the shadow of the crisis': The Greek success story and the rise of the far right". **Discourse and Society**, vol. 25, n. 4, 2014.

BEYME, K. "Right-Wing Extremism in Post-War Europe". **West European Politics**, vol. 11, 1988.

BICKERTON, C. "The Brexit Iceberg". *In*: MARTILL, B.; STAIGER, U. (orgs.). **Brexit and Beyond: rethinking the futures of Europe**. London: UCL Press, 2018.

CHOPIN, T.; JAMET, J. F. "The Future of Europe". **Schuman Papers and Interviews**, n. 402, 2016.

CUNNINHAM, Kevin; HIX, Simon; DENNISON, Susi. LEARMONTH, Imogen. "A sharp right turn: A forecast for the 2024 European Parliament elections". **European Council of Foreign Relations** [2024]. Disponível em: <www.ecfr.eu>. Acesso em 04/02/2024.

DEMPSEY, Judy. "Russia's brutal war in Ukraine has exposed European countries' diverging views of Moscow. These fissures will affect the EU's policies toward Ukraine and Russia". **Strategic Europe Carnegie Endowment** [2022]. Disponível em: <www.carnegieeurope.eu>. Acesso em 12/02/2024.

DUNGACIU, D. "'Perfect Storm' in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences". *In*: DUNGACIU, D.; IORDACHE, R. (orgs.). **"Perfect Storm" in Europe**: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

EKIERT, G. "Democracy and Authoritarianism in the 21st Century: a sketch policy". **Research Gate** [2023]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em 12/02/2024.

EUROSTAT. "Annual inflation more than tripled in the EU in 2022". **Eurostat** [2022]. Disponível em: <www.ec.europa.eu>. Acesso em 12/02/2024.

FABBRINI, S. "Intergovernmentalism and Its Limits: Assessing the European Union's Answer to the Euro Crisis". **Comparative Political Studies**, vol. 46, n. 9, 2013.

FALKNER, R. “Weaponized Energy and Climate Change: assessing Europe´s Response to the Ukraine War”. **LSE Public Policy Review**, vol. 3, n. 1, 2023.

FRIEDEN, J.; WALTER, S. “Understanding the Political Economy of the Eurozone Crisis”. **Annual Review of Political Science**, vol. 20, n. 19, 2017.

GIORGI, F. Toward Fortress Capitalism: The Restrictive Transformation of Migration and Border Regimes as a Reaction to the Capitalist Multicrisis. **Canadian Review**, vol. 56, n. 4, 2019.

GREILINGER, G. “Orbán, ethnonationalism and xenofobia”. **Social Europe** [2023]. Available in: <www.socialeurope.eu>. Access in: 03/02/2024.

HALL, P. A. “The Euro Crisis and the Future of the European Integration”. *In*: HALL, P. A. (org.). **The Search for Europe**. Madrid: BBVA, 2016.

KALDOR, M. “The Ukraine Crisis: how to respond?”. **Social Europe** [2022]. Available in: <www.socialeurope.eu>. Access in: 03/02/2024.

KARDAS, S. “Conscious uncoupling: Europeans’ Russian gas challenge in 2023”. **European Council of Foreign Relations** [2024]. Available in: <www.ecfr.eu>. Access emin: 28/01/2024.

KRASTEV, I.; LEONARD, M. “A crisis of one´s own: the politics of trauma in Europe´s election year”. **European Council of Foreign Relations** [2024]. Available in: <www.ecfr.eu>. Access in: 28/01/2024.

KUNDNANI, H. “A far-right EU? International Politics and Society”, **IPS Journal** [2023a]. Available in: <www.ips-jornal.eu>. Access emin: 28/01/2024.

KUNDNANI, H. “Europe May Be Headed for Something Unthinkable”. **The New York Times** [2023b]. Available in: <www.nytimes.com>. Access emin: 28/01/2024.

LEHNE, S. “Is There Hope for EU Foreign Policy?” **Carnegie Europe Paper** [2017]. <www.carnegieendowment.org>. Acesso em 20/02/2024.

LEHNE, S. “The EU and the Creative and Destructive Impact of Crises”. **Carnegie Europe** [2022]. <www.carnegieendowment.org>. Acesso em 20/02/2024.

LERUTH, Benjamin; LORD, Christopher. “Differentiated Integration in the European Union: A Concept, a Process, a system or a theory?”. **Journal of European Public Policy**, vol. 22, n. 6, 2015.

LIIK, Kadri. “Winning the Normative War with Russia: an EU-Russia Power Audit”. **European Council on Foreign Relations Policy Brief** [2018]. Available in: <www.ecfr.eu>. Access in: 28/01/2024.

MASON, P. ***Stop Fascism***: ***History***, ***Ideology***, ***Resistance***. *London: Allen Lane, 2021.*

METCALFE-HOUGH, V. **The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions**. London: Overseas Development Institute, 2015. Disponível em: <www.odi.org>. Acesso em 16/02/2024.

NUGENT, N. “Brexit: yet another crisis for the EU”. *In*: MARTILL, B.; STAIGER, U. (orgs.). **Brexit and Beyond**: rethinking the futures of Europe. London: UCL Press, 2018.

PIROZZI, N.; TORTOLA, P. D.; VAI, L. “Differentiated Integration: A Way Forward for Europe”. *In*: IAI - Instituto Affari Internazionali. **EU-60**: Refounding Europe. Roma: Instituto Affari Internazionali, 2017.

RAIK, K. *et al*. “EU Policy towards Ukraine: Entering Geopolitical Competition over European Order”. **The International Spectator, Italian Journal of International Affairs**, vol. 59, n. 1, 2024.

SCHARPF, F. W. “Monetary Union, Fiscal Crisis and the Preemption of Democracy”. **Econstor** [2011]. Disponível em: <www.econstor.eu>. Acesso em 18/02/2024.

SCHIMMELFENNING, F. “European integration (theory) in times of crisis. A comparison of the euro and Schengen crises”. **Journal of European Public Policy**, vol. 25, n. 7, 2018.

SHACKLETON, M. “Whither the 27?“ *In*: MARTILL, B.; STAIGER, U. (orgs.). **Brexit and Beyond**: rethinking the futures of Europe. London: UCL Press, 2018.

STAIGER, U. “The heart of the matter: Emotional politics in the new Europe”. *In*: MARTILL, B.; STAIGER, U. (orgs.). **Brexit and Beyond**: rethinking the futures of Europe. London: UCL Press, 2018.

STOCKER, P. **English uprising**: Brexit and the mainstreaming of the far-right. London: Melville House, 2017.

STOCKHAMMER, E. “The Euro Crisis and contradictions of

Neoliberalism in Europe". **Post Keynesian Economics Study Group Working Paper**, n. 1401, 2014.

TOCCI, N. "Why the European Union may soak up the populist-right wave". **Chatham House The World Today**, vol. 24, 2023.

TOCCI, N. **Framing the EU Global Strategy**: a Stronger Europe in a Fragile World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

VAROUFAKIS, Y. "Europe´s Fading Democracy". **Yanis Varoufakis** [2023]. Disponível em: <www.yanisvaroufikes.eu>. Acesso em 18/02/2024.

WOOLCOCK, S. "The Role of the European Union in the International Trade and Investment Order". **Jean Monnet Centre for Excellence in International Trade and Globalization**. Adelaide: University of Adelaide, 2019.

ZEITLIN, J.; NICOLI, F.; LAFFAN, B. "Introduction: the European Union beyond the polycrisis? Integration and politicization in an age of shifting cleavages". **Journal of European Public Policy**, vol. 26, n. 7, 2019.

CAPÍTULO 4

O Surgimento e Ascensão do AfD:
O Retorno Definitivo da Extrema Direita na Alemanha?

O SURGIMENTO E ASCENSÃO DO AfD: O RETORNO DEFINITIVO DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA?

Sarah Goifman Martins Diniz

Há uma crescente onda iliberal avançando no mundo com a ascensão de diversos políticos e partidos populistas de extrema direita. Vários países como Estados Unidos, Índia, Brasil, Hungria e Polônia. Mais recentemente outros países como Itália e Argentina passaram a integrar o grupo de países liderados pela extrema direita, bem como Israel passou a incluir os partidos radicais de direita na coalizão governista. Ademais, apesar de não chegarem a integrar os governos, vários partidos de extrema direita se tornaram importantes em vários países como o caso da França, Holanda e Áustria. Essa quarta onda da extrema direita tem sido expressiva e marcando uma normalização de ideologias extremadas no *mainstream* político (CAS MUDDE, 2019).

Até 2013 a Alemanha parecia imune a esses avanços da extrema direita, mas "o advento do *Alternative fur Deutschland* (AfD), no entanto, mudou o excepcionalismo alemão" (LEMKE, 2020; p. 94). O AfD surgiu, se estabeleceu e cresce na Alemanha, apesar do histórico de um grande trabalho de conscientização e repressão ao extremismo político no país nos quase 80 anos que se seguiram à derrota da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial. O país se vê novamente frente a um partido de extrema direita com expressão nacional e voz no processo político: o *Alternative fur Deutschland* (AfD).

Inicialmente o AfD foi criado como um partido anti-União Europeia, crítico ao envolvimento da Alemanha como *paymaster* do processo integrativo europeu e dos grandes gastos que essa posição

de liderança gerou na resolução da Crise do Euro. O partido defende pela saída da Alemanha da Zona do Euro e que os países do sul da UE se responsabilizassem pelas contas públicas tendo em vista políticas de austeridade severas.

Contudo, "vozes extremistas e de extrema-direita ganharam força na liderança do partido nos últimos anos, enquanto vozes moderadas deixaram o partido" (LEMKE, 2020; p. 95). Essa radicalização do partido levou a uma mudança do programa partidário, que passou a incluir pautas principalmente ligadas à imigração, que fizeram a popularidade do partido crescer em um contexto de crescente entrada de imigrantes na Alemanha a partir de 2015 e choques econômicos importantes, como a Crise do Euro, a pandemia de COVID-19 e a crise de abastecimento energético ligado à invasão russa à Ucrânia. Apesar de nunca ter integrado a coalizão governista nacional, o AfD passou a influenciar o processo político alemão e tem crescido principalmente no âmbito subnacional nos *Länder*, se tornando parte do equivalente aos governos estaduais na Alemanha, bem como dos governos municipais.

O surgimento e consolidação de um partido de extrema-direita no contexto alemão faz cair por terra o excepcionalismo do país, que tinha conseguido inibir esses atores mais radicais no processo político até então. O objetivo deste capítulo é apresentar a trajetória do AfD na Alemanha nos últimos anos e entender os desafios colocados no país com esse novo importante partido político no cenário nacional. Dessa forma, busca-se apresentar o contexto na Alemanha que permitiu o ressurgimento da extrema direita, bem como entender a trajetória do partido de 2013 até o momento atual em 2024.

Essa é uma pesquisa exploratória, que busca concentrar as informações sobre o *Alternative fur Deutschland*, classificá-lo com um partido de extrema-direita e entender como o partido tem ganhado espaço na Alemanha na última década e como isso tem

afetado a política alemã. Busca-se compreender os desafios colocados no cenário político e quais as próximas agendas de pesquisa relacionadas ao AfD.

O presente capítulo é dividido em 5 seções, sendo a primeira essa introdução, a segunda "o que é a extrema direita e porquê a Alemanha era uma exceção?", a terceira "o surgimento do AfD e como se tornou a única referência expressiva da extrema direita na Alemanha", o quarto o "cenário atual" e, por fim, as "considerações finais". A segunda seção busca construir o que se entende por extrema-direita, as quatro ondas da extrema-direita na Europa e explicar o excepcionalismo alemão até a emergência do AfD.

A terceira seção busca apresentar o surgimento do AfD, quais as principais pautas defendidas pelo partido e quais fatores contribuíram para conseguir sucesso eleitoral. Essa seção busca mostrar como o partido se estabeleceu e se tornou a principal referência da direita alemã. A quarta seção trata do cenário atual, desde as eleições de 2021 até o momento atual de amplas demonstrações pró-democracia na Alemanha. A última seção se dedica a considerações finais e o estabelecimento de agenda futura de pesquisa.

O QUE É EXTREMA DIREITA E PORQUÊ A ALEMANHA ERA UMA EXCEÇÃO?

A definição clássica da extrema direita moderna é bem heterogênea, se adaptando às particularidades locais em cada caso. Nesse sentido, o termo extrema direita é um guarda-chuvas para ideologias que perpassam pelo nativismo e autoritarismo como ideias centrais. Faz-se necessário ressaltar a diferença tradicional

entre esquerda e direita, pois nativismo e autoritarismo podem se fazer presentes em ambos os extremos do espectro político.

Para a direita as liberdades individuais são mais importantes do que a justiça social e a igualdade, e o oposto é válido para a esquerda. É importante também distinguir entre a direita radical e a extrema direita, na qual a primeira mantém o caráter democrático, enquanto a extrema direita romperia com a democracia (CAS MUDDE, 2007; 2019; BOBBIO, 1995).

Outras características da extrema direita são a percepção de desigualdade como uma condição inerente na sociedade, que justifica que certos grupos devem concentrar poder seja pela lógica racial, religiosa ou socioeconômica. Assim, o populismo é outra característica comumente associada ao termo, destacando-se o processo da divisão da sociedade em grupos homogêneos e antagonistas, separando o povo da elite governante que é corrupta. Nesse sentido, forma-se uma divisão entre "nós" e "eles", no qual os governantes não manifestam a vontade geral do povo e devem ser combatidos (CAS MUDDE, 2007; 2019).

Uma questão importante nessa nova onda de ascensão da extrema direita é a recorrente preocupação com a segurança doméstica, ressaltando preocupações com terrorismo, violência e questões absratas como nação, raça, cultura e economia. A mobilização do discurso em torno da segurança consegue capitalizar uma parte significativa da sociedade, criando um discurso nativista e xenófobo no qual os estrangeiros são responsáveis pela insegurança, colocando-os como culpados de problemas sociais e econômicos (CAS MUDDE, 2019).

Curiosamente, a extrema direita defende a bandeira de luta contra a corrupção, que baseiam suas posturas autoritárias na fórmula para o combate à corrupção da elite governante. No entanto, muitas vezes existe uma miopia com o comportamento desse grupo

político, que consegue dissociar suas próprias acusações de corrupção. Frequentemente "a esquerda" e o "marxismo cultural" são também colocados como culpados das mazelas que atingem a população, em especial associados à corrupção (CAS MUDDE, 2019).

No cenário pós-Segunda Guerra Mundial caracterizaram-se quatro ondas de extrema direita. A primeira é chamada de neofacismo (1945-1955) e remonta um saudosismo das ideologias de ultra direita no começo do século XX, mesmo que essas tenham passado a ser quase universalmente rachaçadas dada a aversão à Alemanha Nazista. Os partidos neofascistas articulados nesse período tiveram baixa adesão na sociedade e pouca expressão eleitoral. Nesse período, inclusive, houve a proibição do *Sozialistische Reichspartei* (SRP), o Partido Socialista do Reich. (CAS MUDDE, 2019)

Para explicar a proibição de um partido, faz-se necessário remeter ao Art. 21 da Lei Básica alemã, que menciona explicitamente os partidos políticos. Ele trata que os partidos políticos devem participar na formação da vontade política dos cidadãos e devem ser estabelecidos de forma livre e democrática, além de possuírem dever constitucional de prestar contas à sociedade quanto aos seus bens, recursos e uso de fundos partidários.

Especificamente referendo-se ao passado nazista, o Art.21 da Lei Básica explicita que os partidos que ameacem a base livre e democrática da Alemanha devem ser considerados inconstitucionais através da atuação da *Bundesverfassungsgericht* (BVerfG), a Corte Constucional alemã. Tal cláusula foi acionada duas vezes nos anos 1950 e acabou por banir os partidos *Sozialistische Reichspartei* (SRP), Partido Socialista do Reich em português, de inspiração nazista em 1952 e o *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD), Partido Comunista da Alemanha em português, em 1956.

Ambos foram considerados pela BVerfG como ameaças à democracia alemã. Esse é um importante mecanismo alemão de defesa das instituições democráticas, baseado nos danos do passado nazista. Vários autores identificam esse comportamento como sendo uma "democracia militante" (SAALFELD, 2002; LANGENBACHER; CONRAD, 2017; GERMANY, 2020; WEISSKIRCHER, 2023).

A segunda onda da extrema direita foi o populismo de direita (1955-1980), caracterizada pela oposição às condições de vida do pós-guera e da marginalização das periferias rurais. Nesse contexto, surgiram partidos que se opunham ao *establishment* dos partidos democráticos do Bem Estar Social. Um importante culto ao líder e um sentimento anti-parlamentarista, ainda que não abertamente anti-democrático, caracterizam esse período. Em 1964 foi criado na Alemanha o *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (NPD), o Partido Nacional Democrático da Alemanha.

O NPD tinha como principal pauta a imigração, tendo, portanto, um importante posicionamento xenófobo, que considerava os estrangeiros culpados pelo declínio das condições de vida decorrentes de períodos de estagnação econômica. Esse partido, no entanto, nunca teve expressividade eleitoral para sequer passar a cláusula de barreira para compor o parlamento, tendo tido representação marginal apenas em alguns parlamentos regionais (CAS MUDDE, 2019; WEISSKIRCHER, 2023).

A terceira onda na Europa é a direita radical (1980-2000), impulsionada pela estagnação econômica do continente e o aumento significativo da imigação. Essa onda trouxe a representação desses partidos extremistas de direita nos parlamentos nacionais da Bélgica, Países Baixos e França, por exemplo. Na Alemanha foi criado o partido *Die Republikaner*, o Partido Republicano, que teve desempenho eleitoral baixo e rapidamente caiu no esquecimento.

Nesse sentido, a Alemanha seguiu imune a uma maior representação política desse setor extremista de direita, apesar do cenário estabelecido de estagnação econômica, no qual a Alemanha era tida como "o homem doente da Europa". Nesse período, um forte apoio à integração regional europeia e o resgate da soberania alemã através da reunificação foram importantes para manter os partidos de centro e pró-União Europeia no domínio do cenário político (CAS MUDDE, 2019; WEISSKIRCHER, 2023).

Por fim, a quarta onda de extrema direita está em curso desde os anos 2000, e foi potencializada por três crises: o atentado de 11 de setembro de 2001 (fazendo aumentar as preocupações com segurança), a crise econômica de 2008 (que impactou a economia de forma duradoura, impactando na qualidade de vida da população) e a crise dos refugiados de 2015 (com um aumento expressivo da imigração para o continente europeu, em especial de países muçulmanos).

Esses eventos marcaram um crescimento expressivo de movimentos xenófobos, especialmente islamofobicos, e do populismo de direita e, portanto, um rápido aumento de capitalização de votos pela extrema direita nesse cenário. A grande diferença da atual onda em relação às três anteriores é justamente a desmarginalização da extrema direita, que passam a ter posições aceitas no *mainstream* político e passam a ser parceiros de coalizão aceitáveis, ao invés de párias políticos.

Essa progressiva normalização das posições extremistas de direita reflete nas urnas, com um aumento expressivo do número de votos e participação política de partidos populistas de direita no cenário político. Até os anos 2000 os partidos de extrema direita tinham limitado sucesso eleitoral, entrando nos parlamentos pela Europa, mas sem sucesso na formação de coalizões governistas que "evitavam" se relacionar com pautas anti-imigração e anti-globalização dos partidos de extrema direita.

Atualmente o eleitorado endossa mais abertamente pautas racistas/anti-imigração, antissemitismo e o revisionismo histórico (CAS MUDDE, 2019). Por sete décadas no pós-Segunda Guerra Mundial os acadêmicos consideraram a Alemanha como uma exceção na Europa à ascensão da extrema-direita, pois apesar de partidos de inspiração extremista de direita terem sido criados, eles foram objetivamente excluídos da política ou tiveram baixíssima adesão, não sendo efetivamente *players* que participaram com reais chances no processo político ou que influcienram de forma concreta a opinião pública.

Inclusive, os partidos de extrema direita na Alemanha não eram sequer cogitados em qualquer tipo de coalizão governista em qualquer nível de governo (nacional, regional ou municipal) e se mantiveram fora da representação parlamentar nacional até 2017, uma diferença importante em relação aos demais países europeus.

A criação do AfD em 2013, entretanto mudou esse paradigma, pois o partido nasceu em um contexto no qual influenciou todas as eleições seguintes, bem como o comportamento de outros partidos. A próxima seção trata do surgimento e ascensão do AfD e busca mostrar como o partido se articulou e cresceu no cenário político alemão na última década (WEISSKIRCHER, 2023; LEMKE, 2020).

SURGIMENTO DO AfD E COMO SE TORNOU A ÚNICA REFERÊNCIA EXPRESSIVA DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA

O *Alternative für Deutschland* (AfD) é o partido de expressão nacional mais recente na Alemanha, criado em 2013. Os líderes fundadores do partido são oriundos de grupos dissidentes do Partido

Democrata Cristão (CDU) e acadêmicos do campo da economia e criticaram radicalmente as políticas adotadas pelo governo de Angela Merkel no contexto da crise da Zona do Euro.

A principal reivindicação do partido era inicialmente a retirada da Alemanha da Zona do Euro e o retorno à moeda nacional, o marco alemão. Esses atores políticos buscavam uma alternativa aos quatro principais partidos alemães nas eleições de 2013 e, com essa pauta, o partido teve uma estreia meteórica na eleição nacional de 2013 com 4,7% dos votos, quase ultrapassando a cláusula de barreira de 5%. Nesse momento inicial, o partido não era considerado de extrema-direita, mas sim ultraliberal (SAALFELD; SCHOEN; 2015; ARZHEIMER, 2015).

A organização interna do AfD foi muito rápida, tendo o movimento dissidente do CDU concentrado ao redor de pautas econômicas, em especial referentes à integração regional da União Europeia e a latente Crise do Euro. O partido rapidamente escreveu um manifesto fundador e se organizou subnacionalmente nos 16 *Länder,* equivalentes a estados.

Além disso, os líderes nesse processo inicial de estabelecimento do partido foram pessoas de influência política e econômica como Bernd Lucke, professor de economia da Universidade de Hamburgo e Hans-Olaf Henkel, ex-presidente da Federação Alemã de Indústrias. Essas características são tidas como razões do sucesso eleitoral do partido nos anos seguintes (ARZHEIMER, 2015; BERBUIR; LEWANDOWSKY; SIRI; 2014; LEMKE, 2020).

Nos meses seguintes à eleição de 2013, buscou-se dissociar o partido da pauta única econômica, o que causou diversas divergências internas. Apesar de inicialmente o partido ser liderado por ideologia neoliberal e eurocética, a extrema direita dominou o processo partidário e, posteriormente, o partido se tornou muito

vocal contra a imigração - defendida amplamente pela chanceler Merkel a partir de 2015. Dessa forma, o AfD se colocou progressivamente como uma oposição radical e captou eleitores insatisfeitos e seus votos de protesto.

O AfD é tido como o partido mais à direita do espectro político alemão e teve sucesso na captação do eleitorado eurocético e anti-imigração ao longo dos anos. Essa virada para um discurso nativista anti-imigração ocorreu em 2015 em uma convenção nacional do partido em Essen e foi potencializada pela crise dos refugiados que trouxe milhares de refugiados para a Europa entre 2015 e 2016 (SAALFELD; SCHOEN, 2015; ARZHEIMER, 2015; WEISSKIRCHER, 2023).

Assim, um importante traço do AfD é a introdução aberta do nacionalismo e da importância da Alemanha e os interesses nacionais, por muitas décadas minimizados. Exisite um tabu no país à demonstração aberta de nacionalismo alemão, em decorrência do passado nazista. O AfD busca um revisionismo histórico e o fim da "culpa" alemã, colocando a Alemanha muitas vezes como vítima da União Europeia, defendendo maior autonomia e soberania do país.

Assim, o AfD se coloca abertamente como nacionalista e de direita, mesmo que o termo "direita" seja historicamente muito pesado no país, tanto que os partidos de centro-direita se consideram "conservadores" (ARZHEIMER, 2015; LEMKE, 2020; WEISSKIRCHER, 2023). Nesse revisionismo histórico, um dos líderes partidários do AfD Björn Höcke, líder do partido no länder Tuíngia, chegou a pedir o fim da "cultura de culpa" na Alemanha, além de polêmicos comentáios quanto à homenagens às vítimas do holocausto no país e suavização da figura de Hitler, que não seria para ele "o mau absoluto". Höcke busca em seus discursos a valorização da grandeza alemã, incluindo o passado nazista. A validação deste como um discurso possível na Alemanha é um

importante marco da normalização da extrema direita na última década (LEMKE, 2020).

Apesar de o AfD exacerbar o fim da cultura de culpa e a retomada dos interesses domésticos alemães como uma influência importante na política externa do país, em especial quanto a União Europeia, esse não é um fenômeno exclusivo na política alemã. Há evidências, que ainda que de forma mais sutil, desde a recuperação da soberania alemã plena com a reunificação na década de 1990, o país tem se movido para expressar cada vez mais suas preferências domésticas no nível regional, abandonando contenções históricas devido à desconfiança dos países vizinhos (BULMER, 2019; FONSECA, 2018; OPPERMANN, 2012).

Outra importante questão na ascensão do AfD é a divisão entre leste e oeste no país. Os partidos de extrema-direita historicamente figuram melhor eleitoralmente nos estados do leste, pertencentes à antiga Alemanha Oriental, no pós-reunificação alemã.

> A força da extrema-direita no Leste reflete o amplamente difundido sentimento de marginalização social e está ligado à insatisfação com a economia, migração e representatividade política - um resultado não só da herança da Alemanha Oriental, como também dos desenvolvimentos que se seguiram a então chamada reunificação em 1990 (WEISSKIRCHER, 2023).

Nesse sentido, a reunificação alemã deu novo fôlego à extrema direita, em especial nos *länder* da antiga Alemanha Oriental, pois capitalizou o sentimento de marginalização social e o crescente descontentamento de parcela importante da população. O voto na extrema direita é associado por vários autores a adversidades econômicas como aumento da desigualdade, precarização do

trabalho e desemprego, bem como a mudanças importantes na sociedade, como a adoção de valores pós-materialistas pelas elites políticas.

Essas questões causam uma reação em parte da população que se sente atingida econômica e culturalmente. No entanto, é o sentimento de descontentamento enraizado no sentimento de marginalização social que é o principal combustível da extrema direita. Nos länder da ex-Alemanha Oriental, permanece um sentimento de não-pertencimento à Alemanha reunificada, permanente com importantes diferenças econômicas, estruturais e culturais em relação ao resto do país.

A persistência desse sentimento e de importantes diferentes entre oeste e leste na Alemanha fomentam votos na extrema-direita como votos de protesto e busca por mudanças no *status-quo* político (GIDRON; HALL, 2019; WEISSKIRCHER, 2020; WEISSKIRCHER, 2023). Outro tópico que contribui muito na divisão oeste-leste na Alemanha é a questão da imigração. A ex-Alemanha Oriental possuía impressionante homogeneidade econômica e social, gerando um forte senso de identificação nacional.

Esse fenômeno é comum a outros países do Leste Europeu, que também se tornaram a partir da década de 1990 países com grande dificuldade de assimilar imigração. Em contraste, a Alemanha Ocidental viveu momentos importantes de imigração do sul da Europa e da Turquia no pós-guerra, visando a reconstrução do país.

Até hoje apenas uma pequena parte dos residentes estrangeiros da Alemanha vive no leste do país, o que tornou a experiência de trocas culturais no leste bem menos intensa. Esse contexto de uma identidade nacional forte e uma ausência de trocas com imigrantes ao longo de muitas décadas ajuda a explicar o

sentimento anti-imigração na parte oriental da Alemanha, sendo esse um terreno fértil para o crescimento da extrema-direita (WEISSKIRCHER, 2020).

O sucesso eleitoral no nível regional alemão, nos länder do leste é impressionante, tendo em 2019 o AfD passado a integrar três parlamentos regionais em Brandenburgo, Saxônia e Turíngia. Nessa parte do país o AfD chega a captar 20% dos votos, muito mais do que no restante do país. Nesses casos, foi necessário a formação de coalizões de três partidos, para que o AfD não integrasse os governos regionais.

Essa necessidade de formar coalizões mais amplas para blindar o executivo dos partidos mais radicais é uma questão que tem incomodado os partidos de centro, em especial o CDU, da centro-direita. Essas coalizões amplas acabam por colocar no mesmo governo partidos com objetivos e ideologias opostas no espectro político, o que desagrada os eleitores. Nesse sentido, alas do CDU argumentam pela possibilidade de coalizões entre o CDU e o AfD no futuro, especialmente no nível regional (WEISSKIRCHER, 2020).

Apesar de ter sido criado para concorrer às eleições gerais de 2013 e ter tido um sucesso inicial impressionante, o AfD somente passou a integrar o *Bundestag*, a câmara baixa do Parlamento alemão, no fim de 2017. Entretanto, sua emergência no cenário político, em 2013, motivou mudanças comportamentais em outros partidos, em especial o CSU, parceiro de coalizão do CDU.

Essa é uma questão importante, associada ao poder de chantagem, na qual a posição mais extremada ou mesmo a entrada de um partido no sistema partidário leva o comportamento de um ou mais partidos a divergir do centro tanto à esquerda quanto à direita. Nesse sentido, é chamada de janela e Overton o processo no qual posições extremas, anteriormente refutadas no cenário político, se

tornem *mainstream* a partir da entrada de ideias ainda mais radicais no debate (LEMKE, 2020; MUDDE, 2019; ABELS, 2016; SARTORI, 2005).

Dessa forma, apesar do AfD ter permanecido fora do planejamento de coalizões governistas pelos demais partidos alemães nas eleições de 2017 e 2021, justamente por ser um partido com ideias de extrema direita, a própria existência do partido e da normalização de suas posições no debate político nacional, influencia diretamente o comportamento dos demais partidos. "Assim, mesmo o AfD não entrando coalizões governistas no nível federal, ele pode trazer o discurso mais para a direita" (LEMKE, 2020; p. 95).

Uma expressão da influência do AfD na resolução da Crise do Euro pode ser explicada pela retórica acentuada do partido anti-UE em 2013. O AfD aumentou a competição pelo eleitorado de direita na Alemanha o que forçou um endurecimento do comportamento do CDU/CSU com relação à crise europeia, para não perder eleitores para o novo partido.

Nesse sentido, o Poder Executivo endureceu sua posição de oposição à garantia de dívidas comuns a todos os países europeus (*eurobonds*, por exemplo) e a criar um orçamento substancial para a Zona do Euro lidar com desequilíbrios fiscais. Além disso, houve um importante desgaste dos partidos de centro que estiveram na coalizão governista na última década devido ao apoio à imigração e à União Europeia, sendo a insatisfação com os partidos tradicionais uma fonte de votos para o AfD (HOWARD; SCHILD, 2021; DINIZ, 2021).

Nas eleições de 2017 ocorreu o sucesso eleitoral do AfD, que passou a efetivamente a ocupar assentos no *Bundestag*, a câmara baixa do parlamento nacional alemão. O partido efetivamente conseguiu votos o suficiente para ultrapassar a cláusula de barreira

de 5% e integrar o parlamento, sendo o principal partido de oposição. O sucesso eleitoral de 2017 é associado à mudança da retórica do partido entre 2014 e 2015, que deixou de apenas abordar temas econômicos e de integração regional e se debruçou sobre temas da extrema-direita populista, em especial a questão imigratória.

O AfD deixou de ser um partido ultraliberal e passou a ser um partido de extrema-direita com essa mudança importante de lideranças e pautas nesse período. A Conferência Partidária de Essen em 2015 marca essa mudança importante nas diretrizes do partido, tendo líderes acadêmicos e do setor econômico debandado do partido com sua radicalização na direção do populismo de direita (HEINZE; WEISSKIRCHER, 2021; WEISSKIRCHER, 2020).

Nessa mudança de retórica e o reforço do discurso nativista a partir de 2015, o partido capitalizou a insatisfação de parte da população com as questões de imigração, que foram acentuadas com a crise dos refugiados em 2015 e 2016. A atuação do governo Merkel em um discurso de "portas abertas", acentuou a posição de oposição do AfD, fortalecendo o partido e justificando em parte os resultados eleitorais impressionantes nas eleições de 2017 (HEINZE; WEISSKIRCHER, 2021).

Apesar de na seção anterior termos apresentado que outros partidos de extrema-direita surgiram na Alemanha, nenhum deles teve expressividade eleitoral no nível nacional, representação em todos os länder ou capacidade de se manter relevante em múltiplos ciclos eleitorais.

Nesse sentido, o AfD é o primeiro caso de um partido de extrema direita na Alemanha que teve efetivo sucesso em se tornar relevante no cenário político, se manter em destaque e em crescimento ao longo de anos e conseguir ultrapassar a cláusula de barreira para estar representado no parlamento nacional em sua segunda eleição nacional disputada.

CENÁRIO ATUAL (2021-ATUALIDADE)

O cenário atual na Alemanha, compreendido das eleições nacionais de 2021 até o começo de 2024, é importante para compreender a articulação recente do AfD, quais as possibilidades do partido e quais os desafios colocados às instituições democráticas alemãs. A eleição de 2021 marcou uma estagnação do AfD no cenário nacional alemão, pois o partido perdeu expressividade, saindo de 3º e se tornando o 5º maior partido no parlamento, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Resultado das Eleições Federais na Alemanha

	2013	2017	2021
CDU/CSU	**41,5% (1)**	**32,9% (1)**	24,1% (2)
SPD	**25,7% (2)**	**20,5% (2)**	**25,7% (1)**
FDP	4,7%* (5)	10,7% (4)	**11,5% (4)**
Die Grüne	8,4% (4)	8,9% (6)	**14,8% (3)**
AfD	4,7%* (5)	12,6% (3)	10,3% (5)
Die Linke	8,6% (3)	9,2% (5)	4,9%* (6)

Fonte: Federal Returning Office (2013; 2017; 2021).

Apesar disso, o AfD se manteve representado no parlamento nacional, se consolidando como um partido importante e não como um fenômeno de uma eleição. Ademais, a expressao eleitoral do AfD se consolidou nos länder do Leste, confirmando o reduto eleitoral do partido.

Faz-se importante ressaltar que a Alemanha passa por um processo importante de reconfiguração de seu sistema partidário nacional nos últimos anos, com a diminuição progressiva da dominância dos dois partidos tradicionais, os Democratas Cristãos (CDU) e os Sociais Democratas (SPD).

O sistema político alemão que antes possuía quatro partidos, sendo o CDU e o SPD os partidos de maior expressão e o FDP e o *Die Grüne* os partidos menores, agora possui um sistema consolidado de seis partidos, incluindo também o AfD e o *Die Linke*, ambos mais extremados no espectro político. Assim, surge cada vez mais espaço para os partidos menores no debate político e também nas coalizões governistas.

Um reflexo dessa progressiva fragmentação do sistema partidário é que nas eleições de 2021 não foi possível construir uma coalizão governista com apenas dois partidos, sendo necessário incluir um terceiro partido para garantir a governabilidade (LANGENBACHER; CONRADT, 2017; DOSTAL, 2021).

Em 2021 o AfD permaneceu sendo preterido pelos demais partidos em suas coalizões governistas, apesar de ter sido ventilada a hipótese de uma associação entre os Democratas Cristãos (CDU), o AfD e o Partido Liberal (FDP).

Essa possibilidade de coalizão não foi possível de ser articulada, pois os liberais preferiram formar governo com os Sociais Democratas (SPD) e com o *Die Grüne*, no que ficou conhecido como coalizão sinal de trânsito, *ampel* em alemão, em referências às cores que representam os partidos. Assim, o social-democrata Olaf Scholz ascendeu ao cargo de chanceler, sucedendo a Angela Merkel do CDU que ficou à frente do país por 16 anos.

Nas eleições de 2021, uma questão importante que foi importante para os eleitores foi a questão das restrições impostas pelo governo no contexto da pandemia de COVID-19. O AfD se

colocou contra restrições de circulação da população, motivo que atraiu muitos eleitores para a extrema-direita em outros países. No entanto, esse não foi o caso na Alemanha, pois as restrições em comparação com outros países foram mais brandas, evitando-se o lockdown completo e com uma retórica de que as restrições logo terminaram.

O governo alemão, liderado por Merkel (CDU) mas tendo como ministro das finanças, Olaf Scholz (SPD), foi um dos mais generosos nos gastos governamentais para minimizar os danos econômicos da pandemia, o que apaziguou os eleitores. A principal motivação do voto no AfD permaneceu sendo a imigração, bem como insatisfação com os partidos políticos tradicionais (DOSTAL, 2021).

No entanto, os acontecimentos mais recentes que movimentaram o cenário político europeu fizeram crescer a popularidade do AfD, em especial à invasão russa na Ucrânia, que gerou importantes repercussões no fornecimento energético do país - dependente do gás russo -, na inflação de produtos básicos e no desempenho econômico, que foi fortemente afetado e levou a Alemanha à recessão e estagnação entre 2022 e o início de 2024.

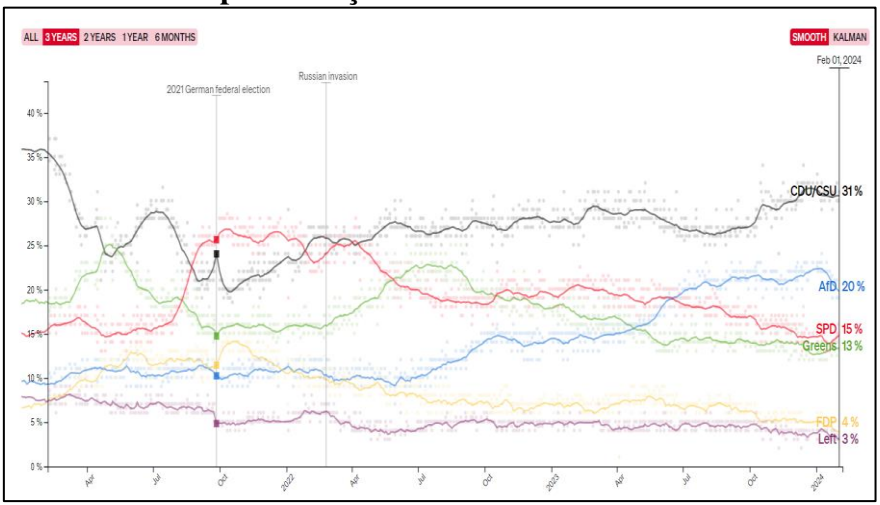
Além disso, o movimento xenófobo na Alemanha permaneceu forte e o AfD é o único partido que se posta abertamente como anti-imigração, seguindo captando essa parte do eleitorado (FINANCIAL TIMES, 2024; THE ECONOMIST, 2023). O governo de Scholz (SPD) eleito no final de 2021 começou seu governo com grandes desafios com a invasão russa na Ucrânia logo em fevereiro de 2022.

Esse evento demonstrou a grande dependência energética da Rússia e de quanto nos governos anteriores se investiu na importação de gás e petróleo russo, tornando a Rússia um parceiro essencial para a economia alemã.

O gráfico abaixo mostra como desde a invasão russa em fevereiro de 2022 e com os progressivos impactos econômicos dessa guerra, ainda que a Alemanha não tenha se envolvido diretamente no conflito, o AfD conseguiu capitalizar a insatisfação econômica, bem como o crescente sentimento de marginalização social dos eleitores, crescendo expressivamente nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de 2025, no próximo ano.

Se as eleições fossem hoje, o AfD seria a segunda maior força política no parlamento alemão e provavelmente seria um parceiro de coalizão a ser considerado pelo CDU.

Gráfico 1 - Pesquisas de intenção de voto para Eleições Federais na Alemanha



Fonte: Politico (2024).

Esse crescimento na intenção de votos pode ser percebido na expressividade do AfD no cenário regional e municipal alemão,

obtendo bons desempenhos nas eleições regionais de 2023 em Hesse e na Bavária, importantes colégios eleitorais alemães. Em 2023 o AfD ganhou também suas primeiras eleições municipais na Saxônia. Björn Höcke, político polêmico da ala mais extrema do AfD, estava liderando a corrida eleitoral na Turíngia, mas acabou perdendo por uma margem estreita.

A derrota de Höcke está associada ao escândalo referente à participação dos políticos do AfD em uma reunião secreta que reuniu líderes da extrema direita alemães e austríacos e discutiu a deportação em massa de estrangeiros do território alemão acendeu um alerta sobre o caráter antidemocrático do partido e sua progressiva radicalização.

O encontro foi comparado às políticas nazistas de deportação e extermínio de pessoas não-étinicas germânicas. O presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, pediu à sociedade alemã que se mantenha alerta e vários políticos, incluindo o chanceler Olaf Scholz, fizeram discursos e saíram às ruas em demonstração de apoio à democracia alemã. Esse movimento levou milhares de pessoas às ruas na Alemanha no mês de janeiro de 2024 em defesa da democracia.

Nesse cenário ganhou fôlego o debate sobre a utilização do Artigo 21 da Lei Básica alemã para proibir o AfD na Alemanha, dado sua progressiva radicalização e ameaça à democracia. É preciso ressaltar que no passado tanto o NPD quanto o AfD foram levados à corte por apresentarem, aos olhos de muitos, uma ameaça ao sistema democrático da Alemanha, mas a BVerfG não julgou necessário banir tais partidos.

Em decisão mais recente em 2024, a BVerfG reconhece o caráter de ameaça à democracia do partido menor NPD, vedando o acesso do partido aos fundos públicos de financiamento de campanha. Essa decisão, bem como as crescentes mobilizações

populares contra posições de extrema-direita por toda a Alemanha demonstram que a tolerância das instituições alemãs ao extremismo do AfD pode ter atingido seu limite.

O cenário atual se coloca ainda incerto se os avanços do AfD irão se consolidar no nível nacional, regional e municipal, apesar de haver um importante fortalecimento recente do partido de extrema direita no cenário político da Alemanha. No entanto, a opinião pública e a BverfG parecem ter chegado a um limite de aceitação das ideias contestantes do AfD, saindo em defesa da democracia. A reação da população e das instituições alemãs nos próximos meses será de grande importância para compreender o futuro da extrema direita no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento, consolidação e crescimento do AfD em um período de pouco mais de uma década na Alemanha, entre 2013 e 2024, é extremamente relevante e acende uma preocupação global sobre a força da nova onda de extrema direita, uma vez que a Alemanha é tida como o símbolo máximo das atrocidades cometidas por esse viés político quando alcançou o poder na primeira metade do século XX.

Há uma progressiva normalização de posições extremadas, que passam a integrar o *mainstream* político e a influenciar diretamente o discurso político, mesmo que os atores de extrema direita não componham diretamente o governo em várias instâncias da política alemã. Ainda assim, é preocupante a influência da presença do partido no cenário político, que traz os debates mais à direita do que estiveram anteriormente, especialmente em pautas econômicas, de integração regional e de imigração.

É importante reconhecer um momento de instabilidade política e econômica, que torna o eleitorado mais suscetível ao discurso extremado. Além disso, percebe-se a persistência do sentimento de marginalização de parte expressiva da população, em especial no leste da Alemanha, que se consolidou como reduto eleitoral do AfS. Esses cenários reforçam o discurso de oposição ao *establishment* pelo AfD e ampliam o eleitorado em potencial do partido nas próximas eleições.

O ano de 2024 parece ser um ponto de inflexão na trajetória de consolidação do AfD na Alemanha, uma vez que a opinião pública e travas institucionais, em especial relacionadas à defesa ativa da democracia pela BVerfG, parecem se estabelecer de forma mais concreta e podem influenciar a trajetória do partido na política alemã. O panorama ficará mais claro nas eleições de 2025, que demonstrará se a extrema-direita seguirá ganhando espaço no país.

REFERÊNCIAS

ABELS, G. "Die Rolle des Bundestages in der deutschen Europapolitik aus politologischer Perspektive". *In*: BÖTTGER, K.; JOPP, M. (eds.). **Handbuch zur deutschen Europapolitik**. Bona: BPB, 2016.

ARZHEIMER, K. "The AfD: Finally a Successful Right-Wing Populist Eurosceptic Party for Germany?" **West European Politics**, vol. 38, n. 3, 2015.

ARZHEIMER, K.; BERNEMANN, T. "'Place' does matter for populist radical right sentiment, but how? Evidence from Germany.

European Political Science Review [2023]. Disponível em: <www.cambridge.org>. Acesso em: 23/12/2023.

BERBUIR, N.; LEWANDOWSKY, M.; SIRI, J. "The AfD and its Sympathisers: Finally a Right-Wing Populist Movement in Germany? " **German Politics**, vol. 24, n. 2, 2014.

BOBBIO, N. **Left and right**: the significance of a political distinction. Malden. Massachusetts: Polity Press, 1995

DINIZ, S. G. M. **As preferências da Alemanha sobre a política fiscal e a governança econômica européia**: uma análise sobre o intergovernamentalismo (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Belo Horizonte: PUC-MG, 2021.

DOSTAL, J. M. "Germany's Federal Election of 2021: Multi-Crisis Politics and the Consolidation of the Six-Party System". **The Political Quarterly**, vol. 92, n. 4, 2021.

FINANCIAL TIMES. "Germany's new far-left party calls for an end to the Ukraine war". **Finacial Times** [2024]. Disponível em: <www.ft.com>. Acesso em: 04/02/2024.

FONSECA, R. C. **Da Reunificação ao Protagonismo**: A Mudança do Papel da Alemanha como Paymaster da União Europeia a partir dos anos 90 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Belo Horizonte: PUC-MG, 2018.

GERMANY. **Basic Law**: The Federal Government. Berlin: Informationsamt der Bundesregierung, 2020. Disponível em: <www.bundesregierung.de>. Acesso em: 01/10/2023.

GIDRON, N.; HALL, P. A. "Populism as a Problem of Social Integration". **Comparative Political Studies**, vol. 53, n. 7, 2019.

HEINZE, A. S.; WEISSKIRCHER, M. "No Strong Leaders Needed? AfD Party Organisation Between Collective Leadership, Internal Democracy, and "Movement-Party" Strategy". **Politics and Governance**, vol. 9, n. 4, 2021.

HOWARTH, D.; SCHILD, J. "Nein to 'Transfer Union': the German brake on the construction of a European Union fiscal capacity". **Journal of European Integration**, vol. 43, n. 2, 2021.

LANGENBACHER, E.; CONRADT, D. P. **The German Polity**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2017.

LEMKE, C. "Right-Wing Populism and International Issues". **German Politics and Society**, vol. 38, n. 2, 2020.

MUDDE, C. **The far right today**. Cambridge: Polity, 2019.

OPPERMANN, K. "Between a Rock and a Hard Place? Navigating Domestic and International Expectations on German Foreign Policy". **German Politics**, vol. 28, 2018.

POLITICO. "Germany — National parliament voting intention". **Politico** [2024]. Disponível em: <www.politico.eu>. Acesso em: 23/01/2024.

SAALFELD, T.; SCHOEN, H. "Party politics and electoral behaviour". *In*: COLVIN, S. **The Routledge Handbook of German Politics and Culture**. Nova York: Routledge, 2015.

SARTORI, G. **Parties and parties systems**: a framework for analysis. Oxford: Oxford University, 2005.

THE ECONOMIST. “Germany is at last tackling its long-standing economic weaknesses”. **The Economist** [2023]. Disponível em: <www.economist.com>. Acesso em: 03/02/2024.

WEISSKIRCHER, M. “The Strength of Far-Right AfD in Eastern Germany: The East-West Divide and the Multiple Causes behind “Populism”. **The Political Quarterly**, vol. 91, n. 3, 2020.

WEISSKIRCHER, M. **Contemporary Germany and the Fourth Wave of Far-Right Politics**. London: Taylor and Francis, 2023.

CAPÍTULO 5

A Nova Direita Argentina:
Do Populismo Autoritário ao Ultraliberalismo

A NOVA DIREITA ARGENTINA: DO POPULISMO AUTORITÁRIO AO ULTRALIBERALISMO

Fabiana Oliveira

Vitor Stuart Gabriel de Pieri

De maneira tardia e no mesmo ano em que comemorava o 40º aniversário de sua redemocratização, a Argentina passou a figurar entre os países que optaram por propostas eleitorais que englobam o que a literatura especializada chama de nova direita global (NATANSON, 2018), extrema-direita 2.0 (FORTI, 2021), conservadorismo radicalizado (STROBL, 2022) ou de populismo autoritário (HALL, 1990).

Nessa perspectiva, vale salientar que a nova direita global possui diferentes visões no que tange aos modelos econômicos implementados. De forma geral, enquanto nos países do sul global as ações frequentemente dialogam com a agenda entreguista/neoliberalizante do Estado, os líderes do norte global possuem uma abordagem mais nacionalista do tema.

O que une estas duas expressões dessa nova direita, de fato, são agendas conservadoras lançadas em um contexto de mediatização da política e pautadas especialmente em temas identitários como elementos de mobilização de um eleitorado que, dentre outras coisas, teme a hegemonia do chamado "politicamente correto" e a dissolução do que considera ser sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que padece de uma crescente insegurança e precariedade econômica.

Esses sentimentos são frequentemente canalizados em um discurso que tem a indignação elemento articulador (ARIZA;

MARCH; TORRES, 2023) e que se volta preferencialmente contra a imigração, o globalismo e as elites políticas, buscando apelar para um senso de comunidade e de pertencimento entre os eleitores.

No caso argentino, a estrondosa ascensão política de Javier Milei está baseada em um discurso que força o debate político em direções reacionárias e que, ao mesmo tempo, busca traçar uma fronteira imaginária que separa um suposto "nós" – entendido como os atores privados que trabalham, produzem e que são não apenas roubados, mas também tolhidos em sua liberdade por um Estado excessivamente grande – e um "eles" – a "casta" política que, apegada aos seus privilégios, empobrece e escraviza a nação.

Assim, Milei e seu movimento político, La Libertad Avanza, têm como configuração central uma suposta rivalidade com respeito aos partidos políticos tradicionais ancorada em uma estratégia midiática que aproveita a dinâmica cíclica e a retroalimentação existente entre os meios de comunicação tradicionais e as redes sociais (ARIZA; MARCH; TORRES, 2023).

Sendo assim, o referente artigo está dividido em duas seções principais. Na primeira, buscamos refletir sobre os fatores políticos, econômicos e sociais que levaram a Argentina a experimentar a sua pior crise desde 2001 e que resultaram em um nível de pessimismo político que terminou por ser capitalizado por Javier Milei.

Na segunda seção, por sua vez, exploramos os elementos que explicam o crescimento do partido-movimento La Libertad Avanza, assim como a maneira com que Milei articulou, ao longo de sua campanha, um conjunto de identidades e imaginários políticos que exitosamente ecoou entre os argentinos, garantindo-lhe a vitória nas eleições presidenciais de 2023. Por fim, a terceira seção discute os impactos iniciais das medidas anunciadas pelo governo de Milei logo de sua posse como presidente da Argentina.

A ARGENTINA ENTRE CRISES: DO ANTINEOLIBERALISMO PÓS-2001 À ENTRADA TARDIA NO CICLO DOS POPULISMOS AUTORITÁRIOS

Ao longo das últimas décadas, a América Latina experimentou uma tendência que combinava relativa estabilidade econômica com a reorganização dos sistemas partidários surgidos logo após o final do ciclo autoritário iniciado nos anos 1960 e concluído nos anos 1980.

Na Venezuela, por exemplo, o arranjo criado pelo Pacto de Punto Fijo sucumbiu e deu lugar a uma quase-hegemonia do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). Na Bolívia e no Equador, surgiam partidos-movimentos que alterariam as dinâmicas de representação política: o Movimiento al Socialismo (MAS) e o Revolución Ciudadana, respectivamente.

No México, por sua vez, ocorreu o fim da hegemonia do PRI e o surgimento de um sistema pluripartidário que terminou por levar à presidência nacional o Partido de la Acción Nacional (PAN), entre 2000 e 2012, e o Movimiento Regeneración Nacional (MORENA), a partir de 2018.

A Argentina, por outro lado, se destacou ao longo das últimas quatro décadas por uma dinâmica oposta: o agravamento da crise econômica e social coexistia com uma relativa estabilidade do sistema político-partidário refundado após sete longos anos de ditadura militar. No entanto, este cenário se alterou radicalmente quando, no contexto das eleições presidenciais de 2023, Javier Milei passou a figurar como o candidato favorito, apoiado por seu recém fundado partido La Libertad Avanza.

Curiosamente, a vitória de Milei se deu não obstante a sua reivindicação do programa econômico que marcou o período de

Carlos Menem (1989-1999). Este programa, caracterizado pela política de paridade cambial, pela adoção de elevadas taxas de juros com o fim de atrair investimentos estrangeiros e pela ampla abertura do mercado nacional às importações, foi diretamente responsabilizado pela crise social que terminou resultando no *estallido* de 2001 e, como consequência, foi rejeitado nas urnas quando das eleições de 2003[6].

Da derrota do neoliberalismo nas urnas, surgiu uma nova vertente do peronismo que, como afirma Stefanoni (2023), terminou por modificar a identidade política e as subjetividades do movimento fundado por Juan Domingo Perón: o kirchnerismo.

Assim, Néstor Kirchner, um quase desconhecido governador, foi eleito ainda no primeiro turno, após Carlos Menem retirar a sua candidatura e desistir de concorrer na segunda volta. Ao mesmo tempo, a oposição de centro-direita se reorganizou através de uma nova formação política, o Propuesta Republicana (PRO), e de uma nova liderança: o empresário Maurício Macri.

De acordo com Vommaro (2016), tanto kirchneristas quanto macristas prometiam ao eleitorado a transformação da Argentina em um país "normal". No caso do projeto kirchnerista, isso significava recuperar as capacidades do Estado e a autoridade do presidente, reconstruir a confiança nas instituições e restaurar a coesão social. Já no caso do macrismo, esta normalidade seria obtida através de um programa republicano que visava a superação do populismo, a

6 Cabe ressaltar que o rechaço ao projeto neoliberal representado pelo menemismo não era um consenso na sociedade argentina. Isso porque, como recorda Stefanoni (2023), cerca de 40% da população havia votado, no primeiro turno das eleições de 2003, pelos candidatos que representavam o aprofundamento do neoliberalismo: o próprio Carlos Menem e o ex-ministro da Economia Ricardo López Murphy.

modernização do Estado e a reinserção do país na economia global a partir de uma estratégia liberalizante.

O projeto kirchnerista se desenvolveu ao longo de três momentos. No primeiro, sob a liderança de Néstor Kirchner, o movimento se afirmou como progressista e buscou sustentar-se sobre símbolos tão poderosos quanto a reabertura de processos judiciais contra os responsáveis por violações de direitos humanos durante a ditadura militar de 1976, a recepção às mães da Praça de Maio na Casa Rosada, ambos em 2003.

Em 2004, Néstor ordenou a retirada de dos quadros de ditadores da Escola Militar de El Palomar e inaugurou o Museu da Memória, instalado no mesmo prédio onde outrora funcionara um dos principais centros de detenção e tortura do regime militar, a Escola de Mecânica da Armada (Esma) (VITA, 2019).

Ademais, durante a gestão de Néstor ocorreu o pagamento da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a adesão da Argentina ao movimento da chamada "onda rosa" que marcou o progressismo latino-americano na primeira década dos anos 2000 (STEFANONI, 2023).

O segundo momento do kirchnerismo se deu a partir de 2007, quando a até então primeira-dama e senadora Cristina Kirchner foi eleita presidente da Argentina, ainda no primeiro turno, através de uma coalizão ampla denominada Frente para la Victória. O primeiro governo de Cristina esteve marcado por uma significativa redução dos níveis de pobreza, pela expansão do mercado de trabalho formal e, no plano internacional, por um maior ativismo antiimperialista em sua política externa.

Do ponto de vista simbólico, o seu governo aprofundou a hegemonia do kirchnerismo com medidas como a aprovação do matrimônio igualitário e o enfrentamento que passou a estabelecer com o agronegócio argentino ao tentar aprovar junto ao Congresso

novos impostos sobre a exportação de soja. Como lembra Stefanoni (idem), embora o governo de Cristina tenha sido derrotado nesta ocasião, ele logrou reestabelecer no imaginário de parcelas da opinião pública a tradicional clivagem do povo contra as oligarquias.

O falecimento de Néstor Kirchner em 2010 e a folgada vitória obtida por Cristina em sua busca pela reeleição no ano seguinte deram início à terceira fase do kirchnerismo. Nela, a economia argentina foi finalmente atingida pelos impactos produzidos pela crise financeira global de 2008, o que resultou em uma queda das exportações e em uma consequente piora de diversos indicadores da economia nacional.

A menor entrada de dólares levou o governo a adotar medidas de restrição para a compra da moeda estrangeira e a inflação crescente destoava dos números oficiais, que passaram a ser manipulados. Como resultado, a aprovação do governo junto aos setores médios foi fortemente afetada e, ao mesmo tempo, a oposição de centro-direita ganhava cada vez mais popularidade, o que eventualmente resultou no esgotamento do ciclo progressista no poder e na vitória de da coalizão liderada por Maurício Macri, o Cambiemos, nas eleições presidenciais de 2015.

Uma vez no governo, Macri se propôs a implementar uma reforma de Estado de perfil liberalizante através de um programa "gradualista", identificando, assim, que não havia uma correlação de forças que permitisse mudanças radicais em direção ao neoliberalismo (STEFANONI, 2023). Desta maneira, políticas sociais associadas ao kirchnerismo, como o programa de transferência de renda condicionada Asignación Universal por Hijo (AUH) foram mantidos, ainda que com modificações em seu desenho.

No entanto, o governo que havia sido eleito sob o slogan de "pobreza zero" terminou por piorar os indicadores econômicos e

sociais e, à medida em que a situação econômica do país se agravava, a polarização entre kirchnerismo e macrismo se acentuava, como as diversas marchas pró e contra o governo realizadas a partir de 2017 evidenciaram (CUÉ, 2017).

No contexto das eleições de 2019, quando Macri buscava a reeleição através da agrupação Juntos por el Cambio, o peronismo se organizou em uma nova coalizão, a Frente de Todos, que levou à vitória da fórmula Alberto Fernández – Cristina Kirchner a vencer o pleito ainda no primeiro turno.

O governo de Fernández esteve marcado desde o início por desafios econômicos e sociais aos quais denunciava como sendo uma "pesada herança" deixada pelo macrismo (MOLINA, 2019), agravados pelos vencimentos da dívida externa junto ao FMI adquirida pelo governo anterior e pelos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19.

Gozando de níveis de aprovação bastante elevados por sua gestão inicial da crise sanitária, Fernández terminou por cometer uma série de erros graves que custaram ao mandatário qualquer possibilidade de reeleição. Entre estes erros, Stefanoni (2023) destaca o escândalo da "vacinação VIP", quando cerca de 70 pessoas próximas ao governo e que não atendiam aos critérios de prioridade previstos pelo protocolo do Ministério da Saúde receberam o imunizante contra a Covid-19, ou a celebração do aniversário da primeira dama em um contexto em que se impunha a toda a população um forte e extenso isolamento social.

Assim, a coalizão peronista chegou às eleições de 2023 tão fragilizada que a pergunta feita por muitos analistas políticos era qual candidato opositor venceria o pleito e se o faria ainda no primeiro turno.

Ao mesmo tempo, esta disputa se mostrou inédita na história recente da Argentina ao se desenvolver em um cenário de

esgotamento das coalizões aparentemente estáveis que haviam hegemonizado a política do país por quatro décadas: o peronismo em suas mais variadas expressões e o radicalismo, mais recentemente apresentado através de uma coalizão com o PRO de Maurício Macri, a Cambiemos/ Juntos por el Cambio.

Este esgotamento por razões endógenas e exógenas a estas coalizões tradicionais. Entre as razões endógenas, destacamos, do lado peronista, a crise interna experimentada enquanto está coalizão ainda estava no poder, notadamente em razão das disputas entre o então presidente Alberto Fernández e sua vice, Cristina Kirchner.

Do lado de Juntos por el Cambio, deu-se uma fragmentação entre uma área mais branda, cuja expressão era o então chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, e uma outra mais radicalizada, representada pela ex-ministra de Segurança do governo Macri, Patricia Bullrich.

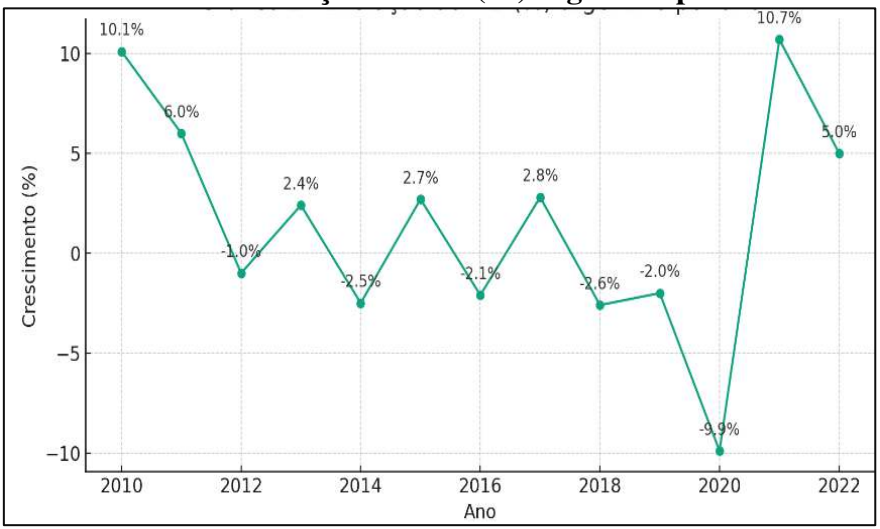
Já entre as razões exógenas a estas agrupações, destacamos um maior grau de exasperação por parte do eleitorado argentino, que, empobrecidos, precarizados e assombrados por crescentes índices de violência urbana, se levantaram em cólera contra as fórmulas eleitorais que lhes vinham falhando ao longo dos últimos anos, especialmente desde a piora do cenário econômico nacional a partir da segunda década dos anos 2000.

O AGRAVAMENTO DO QUADRO SOCIOECONÔMICO A PARTIR DE 2012

A Argentina experimenta atualmente uma das piores crises econômicas de sua história. Depois de ter registrado taxas de crescimento da economia nacional de 10,4% em 2010 e de 6% no

ano seguinte, o desempenho do país passou a oscilar entre números positivos e negativos, como é possível observar no gráfico 1.

Gráfico 1 -Evolução do PIB (%) argentino por ano

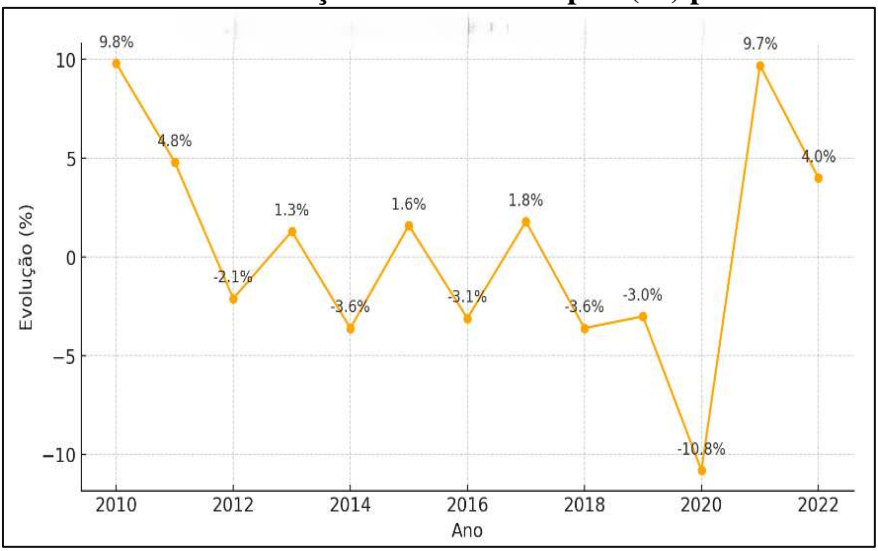


Fonte: Banco Mundial (2023).

A mesma tendência pode ser observada no que diz respeito à evolução do PIB per capita (gráfico 2). Da mesma forma, o peso argentino passou a apresentar uma enorme tendência de desvalorização, passando de aproximadamente 9 pesos por dólar em 2015 para 380 pesos por dólar no início de dezembro de 2023, segundo a cotação oficial (MEDINA, 2023).

Já o dólar paralelo, também conhecido como *blue*, chegava ao final de 2023 cotado em cerca de 970 pesos (idem).

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita (%) por ano



Fonte: Banco Mundial (2023).

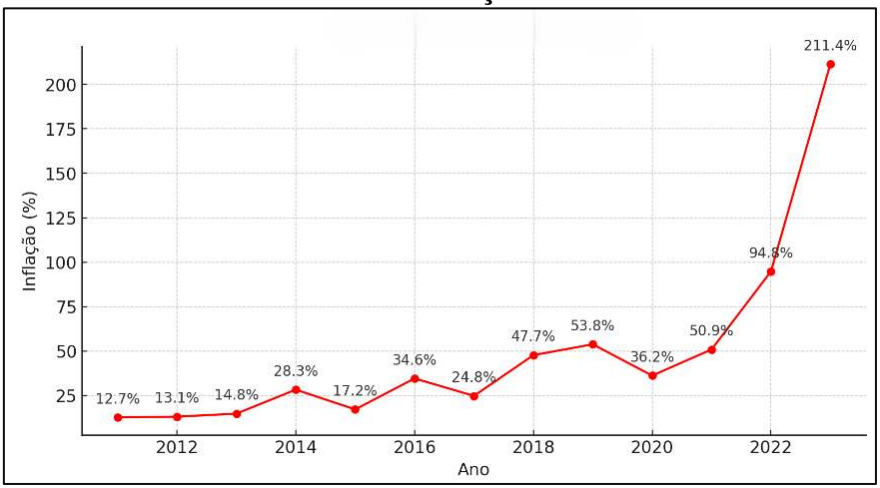
Conforme indica o gráfico 3, a inflação de 2023 mais do que dobrou os índices registrados em 2022 (INDEC, 2024), tendo a situação sido agravada pelas medidas econômicas implementadas logo da posse de Javier Milei como presidente, ocorrida em 10 de dezembro de 2023.

São diversos os fatores que explicam a redução do ritmo de crescimento econômico na Argentina. Entre eles, podemos citar os severos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, uma vez que o país adotou um rigoroso isolamento obrigatório com o fim de conter a expansão do vírus.

Ao mesmo tempo, o então presidente Alberto Fernández implementou um robusto sistema de ajuda para pequenas e médias empresas afetadas pela interrupção das atividades econômicas, assim

como medidas que visavam a proteção ao trabalho e aos trabalhadores.

Gráfico 3 – Inflação Anual



Fonte: INDEC (2024).

Aos impactos da pandemia, somam-se ainda os produzidos pelas enormes perdas causadas pela pior seca ocorrida na Argentina nos últimos 60 anos.

Os índices de precipitação estiveram muito abaixo do esperado entre inícios de 2020 e março de 2023, gerando significativos impactos sobre o agronegócio argentino, que acumulou perdas de cerca de 15 bilhões de dólares (CENTENERA, 2023). Como resultado, o PIB nacional foi fortemente impactado pela crise, assim como as contas públicas e as reservas nacionais de divisas, representando um importante desafio para o Estado argentino ao longo de toda a gestão de Alberto Fernández.

Alguns dos fatores mais importantes para explicar a deterioração da economia argentina e a atual crise que assola o país são o elevado grau de endividamento em moeda estrangeira e a crescente vulnerabilidade externa.

Em 2018, em um contexto de forte crise cambial, o então presidente Maurício Macri negociou junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a obtenção de um crédito de US$ 44 bilhões, com o fim de equilibrar as contas externas, estabilizar o peso argentino, combater a inflação elevada e a restaurar a confiança dos investidores. Entre as condicionalidades, destacavam-se a redução do déficit público e dos subsídios, a privatização de ativos e empresas públicas e o congelamento de salários do funcionalismo público (FMI, 2020).

No entanto, em lugar do alívio esperado, o que se observou foi a utilização das somas obtidas com este novo ciclo de endividamento para financiar a saída de capitais especulativos (Página 12, 2021). Ao mesmo tempo, Macri havia implementado uma série de reformas que visavam a liberalização do mercado financeiro e cambial argentino, resultando em um recrudescimento da vulnerabilidade externa do país (FERNANDES *et al.,* 2022).

Isto porque tais reformas e a opção pelo financiamento do Estado através de dívida em moeda estrangeira se deram em um contexto internacional marcado pela queda do desempenho da balança comercial da Argentina e pela elevação da taxa de juros dos EUA (HORN; VALENTI; PETRY, 2023).

Assim, a pressão crescente sobre as reservas cambiais do país, em conjunto com a depreciação cambial e o consequente empobrecimento da população, resultou na derrota de Macri em sua busca pela reeleição e no retorno do peronismo ao poder, desta vez sob a liderança de Alberto Fernández.

Logo de sua posse, em dezembro de 2019, o governo de Fernández imediatamente deu início à renegociação da dívida junto ao FMI. Tal movimento sofreu duras críticas dos setores peronistas próximos à vice-presidente Cristina Kirchner e terminou por produzir uma fratura no interior da coalizão que levara Fernández ao poder[7].

Foi neste cenário que deu um salto à política a figura de Javier Milei, com seu excêntrico discurso libertário, a sua crítica populista a uma nebulosa "casta política" de quem ele jurava ser seu principal inimigo e a proposta de uma reinterpretação do grito que marcou o *estallido* de 2001: que se vayan todos, que no quede ni uno solo.

A ASCENSÃO POLÍTICA DE JAVIER MILEI: POPULISMO AUTORITÁRIO, ULTRALIBERALISMO E OPORTUNISMO POLÍTICO

Como salientado anteriormente, a Argentina se destacou, quando comparada com muitos de seus vizinhos latino-americanos, por ter sido capaz de construir um sistema partidário bastante sólido e centrado em duas formações cujas origens remontam ao início do século XX: o Partido Justicialista (peronista) e a Unión Cívica Radical (UCR).

7 Ainda durante o processo de renegociação do governo argentino junto ao FMI, Cristina Kirchner e o bloco kirchnerista no Congresso defendiam não uma revisão do acordo, mas a denúncia do mesmo por ilegalidade. Segundo afirmava Cristina, o empréstimo concedido pela instituição internacional havia tido uma finalidade política – a de criar as condições para que ocorresse a reeleição de Maurício Macri – e que, portanto, o seu tratamento deveria ser também político (PODER360, 2023). Ademais, as condicionalidades impostas pelo FMI eram, na visão de Cristina, "uma receita de inflação e recessão" (MOLINA, 2023).

Isto não significa, no entanto, que não tenham existido no passado esforços no sentido de reivindicar e representar outras correntes políticas. Exemplo disso foi a criação, nos anos 1980, do partido Unión del Centro Democrático (UCEDE), agrupação que buscava reivindicar o nacional-liberalismo de Juan Bautista Alberdi ao mesmo tempo em que defendiam preceitos de correntes como a da Economia Austríaca ou da Escola de Chicago.

Embora as ideias da UCEDE tivessem sido fortemente ecoadas na Argentina dos anos 1990, nunca havia existido no país as condições políticas e sociais adequadas para que ocorresse a ascensão de uma direita libertária, conservadora e antipolítica (FERNÁNDEZ, 2023). Ao menos até que, no contexto das eleições legislativas de 2021, Javier Milei dá forma a um novo espaço político, o partido La Libertad Avanza.

Baseado em um discurso de forte crítica à política profissional e ao Estado social, o La Libertad Avanza logrou eleger a quatro representantes na Cidade Autônoma de Buenos Aires e, ao obter 17,3% dos votos, se consolidou como terceira força política no território portenho.

Desde então, a agremiação passou a experimentar um expressivo crescimento entre o eleitorado argentino, mobilizando especialmente a extensos setores da juventude com seu projeto libertário e seus discursos de indignação e rebeldia, até chegar à Casa Rosada após resultar vitoriosa nas eleições presidenciais de 2023, quando Milei obteve 56% dos votos no segundo turno contra o candidato peronista Sérgio Massa.

As crises econômica, política e social e o consequente agravamento destas por razão da crise sanitária de Covid-19 levaram a que emergissem na Argentina uma série de novos atores políticos que, a partir de diferentes estratégias, buscaram articular as

demandas de uma população cada vez mais descontente com a política nacional (SECO, 2021).

Entre estes atores, destacavam-se figuras como Myriam Bregman, ativista de movimentos em defesa dos direitos humanos e militante do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), Nicolás del Caño, ex-dirigente estudantil e também pertencente ao PTS, José Luis Espert, defensor do liberalismo econômico e membro do espaço político Avanza Libertad, antes conhecido como Frente Despertar e que também havia tido entre seus integrantes a Javier Milei.

Entre estes novos atores, nenhum ganhou tanta visibilidade como Javier Milei. Desde 2017, Milei havia se convertido em uma figura midiática ao apresentar-se como um excêntrico comentarista de temas econômicos em programas de televisão e rádio.

Ao mesmo tempo em que, vestido em terno e gravata, oferecia explicações técnicas sobre as reformas liberais preconizadas por autores como Murray Rothbard ou tecia duras críticas aos governos de Cristina Kirchner, de Maurício Macri e de Alberto Fernández, em outros se apresentava vestido com jaquetas de couro enquanto recordava suas experiências como professor de sexo tântrico, ex-goleiro de time de futebol ou ex-vocalista de bandas de rock (MARTINS, 2021). Histriônico, teatral e camaleônico, Milei rapidamente se converteu em uma figura espetacularizada e até mesmo burlesca (idem).

Do ponto de vista discursivo, Milei foi, ao longo de sua trajetória política, buscando construir uma ressignificação da ideia de casta política, utilizando o conceito como uma clara forma de estabelecer um *nós*, o povo ou a gente, e um *outro* antagônico, representado pela classe política (SECO, 2021). Neste universo discurso, a "casta", outrora também referida por Milei como a "oligarquia" ou simplesmente como os "políticos profissionais", é

integrada por políticos de todos os partidos e que, desde seu lugar de privilégios, roubam, empobrecem e exploram o povo.

Este último, por sua vez, encontra-se oprimido pelos super-poderes de que goza o Estado (idem). Nesta visão, até mesmo os salários pagos aos políticos seria uma forma de roubo, porque teria sido "tirado à força" do povo (ARANDAM; NEIL; SANTÍN, 2022), os honestos que, a partir do setor privado, estão criando riqueza (FERNÁNDEZ, 2023).

Milei passou, ainda, a descrever o que ele considera ser o "modelo da casta". Este seria, basicamente, um programa através do qual o Estado entende que "onde há uma necessidade, nasce um direito", frase atribuída a Eva Perón e que se converteu em um lema de justiça social.

Para Milei, no entanto, este modelo seria insustentável, já que gera uma expansão do gasto público e, para fazer frente ao crescente déficit, o país deveria escolher entre três opções igualmente deletérias: aumentando os impostos, adquirindo dívida ou através da emissão monetária. Foi assim que, segundo o economista, a Argentina terminou submergindo em um cenário de descontrole, porque "se genera un modelo que asfixia el sector privado, distorsiona precios y la única consecuencia es que los argentinos somos cada vez más pobres, mientras que la casta es cada vez más rica (MILEI *apud* SECO, 2021, p. 6)".

Ao realizar uma crítica que se pretende radical ao chamado "modelo da casta", baseado no clientelismo, na administração da pobreza em lugar de sua superação, no aumento da carga tributária e no uso político do Banco Central, Milei propôs a substituição deste por uma plataforma baseada na defesa irrestrita de mercados livres da intervenção do Estado, da competição livre e da defesa da propriedade privada.

Ademais, desde sua agremiação, La Libertad Avanza, se prometia promover a eficiência, a transparência, a meritocracia e o esforço pessoal (LA LIBERTAD AVANZA, 2023). A dolarização da economia, o fechamento do Banco Central e uma ampla política de privatizações, assim como o desmonte da política de subsídios e o corte do gasto público sem qualquer gradualismo, foram constantemente anunciadas como algumas das principais medidas que tomaria o governo Milei em sua "revolução liberal".

Segundo Svampa (2023), a ascensão de Milei e de seu liberalismo radical é o resultado da emergência de um novo ator político que, embora presente há décadas na Argentina, foi multiplicado em número e em sofrimentos: o trabalhador precário, que sobrevive em meio a enormes graus de sobre-exploração econômica e que, desde o ponto de vista político, não apenas não sente que deve qualquer coisa ao Estado como ademais rejeita intensamente a sua classe política.

São os que, no momento em que se comemora quatro décadas de normalização da vida democrática, sentem que a democracia lhes falhou na promessa que ficou encarnada na famosa frase de Raúl Alfonsín: com a democracia não apenas se vota, mas também se come, se cura e se educa".

Mais do que isso, a ascensão de Milei representa também a vitória das tendências mais autoritárias e revisionistas da política argentina, que se caracteriza pela relativização do terror de Estado promovido pelo regime militar instaurado entre 1976 e 1983 e pela minimização dos crimes promovidos pela cúpula militar neste período.

A aliança de Milei com estes setores fica evidenciada principalmente pela composição de sua chapa eleitoral, que tinha como candidata a vice a advogada Victoria Villarruel. Villarruel pertence a uma família de militares e que é fundadora do Centro de

Estudios Legales sobre el Terrorismo y suas Víctimas (CELTYV), instituição que busca equiparar as vítimas de terrorismo de Estado com as vítimas de grupos armados que surgiram na Argentina como forma de resistência à ditadura militar.

AS MEDIDAS IMPOPULARES DO RECÉM EMPOSSADO GOVERNO DE MILEI

Há poucos meses de assumir a Presidência da Argentina, Javier Milei já acumula uma série de controvérsias e de derrotas políticas que indicam que a "terapia de choque" ultraliberal prometida durante a campanha eleitoral não poderá ser facilmente implementada. Sob a promessa de pôr fim ao ciclo inflacionário e de endividamento público, ao mesmo tempo em combateria a corrupção e a pobreza, o governo optou por não repetir a estratégia gradualista de Maurício Macri e, ao contrário disso, implementar as medidas mais amargas ainda em seus primeiros dias.

Desta maneira, o novo governo anunciou, já em 12 de dezembro de 2023, um pacote de medidas econômicas que incluíam a desvalorização do peso argentino em 50%, o que teve um impacto direto sobre os preços de itens essenciais – a carne, por exemplo, chegou a aumentar em 30% logo do anúncio das medidas (TOBÍA, 2024). Ao mesmo tempo, o pacote incluía a suspensão das licitações de obras públicas e o cancelamento de licitações já aprovadas que ainda não tenham sido iniciadas. Esta medida, segundo o governo, serviria não apenas para diminuir o gasto público, mas também para eliminar um dos principais focos de corrupção do Estado (ROMÁN, 2023).

Também se anunciou um corte significativo nos subsídios sobre energia e transportes, o que implicou em um aumento de até

150% nos preços de eletricidade. Na província de Buenos Aires, a tarifa do ônibus passou de 76 pesos para 270 pesos, enquanto que a do trem saltou de 48 pesos para 130 pesos. Os seguros de saúde também foram impactados pelas novas políticas e seus preços aumentaram 70% apenas em dezembro de 2023. Assim, o país encerrou o ano com uma inflação acumulada de 254%, a maior em 30 anos (COTRIM, 2024), e com a pobreza atingindo a 57,4% dos argentinos, o maior índice em 20 anos (BARBON, 2024).

Contando com apenas 40 deputados nacionais entre os 257 que integram a Câmara de Deputados, com apenas sete senadores entre os 72 que compõem o Senado e sem que seu partido, La Libertad Avanza, tenha logrado eleger qualquer governador, a administração de Milei se sustenta sobre uma frágil aliança com a ala mais radicalizada do direitista Juntos por el Cambio. Sintomático disso foi a indicação de Luis Caputo para o Ministério da Economia e de Patricia Bullrich para o Ministério da Segurança, ambos ex-ministros do governo de Maurício Macri.

O Ministério da Defesa, por sua vez, ficou à cargo de Luis Petri, que foi candidato à vice-presidência na fórmula eleitoral de Patricia Bullrich, lançada por Juntos por el Cambio. Existe, portanto, uma clara perda de poder político por parte dos quadros do próprio partido de Milei em nome da viabilidade de uma base congressista mínima capaz de garantir ao presidente recém eleito alguma condição de governabilidade.

Esta aliança entre a direita e a extrema-direita argentina foi levada à teste já nos primeiros dias do governo de Milei. Em 20 de dezembro de 2023, o governo anunciou a assinatura de um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) que chamou a atenção por modificar ou revogar de uma só vez a 366 leis. Entre as mudanças que o DNU promovia, destacavam-se as alterações na legislação trabalhista, a revogação da política de controle de preços e da Lei do Aluguel de 2020 e a conversão das empresas estatais em sociedades

anônimas com o fim de facilitar uma posterior privatização (ARGENTINA, 2023a).

Logo após o seu anúncio, o DNU de Milei passou a sofrer uma série de revezes junto ao poder judiciário, notadamente por parte da Justiça do Trabalho, quem decidiu que a reforma trabalhista proposta era inconstitucional por, dentre outras coisas, limitar o direito à greve. Ao mesmo tempo, o governo enfrentou diversas manifestações e protestos, com destaque para a paralisação geral convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 25 de janeiro de 2024, em oposição ao chamado "*decretazo*".

Quase que de forma simultânea ao anúncio do DNU, o novo governo havia anunciado também o envio ao Congresso de um projeto de lei que, ademais de declarar o país em emergência pública, incluía 664 artigos que versavam sobre questões políticas, econômicas e sociais e que, se aprovados, promoveriam uma profunda reforma do Estado argentino (LAMBERTUCCI, 2023).

A Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos, batizada pelos seus críticos como "*Ley Omnibus*" em razão de sua extensão e excessiva variedade de temas, na prática implicava na expansão das capacidades do poder Executivo de decidir sobre temas tão diversos quanto assuntos fiscais e econômicos, sanitários e até mesmo eleitorais (idem). O projeto de lei previa, ainda, uma modificação no código penal que, na prática, criminalizava manifestações e protestos ao definir que:

> El que, sin crear una situación de peligro común, impidiere, estorbare o entorpeciere el normal funcionamiento de los transportes por tierra, agua o aire o los servicios públicos de comunicación, de provisión de agua, de electricidad o de sustancias energéticas, será reprimido con prisión de uno (1) a

> tres (3) años y seis (6) meses (ARGENTINA, 2023b, p. 100).

No entanto, os debates realizados pelo Congresso e as consequentes negociações junto aos aliados da coalizão Juntos por el Cambio e da chamada "oposição dialoguista", composta até mesmo por membros do peronismo, levaram a que o governo reduzisse progressivamente o escopo da *Ley Omnibus*, retirando quase 300 artigos do projeto original. Apesar de tais acenos, a proposta de lei terminou derrotada no Senado em 06 de fevereiro de 2024, retornando, portanto, ao estágio inicial do processo para sua apreciação pelas comissões internas do Legislativo.

Assim, a população argentina, logo dos primeiros dias da posse do novo governo, já foi capaz de sentir os primeiros impactos deletérios da agenda ultraliberal que acabava de eleger. Resta saber, portanto, se a identificação produzida por Milei com seus eleitores através da mobilização de uma enorme variedade de imaginários políticos e de frustrações individuais desde sua ascensão como ator político, em 2017, será suficiente para manter íntegra a sua base eleitoral a medida em que as contradições e limitações de seu programa se tornam cada vez mais evidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais de 2023 representa uma inesperada reconfiguração do espaço político-eleitoral argentino – não porque a derrota de Sérgio Massa, que esteve à frente do Ministério da Economia do governo de Fernández desde julho de 2022, não fosse algo claramente possível de se vislumbrar, mas porque está se trata da vitória de uma força política

sem estrutura territorial, sem quadros técnicos e políticos sólidos e sem uma base no poder legislativo capaz de lhe garantir condições de governabilidade. Ademais, ela foi inesperada por representar o fim da chamada *grieta* que havia caracterizado a política argentina desde a eleição de Néstor Kirchner, em 2003, quando o país passou a se dividir entre kirchneristas e antikirchneristas.

Após esta contudente vitória eleitoral – muito apoiada nas redes sociais - que desafiou as estruturas tradicionais, Milei busca agora reformar o Estado argentino através de medidas que vão além das práticas constitucionais estabelecidas. O ultraliberal Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), apresentado imediatamente após a posse de seu governo, e a tentativa falida em aprovar a Ley Omnibus expressam e dão forma à nova extrema-direita do sul global, caracterizando a experiência argentina, que une medidas autoritárias à austeridade absoluta, como governos entreguistas que buscam resgatar o falido modelo projetado pela Escola de Chicago e que, dentre outras coisas, resultou na fatídica crise de 2001.

Frente a isso, fica a questão: Até quando a retirada de subsídios sociais, as privatizações e o enxugamento do Estado vão durar em uma sociedade argentina cada dia mais empobrecida?

REFERÊNCIAS

ARANDAM I.; NEIL, M. A.; SANTÍN, M. V. “Un avance voraz: el veloz posicionamiento de Javier Milei”. **Política y Comunicación**, vol. 10, n. 1, 2022.

ARGENTINA. **Decreto DNU 70, de 20 de diciembre de 2023**. Buenos Aires: Cámara de Diputados, 2023. Disponível em: <www.argentina.gob.ar>. Acesso em: 05/02/2024.

ARGENTINA. **Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos**. Buenos Aires: Cámara de Diputados, 2023. Disponível em: <www.argentina.gob.ar>. Acesso em: 05/02/2024.

ARIZA, A.; MARCH, V.; TORRES, S. "La comunicación política de Javier Milei en TikTok". **Intersecciones en Comunicación**, vol. 2, n. 17, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Crecimiento del PIB per cápita (% anual) – Argentina**. Washington: Banco Mundial, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Crecimiento del PIB (% anual) – Argentina**. Washington: Banco Mundial, 2023.

BARBON, J. "Pobreza na Argentina alcança maior patamar em 20 anos e atinge 57% da população". **Folha de São Paulo** [2024]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 21/02/2024.

CENTENERA, M. "El campo argentino da por finalizada la peor sequía en 60 años". **El País** [2023]. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em: 16/02/2024.

COTRIM, A. "Inflação dispara na Argentina; tarifa de ônibus em Buenos Aires triplica". **Uol** [2024]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 21/02/2024.

CUÉ, C. E. "Argentina tem primeira grande manifestação de apoio ao Governo Macri". **El País** [2017]. Disponível em: <www..elpais.com>. Acesso em: 11/02/2024.

FERNANDES, M. P. *et al*. "O novo acordo da Argentina com o FMI". **Brazilian Keynesian Review**, vol. 8, n. 2, 2022.

FERNÁNDEZ, C. **¡Viva la antipolítica, carajo!**: El discurso político de Javier Milei (Trabajo Final de Curso em Ciência Política). Buenos Aires: UNSAM, 2023.

FMI - Fundo Monetário Internacional. "Argentina: Technical Assistance Report-Staff Technical Note on Public Debt Sustainability". **FMI** [2020]. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 02/03/2024.

FORTI, S. **Extrema derecha 2.0**: qué es y cómo combatirla. Madrid: Siglo XXI Editores, 2021.

HALL, S. **The hard road to renewal**: Thatcherism and the crisis of the left. London: Verso, 1990.

HORN, C. H.; VALENTI, L. P.; PETRY, B. H. S. "A crise argentina de 2018: antecedentes e interpretação". **Revista de Economia Política**, vol. 43, n. 2, 2023.

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. "Índices de Precios al Consumidor". **Informes Técnicos INDEC**, vol. 8, n. 5, 2024.

LA LIBERTAD AVANZA. "Plataforma electoral La Libertad Avanza – Entre Ríos". **La Libertad Avanza** [2023]. Disponível em: <www.electoral.gob.ar>. Acesso em: 18/02/2024.

LAMBERTUCCI, C. "El ultraderechista Milei impulsa por ley hasta seis años de cárcel para los promotores de protestas sociales". **El País** [2023]. Disponível em: <www..elpais.com>. Acesso em: 11/02/2024.

MARTINS, M. S. “Libertarios, redes y campaña electoral: el caso de Javier Milei en Instagram”. **Actas de Periodismo y Comunicación**, vol. 7, n. 2, 2021.

MOLINA, F. R. “Cristina Kirchner achaca la inflación en Argentina al acuerdo con el FMI”. **El País** [2023]. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em: 11/02/2024.

MOLINA, F. R. “La herencia económica de Mauricio Macri, una pesada carga para Alberto Fernández”. **El País** [2019]. Disponível em: <www..elpais.com>. Acesso em: 11/02/2024.

NATANSON, J. **¿Por qué? La rápida agonía de la Argentina kirchnerista y la brutal eficacia de una nueva derecha**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018.

PÁGINA 12. “Macri reconoció que el dinero del FMI financió la fuga”. **Página 12** [2021]. Disponível em: <www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 23/02/2024.

PODER 360. “Kirchner defende deixar acordo com FMI de lado: ‘impossível pagar’”. **Poder 360** [2023]. Disponível em: <www.poder360.com.br>. Acesso em: 18/02/2023.

ROMÁN, E. V. “Las 10 medidas económicas del Gobierno de Javier Milei para Argentina”. **El País** [2023]. Disponível em:<www.elpais.com>. Acesso em 20 fev.2024.

SECO, J. B. “La casta, el point the caption primordial en la (re)significación del ellos de Javier Milei: Articulación, antagonismos y trazado de fronteras, en el debate electoral de Ciudad Autónoma de Buenos Aires”. **Actas de Periodismo y Comunicación**, vol. 7, n. 2, 2021.

STEFANONI, P. “Peinar el 2001 a contrapelo: del ‘Argentinazo’ a la nueva derecha”. **Nueva Sociedad**, n. 308, 2023.

STROBL, N. **La nueva derecha**: un análisis del conservadurismo radicalizado. Madrid: Katz Editores, 2022.

SVAMPA, M. “Milei y la crisis argentina”. **Nueva Sociedad** [2023]. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 20/02/2024.

TOBÍA, M. “Precio de la carne desde 2024 y con la liberación de exportaciones: ¿cuánto cuesta el kilo de asado?”. **Página 12** [2024]. Disponível em: <www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 23/02/2024.

VITA, R. M. “O dia em que Nestor Kirchner baixou os quadros dos ditadores militares: verdade, memória e justiça”. **Jornal GGN** [2019]. Disponível em: <www.jornalggn.com.br>. Acesso em: 07/02/2024.

VOMMARO, G. A. “‘Unir a los argentinos’: El proyecto de “país normal” de la nueva centroderecha en Argentina”. **Nueva Sociedad**, n. 261, 2016.

CAPÍTULO 6

Direita e o Plantar em Seara
Pródiga: Expansão do Conservadorismo
Político Brasileiro em Direção ao Bolsonarismo

DIREITA E O PLANTAR EM SEARA PRÓDIGA: EXPANSÃO DO CONSERVADORISMO POLÍTICO BRASILEIRO EM DIREÇÃO AO BOLSONARISMO

Américo Alves de Lyra Junior

O texto submetido à apreciação dos lentes admite a proposição de que o conservadorismo político brasileiro adotou o bolsonarismo como programa. Para os conservadores não é inoportuno essa doutrina ser de extrema-direita e ultraliberal. Quiçá o entendimento deles seja o inverso do incômodo.

Eles estão jungidos por intermédio da união de três causas. A moderna modelação do capitalismo, intitulada presentemente de financeirização e sua apropriação realizada pelas burguesias brasileiras que não atingiram introduzir o Brasil em posição soberana no sistema econômico internacional.

O advento da nova classe média que assomou hostilidades da alta classe média e não foi completamente entendida pelos círculos de centro-esquerda e esquerda e a presença de um candidato de extrema-direita eleitoralmente viável para disputar a Presidência da República.

Por esse ângulo, se objetiva avançar análise a respeito do bolsonarismo exprimir um legado político no Brasil. Uma herança das contenções da designada modernização conservadora. Entende-se que as influências bolsonaristas existiram outrora e ressurgem convenientes a um atual cenário político. E, na ocasião, dispondo de um prócer com exequibilidade eleitoral e significante inserção popular, une as centro-direita e direitas sem carecer esconder seus valores.

O critério empregado na composição da escrita foi a adequação de consensos historiográficos, com as fontes primárias e secundárias. Aqueles entendimentos estão dispersos na redação e tocam temas como a modernização conservadora. No segundo caso, tem-se o uso das Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Considera-se que as Cartas Magnas representam a maior expressão do pacto político. As fontes secundárias constituem pesquisa em obra consolidada, artigos científicos e dissertação.

O artigo é distribuído em três divisões congruentes, nesta ocasião resumidamente apresentadas. A primeira divisão é intitulada A ultimação da "política do café com leite": disputas pelo espólio. Examina a extinção dos arranjos políticos que conservavam a República Velha e as limitações da modernização conservadora.

A segunda é denominada Capitalismo brasileiro: integração nacional e subalternidade global. Nesta oportunidade, se esquadrinha as primícias daquele capitalismo e o comportamento da burguesia nacional nessa oportunidade. Elucida-se que o estudo se fundamentou em Florestan Fernandes.

O terceiro, Neodesenvolvimentismo X financeirização: a ascensão do bolsonarismo. Ele é a condensação dessa empresa. Nele se executa uma reflexão crítica desde as exposições anteriores. A ultimação da "política do café com leite": disputas pelo espólio.

O Brasil da década de 1930 foi coetâneo de uma coleção de fatos, os quais aparentavam prenunciar transições profundas no país em suas propriedades econômicas, políticas e sociais. Setores da sociedade brasileira ambicionavam pela urbanização e a industrialização do país, com a composição de cidades estratégicas, especialmente na Região Sudeste, para o desenvolvimento da economia.

A descontinuidade dos arranjos de poder, por parte dos grupos hegemônicos da denominada "política do café com leite",

malograva o prosseguimento daquelas facções na liderança do Estado nacional. A opção feita pelo paulista Júlio Prestes para concorrer à Presidência da República é a confirmação da ruptura indicada anteriormente. De acordo com a praxe adotada pelas oligarquias dominantes, a candidatura deveria ser da província de Minas Gerais.

A insatisfação de setores daquelas oligarquias ocasionou um concerto político oposicionista designado de Aliança Liberal, que tinha Getúlio Vargas como postulante à presidência e João Pessoa a vice. O arquiteto desse acordo foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, o presidente do estado de Minas Gerais. O pacto reportado encerrava terceiros agentes, como, por exemplo, fração de integrantes do movimento tenentista[8] ocorrido na década de 1920.

Neste caso, ofertava-se indulto aos sublevados dessa atividade. Também se afiançavam providências pelas quais o Poder Judiciário teria maior autonomia em suas decisões; proteção a produtos da economia nacional, além do café; reformas nas relações trabalhistas e o instituto do voto secreto.

A coligação de Júlio Prestes foi a vitoriosa das eleições, tendo sido fortemente favorecida pelo presidente Washington Luís, então o último mandatário da "política do café com leite". Os

[8] O movimento tenentista foi uma atividade de tipo militar e política, com início no ano de 1922 e término em 1927. Composto por jovens oficiais pertencentes aos postos de tenentes e capitães aborrecidos com a "política do café com leite". Ele encerrou insurreições, com a primeira tendo lugar no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922. Da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, escaparam vivos Siqueira Campos e Eduardo Gomes. No interior desse cenário, incluem-se a Comuna de Manaus, de 1924, e a Revolução Paulista. Ambos os motins no mesmo ano. Refere-se, igualmente, à Coluna Prestes, de 1925, que caminhou 25.000 quilômetros pelo interior do Brasil. Não existia homogeneidade ideológica no movimento tenentista.

vencidos no escrutínio acusavam, de fraudulento, o processo eleitoral.

Seja dito de passagem, a fraude era acontecimento comezinho no período em tela. Malgrado, o que viria a destituir Washington Luís e obstruir Júlio Prestes de ocupar a Presidência da República foi a debilidade do governo que encerrava a gestão, juntamente com a depleção do arranjo político que assentou a Primeira República. Vivia-se o colapso da economia cafeeira em virtude do *crash* da Bolsa de Nova York e a relação de licenciosidade daquele setor econômico com o domínio da burocracia estatal, pretendendo beneficiar seus interesses a partir da sucessão de presidentes.

A precariedade do governo de Washington Luís cessou com aquele rosário de chefes de Estado. O governo não foi capaz de desacreditar as denúncias de ser culpado do homicídio de João Pessoa, o qual, na realidade, foi vítima de desavenças pessoais com João Duarte Dantas, seu antagonista político. O óbito de Pessoa proporcionou atmosfera aderente para a combinação das ambições dos tenentes com o individualismo de próceres nacionais, como Getúlio Vargas.

Aquele falecimento produziu circunstância proveitosa para a queda do presidente que já não possuía apoio militar e, identicamente, para a conclusão da "política do café com leite". Nessa conjuntura, Vargas se elevou ao poder juntamente com a classe média, seções de uma oligarquia agrária não acomodada com suas assemelhadas mineira e paulista, alguns dirigentes egressos do movimento tenentista e porção prolixa do povo.

A evolução exposta acima e que tem seu termo com Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório é designada de Revolução de

1930. Com ela se desenvolve a intitulada Era Vargas[9], que se prolonga até o ano de 1945, com o epílogo da Segunda Guerra Mundial. Transcurso suficiente para minuciar aquele período como de reformas conservadoras do Estado, com a modernização da política e modificação econômica.

Procedimentos que colidiram com posições tradicionalistas provenientes da oligarquia paulista, descontente com a política econômica que tornava o café dependente dos interesses nacionais. Essa insatisfação convergia, sobretudo, entre especuladores então habituados ao ganho descomplicado e a transações sem perigos. Tais controvérsias exprimem o propósito da Revolução Constitucionalista de 1932, que despontou em São Paulo.

Ulteriormente ao insucesso da Revolução Constitucionalista de 1932 e à apoteose do Governo Provisório, expõem-se programas concorrentes de Brasil. Eles distendem até os dias que correm, com transfigurações históricas, mas sem se privar de seus fundamentos. Os círculos que assistiam àquele Governo iniciam um novo estágio nas crônicas nacionais, com a Constituição de 1934.

Por meio dela, foram inauguradas iniciativas como o sufrágio secreto e também o feminino; compulsoriedade e gratuidade da educação primária; nacionalização das companhias estrangeiras de seguros; concepção do mandado de segurança; composição da justiça do trabalho e das leis trabalhistas.

No que se refere ao projeto antagônico aos desígnios da Carta Magna de 1934, satisfaz declarar que os grupos que sustentavam a Revolução Constitucionalista de 1932, diligenciavam contra a convocação da Assembleia Constituinte e, com sua promulgação, tornam-se ferrenha oposição ao governo de Getúlio Vargas e ao seu

[9] A historiografia brasileira divide os quinze anos dessa quadra temporal em três fases. Governo Provisório, de 1930 a 1934; Governo Constitucional, 1934 a 1937 e Estado Novo, de 1937 a 1945.

legado. A inclinação da Constituição de 1934 pode ser constatada na Emenda à Constituição Federal, consoante se lê:

> Nós, Presidentes e Secretários da Câmara dos Deputados e Senado Federal, promulgamos e mandamos publicar, na forma do § 3° do art. 178 da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, as emendas n° 1, 2 e 3 a essa Constituição:
>
> Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos na Assemblei Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure a Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte [...] (POLETTI, 2012, p. 95)[10].

A Constituição de 1934 vigeu até o dia 10 de novembro de 1937, quando, por meio de uma insurreição, se introduziu a autocracia do Estado Novo. Com o golpe, trocou-se aquela Magna-Carta pela Carta Política de 1937, igualmente designada por Polaca[11].

Por meio dela, Getúlio Vargas apartou seus opositores da esquerda à direita, convindo com a vulnerabilidade do sistema internacional da época. Conforme Walter Costa Porto (2012, p. 14), a democracia liberal, nesse contexto, estava comprometida pela rivalidade de agentes sem empenho com a ordem estabelecida e cobiçosos por poder econômico, político e social. Essa circunstância é destacada naquela Lei Maior e, de imediato, no começo do texto:

[10] Optou-se por conservar a grafia original.
[11] Correspondência feita à Constituição polonesa.

> [...] Attendendo ás legitimas aspirações do povo brasileiro á paz politica e social, profundamente perturbada por conhecidos factores de desordem, resultantes da crescente aggravação dos dissidios partidarios, que uma propaganda demagogica procura desnaturar em lucta de classes, e da extremação de conflictos ideologicos, tendendes, pelo seu desenvolvimemto natural, a resolver-se em termos de violencia, collocando a Nação sob funesta imminencia da guerra civil; [...]
>
> Com o apoio das forças armadas e cedendo ás inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apprehensivas deante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e politicas;
>
> Resolve assegurar á Nação a sua unidade, o respeito á sua honra e á sua independencia, e ao povo brasileiro, sob um regimen de paz politica social, as condições necessarias á sua segurança, ao seu bem estar e á sua prosperidade;
>
> Decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo paiz; (PORTO, 2012, p. 57)[12].

Contrapondo os prolegômenos das Constituições em evidência, apreendem-se duas conjunções históricas diferentes. Na primeira, encontram-se pleitos simpáticos à um arranjo de tipo democrático liberal burguês, embasado, por sua própria natureza, no enfrentamento sereno dos atores políticos.

Quadro mal propício para o concerto que conservava a autoridade de Getúlio Vargas. Ele mantinha-se no governo por intermédio de conexões instáveis, com uma burguesia industrial

[12] Optou-se por conservar a grafia original.

atraída pela intenção de ser favorecida na isenção do Estado em matéria econômica, mas ativo na repressão aos trabalhadores; pecuaristas da região Sul do Brasil, que tinham relação estreita com o capital estadunidense, e diligentes em arredar os paulistas da coordenação política do país; oligarquias agrárias desfeitas com Minas Gerais e São Paulo, assim como tenentes de ideologia fascista e setores da classe média açorados pela centralização do poder e reformas sociais. A segunda conjuntura, da Constituição de 1937, é a de união desse grupo heterogêneo.

Como decorrência desse panorama alvoroçado, emerge um senso nacional, alicerçado na confiança em alterações estruturais de um sistema antigo e conservador. Intelectuais brasileiros compreenderam o sucedido e empenharam-se por interpretá-lo. Tal afinco realiza-se em meados da década de 1940, atravessando o decênio de 1960.

Despontam produções como Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado e do ano de 1960; Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Júnior e do ano de 1942; Caminhos e fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda e do ano de 1957; Ordem e progresso, de Gilberto Freyre e do ano de 1957; Coronelismo, enxada e voto, de Victor Nunes Leal e do ano de 1948; Os donos do poder, de Raymundo Faoro e do ano de 1958; A revolução burguesa no Brasil, de Florestan Fernandes e do ano de 1975.

A compilação de Florestan Fernandes, escrita e publicada posteriormente ao golpe de Estado de 1964, comunica ponto de vista desigual a das demais coletâneas referenciadas. Fernandes registrou um decurso de transformações políticas e sociais a partir daquela amotinação, as quais sucediam entre perplexidades e dúvidas. Se ele verificou como o Brasil se instituiu na qualidade de nação, acompanhando o ônus de incovenientes como a escravidão, também apresenta julgamento de vanguarda ao reconhecer a incorparação mundial do Brasil, como episódio de dependência à ambição dos

países controladores da economia internacional. Nessa sequência, é potente atingir a preparação de círculos componentes do bolsonarismo e seus preceitos sobre a sistematização social e política do Brasil. Dessarte, a próxima seção pesquisará, desde a análise de Florestan Fernandes, aquela elaboração.

CAPITALISMO BRASILEIRO: INTEGRAÇÃO NACIONAL E SUBALTERNIDADE GLOBAL

Meados da década de 1940 e os decenários de 1950 e 1960 foram assentes pelo desfecho da Segunda Guerra e o estabelecimento da Guerra Fria. No Brasil, os círculos que esteavam Getúlio Vargas o desampararam, de sorte que os militares o intimaram a abandonar a Presidência da República e a não concorrer no escrutínio subsequente, independentemente da enérgica aceitação pública de que usufruía.

Tal situação, sob um ângulo conceitual e no entendimento de Florestan Fernandes (2006, p. 351), concerne no empenho da burguesia brasileira de asseverar a dupla articulação ou um crescimento econômico diferenciado no interior do país em conjunto com o controle estrangeiro exercido por uma nação imperialista. A concepção de integração nacional daquela classe acomodava um recurso encontradiço, identicamente, aos capitalismos hegemônicos, qual seja:

> [...] assegurar a consolidação da dominação burguesa no nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista, o que nunca constitui um processo simples (por causa dos conflitos faccionais, no bloco burguês; e da pressão de baixo para cima, visível ou não, das

> classes operárias e destituídas). [...] beneficiar a parte "ativa" e esclarecida da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); [...] reduzir a *nação* a um ente abstrato (ou a uma *ficção legal útil*), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria "ativa" e "esclarecida" (FERNANDES, 2006, p. 351-352).

Essencial o entendimento dessa conceituação na conjuntura brasileira porquê a burguesia nacional desponta graças a expansão da economia exportadora da grande lavoura, a qual desencadearia, segundo Florestan Fernandes (2006, p. 29), uma "revolução socioeconômica e política" no Brasil. Essa inovação se fundamenta na figura do senhor de engenho, que se faz instruído na metodologia de planejar o fabrico da colônia.

Na qualidade de promotor financeiro, ele desempenhava ofício secundário no mercado dos artigos cultivados, de forma que compunha grupo subalterno no movimento de apoderamento da confecção colonial. Além do mais, era similarmente subjugado por associações financeiras europeias que regulavam o comércio mundial. Àqueles senhores concernia, na qualidade de dividendo, parcela irresoluta "[...] de determinações externas incontroláveis, [...] pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos)." (FERNANDES, 2006, p. 33).

O senhor de engenho foi, no intervalo do estatuto colonial, o promotor da ocupação territorial e seu gestor econômico. A grande lavoura, de característica extensiva, constituía um empreendimento orientado para servir o mercado externo, bem como tinha parca eficiência para aplicar os numerários provenientes do comércio internacional no próprio país. "Unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma" (FERNANDES, 2006, p. 42), aquela

instituição não conseguiu instituir um capitalismo de conteúdo competitivo no Brasil.

Longe disso, se aperfeiçoou em revigorar e ampliar sua sujeição na competência da economia internacional. Atribuindo-se, até mesmo, a posição de consorciada das sucursais financistas estrangeiras. A burguesia que despontava se provava inábil para formular uma proposta de nação porquê privada das mais significativas qualidades liberais, nomeadamente inteligência empreendedora, habilidade de modernizar a produção e determinação particular para a lida.

Esse excurso favorece a compreensão da queda de Getúlio Vargas no decurso da sedição militar que derrogou o Estado Novo, do mesmo modo que esclarece pelejas entre opositores políticos incontinente ao golpe de Estado, no tempo do levante e à conjunção sequente a Constituição de 1946. Como visto, o presidente atraiçoado foi desautorizado de concorrer ao sufrágio. Ele, sem embargo, apadrinhou o general Eurico Gaspar Dutra ao posto em questão.

O general antagonizou com o candidato castrense, o brigadeiro Eduardo Gomes, que foi sobrepujado na disputa. Já no governo Dutra realizou-se a Assembleia Nacional Constituinte que preparou a Lei Maior de 1946. Esta, conforme Baleeiro e Lima Sobrinho (2012, p. 11-12), lembrava a primeira Constituição da República brasileira sem, no entanto, preservar a inflexibilidade presidencialista. De igual modo, ainda que conservadora, a Carta Magna de 1946 enunciava convicções de partidos que possuíam conexões mais estreitas com os trabalhadores.

Como sugerem Baleeiro e Lima Sobrinho (2012, p. 10), as reivindicações proletárias gozaram da afabilidade de parlamentares tradicionalistas, a exemplo do pessedista Agamenon Magalhães, como também os obreiros compunham segmento nas agremiações

dos comunistas e trabalhistas. Verdade que o partido comunista teve sua inscrição suprimida em 7 de maio de 1947[13], despossando seus congressistas além do que, ainda em conformidade com Baleeiro e Lima Sobrinho (2012, p. 10), na comissão do projeto ou a grande comissão prevaleciam profissionais liberais provenientes das classes médias.

Independentemente disso, ou mesmo por isso, ela reavê a democracia representativa da Carta de 1934, tal como, em concordância com Baleeiro e Lima Sobrinho (2012, p. 37), a Constituição de 1946 progride introduzindo conteúdos como voto secreto, regime de partidos, representação proporcional, criação da suplência, validade dos diplomas e Justiça Eleitoral para a arbitragem integral das eleições.

Esta referência é observada mediante o Artigo 134 daquela Magna Carta. Nesta cláusula pode-se consultar que: "O sufrágio é universal e direto; o voto é secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer" (BALEEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012, p. 79). É de referir que, por meio dessa Lei Maior, ocorreram três escrutínios para presidentes e vices.

Os políticos eleitos foram Getúlio Vargas PTB/Café Filho PSP (1950), Juscelino Kubitschek PSD/João Goulart PTB (1955) e Jânio Quadros PTN/João Goulart PTB (1960). O escrutínio de 1965 foi suspenso em consequência da sedição militar no ano de 1964. Acontecimento que, conforme o professor José de Souza Martins

[13] A Justiça Eleitoral concebeu que o Partido Comunista do Brasil, a princípio cognominado Partido Comunista Brasileiro (PCB), apresentava incorreções no seu Estatuto ao conter o internacionalismo como gênero político. A este respeito ver a Resolução n° 1.841, de 7 de maio de 1947 disponível por meio do endereço <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>

(*apud* FERNANDES, 2006, p. 15), evidenciou o temperamento despótico dos escóis patrícios.

Na descrição supra não só se arrolam os estadistas aprovados para as incumbências de Presidentes e Vices, não obstante, indica-se plataforma não coincidente com as predileções das classes mais aprovisionadas. Getúlio Vargas, na sua nova presidência, e no governo JK progridem o desenvolvimento da industrialização e a política do Estado mediador e desenvolvimentista.

O regresso de Vargas à liderança do Brasil realiza-se no decurso de um ambiente inflacionário que produziu proveitos "[...] em relação às inversões na indústria, funcionando como um mecanismo de capitalização por parte do setor empresarial. [...]" (ALBUQUERQUE, 2015, p. 11). A solução para o imbróglio foram disposições como a fundação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). A começar com o Plano de Metas, a gestão JK robustece a industrialização norteado pelo desenvolvimentismo-internacionalista.

Apesar de todo empenho neste instante registrado, a democracia brasileira dissipava-se com não mais que dezoito anos de existência, estimando da Constituição de 1946 à inauguração da ditadura militar em 1964. Florestan Fernandes (2006, p. 263-264) atina esse ocaso na qualidade de repercussão das mudanças do capitalismo moderno para seu estágio monopolista, mais diretamente, no tempo da sua manifestação mediante a transformação de seu domínio para um ambiente neocolonial.

No Brasil, esse sucedido advém com retardo se cotejado a terceiros países. Verifica-se, no caso pátrio, a intensificação daquela etapa no desfecho dos anos 1950 e a consumação de sua ordem a partir da sedição marcial de 1964, a qual dispôs do esteio do agronegócio, da imprensa corporativa, da igreja católica e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo.

Em sua execução, o qualificado "mercado capitalista monopolista" carece de remodelar o complexo de produtividade por intermédio de transações de cunho comercial, financeiro e industrial. Tal fato origina-se pelas "grandes corporações" majoritariamente forâneas, porém, podendo ser similarmente estatais ou mistas (FERNANDES, 2006, p. 264). No Brasil, país de economia dependente, essa reconstrução era entendida como um desenvolvimento lépido para atualizar estruturalmente a nação.

Nesse sentido, as providências empregadas pelos grupos econômicos predominantes e autoridades estatais foram pragmáticas e elitistas. As classes preponderantes, sustentadas pelos estratos médios da sociedade, atingiram um êxodo político para a adversidade financeira consequente da circunstância de um capitalismo competitivo, dependente e subdesenvolvido (FERNANDES, p. 302-304).

Nessa continuidade, aqueles estratos aliançaram a Constituição de 1967 para a contenção da estrutura política e social de acordo com os seus egoísmos. O expediente empregado nessa Carta Magna foram o colégio eleitoral e a eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República. O artigo 76 aborda a instituição daquele grêmio:

O Presidente será eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§1º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

> §2º Cada Assembleia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

> §3º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar. (CAVALCANTI; BRITO; BALEEIRO, 2012, p. 100).

Os mecanismos concebidos pelo artigo apreçado, acarretam desvirtuamentos consideráveis no pleito e na decorrente representação política. As criações dessa cláusula, no caso o sufrágio indireto e o colégio eleitoral, alteram, em muito, a atuação de cada estado no decurso dos escrutínios. Para mais, a Lei Maior de 1967 protege a "super-representação dos núcleos estruturalmente menos desenvolvidos do país" (CAVALCANTI; BRITO; BALEEIRO, 2012, p. 34).

Efeitos dessa decisão são a consolidação do exercício do coronelismo e a instituição de representações parlamentares distantes das aspirações das classes populares. Destaca-se que os políticos escolhidos para o parlamento, escolhiam o Presidente e o Vice. Assente nessa contextura, pode-se inquirir acerca da confluência dessas ideologias e convenções, com o episódio atual do bolsonarismo.

Neodesenvolvimentismo X financeirização: a ascensão do bolsonarismo

Com o término da regência de exclusão capitaneada pelos militares durante vinte e um anos, consagra-se um regime democrático e pluripartidário. A despeito do seu prelúdio aturdido e dos melindres de coletividades com um eventual regresso de oficiais extremistas ao governo fazendo uso de um outro ardil, ocorreu a conferência que preparou a Carta de 1988 identicamente designada

de Constituição Cidadã. No seu prólogo, a expectativa dos constituintes é francamente anunciada, como se constata a seguir:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASI, 1988, p. 9).

A promissão dos partícipes dessa tertúlia não foi totalmente satisfeita. De fato, desde a publicação da Carta Constitucional e mediante eleição direta, foram instituídos nove mandatos presidenciais, no meio dos quais advieram três reeleições[14] e dois impedimentos[15]. Referência que confirma a pujança do Estado Democrático, da maneira declarada pelos constituintes na Lei Maior.

Apesar disso, situações hodiernas inquietam para a ameaça de transgressão da conformação antiautoritária no Brasil. Os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 sinalizam para uma associação de agentes políticos habituais nos anais da vida pública nacional. Eles se descobrem frequentemente nas conflagrações em oposição a regimes democráticos, ao revigoramento do Estado para

[14] Fernando Henrique Cardoso, FHC, (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003), Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011) e Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016).

[15] Fernando Collor (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992) e Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016).

a execução de políticas públicas e ao contributo comum nas temáticas de utilidade patrícia.

Arthur Salomão (2022, p. 13), nessa lógica, pesquisa o caso da nova classe média e o emprego de diligências do PSDB para cativá-la. Ao defini-la, o autor procede uma revisão de literatura, a qual, em resumo, evidencia a sequente descrição. Partidários das concepções do economista Marcelo Neri intuem que esse estrato social se converte "em um grande mercado para bens de consumo", qualquer coisa proveitosa porquê colabora com a redistribuição de renda, utilizando-se do propício período das finanças globais.

Os arguidores dessa ideia assentavam que os progressos na condição econômica da maior parte da população, com a incrementação dos seus proventos, era uma conjuntura evidente. Mas existiam discordâncias quanto à noção em pauta e similarmente censuras a conteúdos mitológicos.

Para salientar as desaprovações àquele conceito, distinguimos dois especialistas citados por Arthur Salomão (2022, p. 14-15). Marcio Pochmann responsabiliza a técnica empregada por se restringir ao critério da renda, desconsiderando outros aspectos como a estrutura ocupacional dos despontantes da nova classe média. Tal lacuna suprimiu perspectiva primordial para a arcaica classe média brasileira, a repulsa ao trabalho manual.

E, o maior número dos provenientes daquela camada social procediam de misteres de baixa qualificação. Jessé Souza objeta a concepção de Neri porquê ela perpassa pontos como os emergentes não disporem de hábitos e concepções distintivas da classe média. Para Souza, o que se revela é uma renovada classe trabalhadora então decorrente das alternações sociais pós-fordistas, familiarizada a prolongado regime de trabalho e com visão empreendedora.

Salomão (2022, p. 16) comprova o argumento daqueles investigadores no momento em que apresenta a ocorrência dos "rolezinhos"[16] e a aversão da classe média com membros das camadas populares comprando viagens de avião ou a repulsa com a admissão de emergentes nas universidades e demais certames públicos por meio das cotas étnico-raciais e sociais. Repentinamente os âmbitos que a alta classe média supunha deter, começam a ser apropriados pela nova classe média.

Acontecimento que desnuda as diferenças sociais entre os quadros expostos. Nessa conjuntura, a objeção conservadora entabula pertinácias para se tornar força social. A preparação tem início com as mobilizações de 2013 e se alonga até o desfecho da cruzada pelo *impeachment* da presidente Dilma. Conjuntamente a estes motivos, avança um sentido de antipatia e de forte resistência ao lulismo e ao neodesenvolvimentismo (SALOMÃO, 2022, p. 81).

Não obstante esses movimentos serem generalizados e heterogêneos, a alta classe média difundiu-se pelas ruas para, gradativamente, submetê-las à circunstância de espaço de antagonismo ao lulismo e ao neodesenvolvimentismo. Controvérsia que compreendeu a cooperação de agentes habituais, como o agronegócio e a imprensa corporativa, nas contendas contra o Estado.

Em decorrência dessa escolha, não só se desestabilizou o governo da época, como também se ocasionou séria crise política e instabilidade institucional. Nos âmbitos econômico e político, propriamente, deu-se o desgaste do sínodo de partidos e associações sociais que defendiam o projeto neodesenvolvimentista. Inobstante, o mesmo programa era desaprovado. Oportunidade que proporcionou a emersão e revigoramento de facções radicais,

[16] Fenômeno sucedido nos anos de 2015 e 2016, com púberes suburbanos se agrupando em *shoppings centers* para se divertir, buscando lazer.

ultraliberais e intransigentes que, com maior ou menor aceitação social, sempre existiram com exterioridades diferentes conforme o momento. Nesse contexto, manifesta-se como bolsonarismo.

Essa corporação tem ambições e convicções congruentes com acontecimento historicamente contemporâneo, que Davis e Kim (2015) qualificam de financeirização. Concepção que esclarece o espargimento dos mercados financeiros, com sucessão de dois resultados. O primeiro corresponde às transformações nas disposições corporativas ao promover terceirizações e a secessão dos empregados. Seguem-se, dessas reformas, maiores dividendos para os sócios e proventos consideráveis para a direção.

Por fim, a modelagem de referências sociais para ajustar a desigualdade como qualquer coisa de genuína. Ao passo que aquele desequilíbrio dá-se por intermédio do capital das entidades para os mercados financeiros através da securitização, a qual converte dívidas em títulos negociáveis. Método que, segundo os autores, tem potência bastante para modificar as instituições sociais.

Davis e Kim (2015, p. 214-217) evidenciam os parâmetros daquele intermédio desde a experiência estadunidense. Nesse caso, os investigadores discorrem sobre o evento de ajuntamento de bancos comerciais, anteriormente intitulados de “entidades”.

Para eles, a decorrência reconhecível do sucedido é o fracionamento do que titulam de “elite corporativa americana” e da incapacidade dos seus promotores de trabalhar em proveito de interesses comuns, como aplicações financeiras em educação e infraestrutura.

Tal fato resulta de as relações serem orientadas exclusivamente para o mercado e em tendência global. Nessa situação, governos nacionais privatizaram indústrias, transformam os bancos centrais em instituições independentes e demoveram contenções para consentir a admissão de capitais estrangeiros.

Ricardo Carneiro (2019), nesse contexto, examina os compromissos econômicos do governo Bolsonaro em questões de crescimento e inclusão social na conjuntura da financeirização. Para isso, considera conteúdos como autonomia do Banco Central; liberalização cambial, com renovação do modelo de financiamento e desarranjo dos bancos públicos; entrada mercantil; privatizações; administração da infraestrutura; reforma laboral e regime dos rendimentos, principalmente, do salário mínimo.

Assuntos pertinentes ao ementário da economia hodierna mundial, a qual, como visto, apresenta-se como "fracionamento da elite corporativa americana" nos Estados Unidos. No Brasil, concertando com Carneiro (2019), idêntica ocorrência é um anacronismo porquê "[...] o ultraliberalismo econômico da dupla Guedes-Bolsonaro, eivado de ideologia, mas sobretudo carente de contexto histórico" (CARNEIRO, 2019, p. 155).

O ultraliberalismo da parelha expressa é obsoleto em relação à conduta de países prósperos diante da crise de 2008[17] e do começo da Quarta Revolução Industrial[18]. Nações como Estados Unidos e Alemanha desviaram suas políticas econômicas para incorporar, outra vez, uma governação manufatureira e de comércio exterior.

Segundo Ricardo Carneiro (2019, p. 155), em certas circunstâncias, inclusive, se reconstituíram bancos públicos para incentivar o revigoramento da indústria avançada. Em contrapartida, no Brasil e outros países secundários, aquela manufatura não

[17] Bancarrota difusa de bancos, como o prodigioso *Lehman Brothers*, da seguradora AIG e de firmas dos demais setores produtivos em virtude do declínio do sistema imobiliário estadunidense.

[18] Em síntese, a Indústria 4.0 que vem transformando a conformação da produção de riqueza e as matrizes de transações comerciais diante de um complexo de tecnologias muito desenvolvidas.

demonstrou sua merecida relevância, de maneira a coadjuvar com o crescimento da discrepância tecnológica com os Estados principais do sistema internacional. Inclui-se a essa ocorrência, o agravamento da acentuada dessemelhança presente no mercado de trabalho e o alto acúmulo de rendimentos e patrimônios.

Nesse enquadramento e até este momento pactuando com Ricardo Carneiro (2019), considera-se que três tópicos encaminham e epilogam o debate, quais sejam: a renovada concepção do sistema financeiro, as efemérides de produção e a governação para a infraestrutura.

No primeiro caso, compreende-se a autonomia do Banco Central a fim de apartar a política monetária do arbítrio político, assim como dizimar a incumbência dos bancos públicos comutando-os pelos mercados de capitais e avultar a globalização financeira por intermédio de conferir suma importância à subvenção adventícia aos estabelecimentos nacionais.

Matérias próximas podem ser adicionadas ao tema central, como recomendação de transformar o Real em moeda conversível, admitindo a criação de contas com moeda estrangeira no Brasil.

Em relação à segunda proposição, explicita-se vivamente a disparidade entre mercado e Estado, e também se evidencia a primazia dada ao primeiro por parte da díade Guedes-Bosonaro. Para eles, os parâmetros para a destinação de inversões eram o descerramento mercante, privatizações, a não regulamentação do mundo do trabalho e políticas de infraestrutura.

Ricardo Carneiro (2019, p. 164) analisa o objeto em tela e mostra a certeza do governo de que aquela desregulação "[...] produzirá não só um crescimento virtuoso do emprego, mas, o que seria mais relevante, uma redução dos custos".

Efetivamente, aqueles fundamentos estorvam qualquer empenho de se constituir políticas públicas para a sociedade de modo geral ou oportunizar alternativas estruturais para se ter a geração de emprego e renda. Ao invés disso, agudiza as desigualdades sociais.

No que diz respeito à política de infraestrutura, de forma resumida, verifica-se a urgência nas concessões e o apanágio propiciado à inciativa privada e, da mesma maneira, ao capital forâneo. No entanto depreende-se um completo desdém com a peculiaridade estratégica da instância em questão.

Muito menos identifica-se atenção com a ameaça da iniciativa privada não ser capaz de compensar perfeitamente bem as aplicações públicas. À conjectura do porvindouro, constata-se os patronos desse programa, seus políticos e governantes, com o raciocínio absorvido em pontos congruentes à amenização do risco fiscal ou ao predomínio do objetivo fiscal a todo resto. Para mais, as privatizações realizadas exclusivamente por propósitos fiscais irremissivelmente direcionarão a economia nacional a um desmantelamento estratégico.

Ponderando as referências inseridas sobre a financeirização e o bolsonarismo, prontamente se apreende a conexão dessa doutrina política extremista àquela concepção econômica de repercussão mundial. Em um e outro caso, o mercado financeiro predomina no que se refere ao Estado. Com tranquilidade pode-se declarar que a finalidade cardinal desse movimento é a de conceder ao primeiro o capital dos bancos públicos através da securitização.

As decisões executadas pelo par Guedes-Bolsonaro no que respeita ao sistema financeiro, à produção e a infraestrutura confirmam a temática defendida. De mais a mais, o procedimento em foco suscita instabilidades de desmesurada seriedade com capacidade de subverter as instituições sociais, condizente à opinião

de “modelagem de referências sociais” ora esclarecida no momento da elaboração do conceito presentemente tratado.

Dois itens afloram da exposição supra. A privação de originalidade, da burguesia autóctone, para resolver adversidades e sua característica de suprimir o envolvimento dos estratos populares no campo da política como também da aquisição de produtos e serviços. Essas alíneas assemelham-se à ideia de subordinação burguesa às corporações de capital estrangeiro ora desenvolvida por Florestan Fernandes (2006) e à intolerância para com a nova classe média, em concordância com a lição veiculada por Arthur Salomão (2022).

Quanto à caracterização da dependência, imperioso pensar no estabelecimento histórico dessa classe. Ela sucede ao senhor de engenho, autor da captura da terra e simultaneamente seu administrador.

Que, não obstante ser proprietário da grande lavoura a qual guarnecia o mercado externo, comparecia às transações comerciais na maneira de rapace de terras e da ocupação escrava. Ainda assim, eles promoveram, segundo Florestan Fernandes (2006, p. 29), uma “revolução socioeconômica e política”

No decurso dos fatos, os senhores de engenho foram o protótipo da burguesia, que replicou seus procedimentos nas relações internacionais do Brasil e produziu um capitalismo vago pelo motivo dele não ser competitivo e inovador. Aquela classe engendrou um sistema acessório no complexo global de nações porquê restringiu o país a posição de associado de poderosas agências de capitais forâneos.

Além do que, seus integrantes externavam jactância e despotismo. Especificidades correntes nas classes sociais mais venturosas do povo brasileiro e resultado da antes referida

homogeneidade "[...] econômica estanque e fechada sobre si mesma" (FERNANDES, 2006, p. 42).

Entidade que viabilizou aquela "revolução socioeconômica e política" e fundou os princípios da sociedade e, da mesma forma, suas discriminações. Neste contexto, exemplificativamente, a ojeriza ao trabalho manual por parte dos estratos mais ricos.

Com respeito ao segundo item, assinalam-se os reflexos desfavoráveis da alta classe média com a emergência da nova classe média. A começar da sua acepção e chegando à sua ascendência econômica, reconhece-se legado de uma cultura política bastante desenvolvida na hostilidade social e étnico racial. De fato, o recente estrato social consistir em um comércio proveitoso para bens de consumo e favorecer a redistribuição de renda, ele foi rejeitado.

Decerto por ocasião dos emergentes ocuparem-se de funções de baixa qualificação, algo desagradável para a classe média brasileira que repudia o trabalho manual. Quiçá porque eles não possuem hábitos e muito menos partilhem do sentido de mundo daquela classe. Ou pelo fato de os emergentes principiarem a ocupar ambientes que a tradicional classe média presumia serem seus em definitivo (SALOMÃO, 2022, p. 16).

Em conclusão, considera-se que essas explicações evidenciem parcela do ânimo que direcionou representantes sociais do conservadorismo político brasileiro a apoiar o bolsonarismo, uma doutrina de extrema-direita, racista e ultraliberal. Somos capazes de listar motivos para tal aceitação com base no que foi argumentado.

Aguda negação do neodesenvolvimentismo, então relacionado ao lulismo, e embate com os promotores políticos daquele plano. Constrangimento da alta classe média em precisar repartir recintos com a nova classe média em ascensão. Repúdio às convenções, às preferências, a aparência, a proveniência e ao ofício dos emergentes. A posição de dependência do capitalismo brasileiro

e sua debilidade frente a continência externa, como a financeirização.

CONCLUSÃO

Atinou-se para a conjuntura histórica brasileira contribuir com o estabelecimento do bolsonarismo. A começar pela modernização dos anos 1930, decorrência do esgotamento da "política do café com leite". Avanço de qualidade conservadora e que não logrou extinguir com a configuração vetusta e oligárquica do país. Apesar disso, sucedeu o surgimento de atores e dirigentes contemporâneos.

Dos primeiros, destacam-se os militares, particularmente, os oficiais do Exército. Também segmentos da burguesia industrial e organizações populares. Os líderes, no que lhe respeita, revelavam-se encantadores, populistas, para a opinião geral e, por esse motivo, estimados pela população. Sem embargo, eles estavam enredados com as frações cardeais da sociedade e com as quais necessitavam acordar politicamente.

Os tratamentos efetivados pelos sujeitos políticos realizavam-se em um momento de incertezas, de insegurança institucional e social. Essa adversidade é evidenciada com a criação de duas Constituições na década de 1930. Sendo a primeira de 1934 e a última de 1937.

Neste curto lapso advieram contendas entre coletividades ideológicas que evoluíam na direita e na esquerda. Circunstância que progredirá até 1964, na ocasião em que ocorre o golpe militar. Anteriormente, contudo, Getúlio Vargas secunda o general Eurico Gaspar Dutra, postulante que se tornará Presidente da República. Em 1946 foi promulgada a quinta Constituição brasileira,

especificamente conservadora, e que será alterada pela Carta Magna de 1967. Nesse intervalo de tempo, a intelectualidade brasileira refletirá a respeito de um censo nacional, pelo qual se presume em alterações estruturais no Brasil.

Esse "senso nacional" procede, em grande medida, das vivências com planos desenvolvimentistas, que conferiam ao Estado o requisito de interventor para alcançar a industrialização. Tal projeto, nada obstante, se concatenava com as transições do capitalismo mundial que se alterava para monopolista.

Ele demandava, sobre as nações secundárias, um arbítrio do tipo neocolonial. No Brasil, o curso dos fatos é entabulado no desenlace da década de 1950 e termina com o golpe de Estado no ano 1964. Insurreição amparada por atores políticos como o agronegócio, a imprensa corporativa, a igreja católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A sociedade estabelecida por essas facções econômicas principais e autoridades estatais, sustentada pela classe média, outorgaram os parâmetros do desenvolvimento para um país de capitalismo competitivo, dependente e subdesenvolvido.

Suplantada a ditadura civil militar, um real regime de exclusão inaugurado com o golpe de 1964, confia-se na possibilidade de alicerçar o Estado Democrático e de Direitos em concordância com a Constituição Cidadã de 1988. Esse Estado se consolidou com um pequeno número de imprecisões, mas fazendo-se apto de se opor a um ensaio de amotinação.

Ambiente consecutivo do desacordo de círculos políticos e sociais com o neodesenvolvimentismo-lulismo assim como também prosélitos da financeirização. Conjunção em que o conservadorismo político brasileiro e juízos agudamente existentes na instauração histórica da nação se encontram e se reconhecem ante uma recente composição do capitalismo, respaldada na transferência do capital

das instituições para os mercados financeiros e das suas consequências.

Por último, aqueles princípios respaldam a doutrina bolsonarista em seus enfoques de economia e de valores. Conforme o primeiro ponto, a primazia do mercado sobre o Estado. Recapitula-se que essa antecedência tem ocasionado o agravamento de dificuldades sociais, como a desigualdade e o aumento da concentração de renda.

Com relação aos valores, a intolerância da alta classe média com a presença da nova classe média é uma amostra. Além do mais, os preceitos historicamente concebidos pelas elites igualam-se a totalidade daquela doutrina de extrema-direita. Do ponto de vista político eleitoral, a distinção desse acontecimento com fatos análogos no passado se limita ao sucesso na elaboração da alegoria do líder, no caso Jair Messias Bolsonaro, e da fragmentação ocasionada pela financeirização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. B. "Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK". **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. Vitória: UFES, 2015.

BALEEIRO, A.; LIMA SOBRINHO, B. **Constituições Brasileiras**: 1946. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

CARNEIRO, R. “A agenda econômica anacrônica do governo Bolsonaro”. **Brazilian Keynesian Review**, vol. 5, n. 1, 2019.

CAVALCANTI, T. B.; BRITO, L. N; BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras**: 1967. Brasília: Senado Federal, 2012.

DAVIS, G. F.; KIM, S. “Financialization of the Economy”. **Annual Review of Sociology**, vol. 41, 2015.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2006.

POLETTI, R. **Constituições Brasileiras**: 1934. Brasília: Senado Federal, 2012.

PORTO, W. C. **Constituições Brasileiras**: 1937. Brasília: Senado Federal, 2012.

SALOMÃO, A. **Do PSDB ao lavajatismo**: a representação política da alta classe média na crise política do governo Dilma (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Campinas: Unicamp, 2022.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Américo Alves de Lyra Junior é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Filosofia. Mestre e doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: americo.lyra@ufrr.br

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Fabiana Oliveira é professora da Universidade Paulista (UNIP). Mestre e doutora em Ciências para a Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: oliveira.fabiana1989@gmail.com

Marcos Antônio Fávaro Martins é professor da Universidade Paulista (UNIP). Mestre e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: marcosfavaro84@gmail.com

Patrícia Nasser de Carvalho é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: patricia.nasser.carvalho@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Sarah Goifman Martins Diniz é graduada em Relações Econômicas Internacionais. Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-MG). E-mail para contato: sarahgoifman@gmail.com

Vitor Stuart Gabriel de Pieri é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vitorpieri@gmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024